



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AGRICULTURA ORGÂNICA E ATORES NEORRURAIS NA SERRA DA**  
**MANTIQUEIRA: O GRUPO *ORGÂNICOS DA MANTIQUEIRA, GONÇALVES,***  
***MG***

**NÁDIA JAROUCHE AUN**

**Araras**

**2012**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AGRICULTURA ORGÂNICA E ATORES NEORRURAIIS NA SERRA DA**  
**MANTIQUEIRA: O GRUPO *ORGÂNICOS DA MANTIQUEIRA, GONÇALVES,***  
***MG***

**NÁDIA JAROUCHE AUN**

**ORIENTADOR: PROF. Dr. LUIZ ANTONIO CABELLO NORDER**

**CO-ORIENTADOR: PROF. Dr. GIOVANNA GARCIA FAGUNDES**

**Dissertação apresentada ao**  
**Programa de Pós-Graduação em**  
**Agroecologia e Desenvolvimento**  
**Rural como requisito parcial à**  
**obtenção do título de MESTRE EM**  
**AGROECOLOGIA E**  
**DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Araras**

**2012**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A926ao

Aun, Nádia Jarouche.

Agricultura orgânica e atores neorrurais na Serra da Mantiqueira : o grupo Orgânicos da Mantiqueira, Gonçalves, MG / Nádia Jarouche Aun. -- São Carlos : UFSCar, 2013.  
116 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Trabalhadores rurais. 2. Multifuncionalidade. 3. Agroecologia. 4. Transição agroecológica. I. Título.

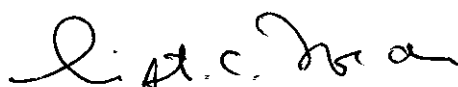
CDD: 630.92 (20<sup>a</sup>)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
DE

**NÁDIA JAROUCHE AUN**

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SÃO CARLOS, **EM 31 DE JULHO DE 2012.**

BANCA EXAMINADORA:

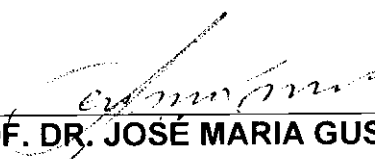


---

**PROF. DR. LUIZ ANTONIO CABELLO NORDER**

**ORIENTADOR**

**PPGADR/UFSCar**



---

**PROF. DR. JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ**

**PPGADR/UFSCar**



---

**PROFA. DRA. JULIETA TERESA AYER DE OLIVEIRA**

**FEAGRI/UNICAMP**

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar aos produtores, administradores e colaboradores dos *Orgânicos da Mantiqueira* que me aceitaram em seu universo durante oito meses de pesquisas, entrevistas, perguntas, favores e também por todo o conhecimento que generosamente foi compartilhado durante todo esse processo. Aos amigos maravilhosos que fiz neste período e a todo o apoio, meu especial agradecimento.

A Maristela, Carla, Rosana e Elba amigas para toda a vida e donas de um olhar muito especial sobre a cidade de Gonçalves. Obrigada pela ajuda, pelo apoio e dedicação que me auxiliaram na construção desta dissertação.

Ao Thiana, Luiz e Fabinho. Agradeço a estes três agroécólogos as histórias de vida, as práticas na roça e o convívio diário com a agricultura. Seus ensinamentos foram uma das melhores contribuições que tive para a formação da minha concepção sobre agricultura.

Ao meu orientador Luiz Antonio Cabello Norder quem primeiro teve a idéia desta pesquisa e que me ensinou pacientemente sobre as etapas e os processos inerentes à realização deste mestrado. À minha Co-orientadora Giovanna Garcia Fagundes, pela paciência e dedicação mesmo em momentos tão atribulados. Agradeço a UFSCar, ao CCA e, principalmente, ao PPGADR e a Cláudia por todo o apoio conferido durante estes dois anos

Aos queridos amigos agroécólogos e grandes companheiros de discussões acaloradas e insatisfações... à Tatiane pelo apoio e compreensão nas horas menos convencionais. Aos irmãos da comuna, por fazerem valer o exercício da comunidade em todos os aspectos, os bons e os maus. Agradeço por tudo o que me ensinaram e principalmente por aceitarem uma “agrocomunicóloga” no mundo de vocês. Um obrigado muito especial ao Paulo pelo auxílio na caracterização das propriedades, à adequação de uso da linguagem e termos técnicos e, principalmente, à sua amizade e parceria.

Agradeço à minha irmã Marina e minha tia Suria pelas revisões e traduções literárias. À Fátima, Jorge e Jorginho que indiretamente e ao seu modo bem particular, me apoiaram em minha opção.

Por fim, agradeço a Mara, Carmem e Cassiano pelo empurrão inicial e por acreditarem, a princípio muito mais do que eu, que a opção de fazer este mestrado era possível.

## SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS .....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	viii
RESUMO .....	x
ABSTRACT .....	xi
INTRODUÇÃO .....	12
METODOLOGIA .....	15
CAPÍTULO 1 - Populações Neorrurais e As Novas Ruralidades .....	21
1.1. As novas ruralidades e seus atores: os Neorrurais .....	21
1.2. Fronteiras e Fluxos entre o Rural e o Urbano .....	26
1.3. Constituição de atores coletivos.....	29
CAPÍTULO 2 – Atores, Instituições, Troca e processos agroecológicos.....	34
2.1. Redes Sociais, Políticas Públicas e Multifuncionalidade .....	34
2.2. Troca e Reciprocidade como práticas econômicas e sociais .....	38
2.3. Histórico do movimento ecológico no espaço rural .....	43
2.3.1. A Transição Agroecológica.....	47
CAPÍTULO 3 – Estudo de caso: Os <i>Orgânicos da Mantiqueira</i> .....	52
3.1. Caracterização do município de Gonçalves (MG) .....	52
3.2. Os Orgânicos da Mantiqueira .....	60
3.3. A Comercialização da Produção Orgânica no Município de Gonçalves – MG...65	
CAPÍTULO 4 – A criação dos indicadores de sustentabilidade para o grupo <i>Orgânicos da Mantiqueira</i> .....	74
4.1. Avaliação da transição agroecológica através dos indicadores de sustentabilidade.....	76
4.2. As diferenças entre os produtores Neorrurais e os Rurais. ....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	103
REFERÊNCIAS.....	107
ANEXOS .....	112

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Especificação da procedência dos produtores dos Orgânicos da Mantiqueira.....	60
Tabela 2: Espécies cultivadas e comercializadas pelos <i>Orgânicos da Mantiqueira</i> .....	69
Tabela 3: Indicadores de sustentabilidade para os Orgânicos da Mantiqueira. ....	75

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Vista do perímetro urbano do município de Gonçalves - MG, 2006. Fonte: Arquivo Orgânicos da Mantiqueira.....	1
Figura 2: Limites da Área de Preservação Ambiental Fernão Dias, 2009. Fonte: Adaptado de IBGE e Plano de Gestão APA Fernão Dias. ....	1
Figura 3: Estrutura organizacional dos Orgânicos da Mantiqueira. Fonte: Pesquisa de Campo, 2011. ....	1
Figura 4: As relações formadas entre o grupo e demais instituições dentro e fora do município de Gonçalves - MG. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.....	1
Figura 5: Feira de produtos orgânicos dos Orgânicos da Mantiqueira, 2011. Fonte: Arquivo Orgânicos da Mantiqueira.....	1
Figura 6: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 01. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.....	1
Figura 7: Produção de hortaliças do Proprietário 01. Fonte: arquivo dos Orgânicos da Mantiqueira, 2011.....	1
Figura 8: Trator de galinha utilizado pelo Proprietário 01 no cuidado de suas hortaliças. Fonte: pesquisa de campo, 2011.....	1
Figura 9: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 02. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.....	1
Figura 10: Área de cultivo do Proprietário 02. Fonte: Arquivo dos Orgânicos da Mantiqueira, 2011. ....	1
Figura 11: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 10. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.....	1
Figura 12: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 03. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.....	1
Figura 13: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 06. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.....	1
Figura 14: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 04. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.....	1
Figura 15: Vista do parreiral do Proprietário 04. Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.....	1
Figura 16: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 05. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.....	1



Figura 17: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 07. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.....	1
Figura 18: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 08. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.....	1
Figura 19: Produção de mudas de Louro ( <i>Laurus nobilis</i> ), pelo método da Alporquia na Propriedade 08. Fonte: Pesquisa de campo, 2011. ....	1
Figura 20: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 09. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.....	1
Figura 21: Índice de sustentabilidade para as 10 propriedades dos Orgânicos da Mantiqueira avaliadas. Fonte: Pesquisa de campo, 2011. ....	1
Figura 22: Análise da porcentagem adquirida pelo grupo para cada Indicador de Sustentabilidade. Fonte: Pesquisa de campo, 2011. ....	1

# **AGRICULTURA ORGÂNICA E ATORES NEORRURAIS NA SERRA DA MANTIQUEIRA: O GRUPO *ORGÂNICOS DA MANTIQUEIRA*, GONÇALVES, MG**

**Autor:** Nádia Jarouche Aun

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder

**Co-orientador:** Prof. Dr. Giovanna Garcia Fagundes

## **RESUMO**

Este trabalho pretende trazer à discussão as características das populações neorrurais e analisar suas formas de atuação, tomando como base o grupo *Orgânicos da Mantiqueira*, sediado no município de Gonçalves (MG). Procura-se entender as novas formas de ocupação do espaço rural que são feitas pelos novos atores e as múltiplas funções que lhe são atribuídas. Assim, será realizada uma análise da construção das novas ruralidades como formas diferenciadas de ocupar um espaço marcado por costumes tradicionais. Dentro deste contexto também serão apontadas as diferenças que se desenham entre rural e urbano. A ocupação do espaço rural é abordada a partir da noção de multifuncionalidade da agricultura, levando em consideração as peculiaridades produtivas e organizacionais de populações neorrurais e suas interações com populações rurais locais na reconstrução e revalorização do território através da agricultura alternativa ao sistema convencional de produção. A partir do histórico do movimento ecológico no campo a agricultura alternativa será estudada através da análise dos níveis de transição agroecológicos. Serão levantados os pontos mais relevantes em relação ao manejo feito nas áreas produtivas visitadas dentro do grupo dos *Orgânicos da Mantiqueira* da mesma forma que serão identificados pontos críticos para a realização das atividades produtivas. Percebe-se ao final que a formação do grupo e sua institucionalização ocorrem mediante a definição de projetos coletivos e de objetivos em comum, considerando durante este processo o surgimento de novas contradições.

**Palavras chave:** ruralidades, populações neorrurais, multifuncionalidade, agricultura de base ecológica, transição agroecológica.

**Organic Agriculture and the New Rural actors within the *Mantiqueira* mountain range: the *Orgânicos da Mantiqueira's* group, Gonçalves, MG**

**Author: Nádia Jarouche Aun**

**Adviser: Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder**

**Co-adviser: Prof. Dr. Giovanna Garcia Fagundes**

## **ABSTRACT**

This paper discusses the characteristics of the new rural population and their forms of action, based on the case of the *Orgânicos da Mantiqueira* group, they are localized at Gonçalves, MG. It is intended to discuss the new forms of occupation in rural areas played by those new actors and the multiple functions assigned to them. Therefore It will be analyzed the construction of this new ruralities and the different ways of occupying a land marked by traditional customs. Within this context It will be underlined the differences between rural and urban occupation. The land occupation is approached from the concept of the agriculture multifunctionality. It will be taken into account the peculiarities of the new rural population's productive and organizational characteristics besides their interactions with local populations in rural reconstruction and the evaluation of the area through new ecologic agricultural basis. Starting from the history of the ecological movement in rural areas, the ecological agriculture is studied through the analysis of the agroecological conversion systems. There will be pointed out some relevant issues related to the crop systems' management in the visited areas as well as the critical points affecting the realization of the *Orgânicos da Mantiqueira's* productive activity. It can be perceived at the end that the constitution of a group and its institutionalization upon society happens by collective desire and common objective considering, during its process, the emergence of new contradictions.

**Key Words:** ruralities, new rural population, multifunctionality, ecologic agricultural basis, agroecological conversion.

## INTRODUÇÃO

As novas formas de ocupação do meio rural têm sido objeto de inúmeras pesquisas nos últimos anos. A expressão “*novas ruralidades*” abrange situações diversas, desde aquelas em que o agricultor já acostumado com a vida rural resolve mudar suas práticas e técnicas, até aquelas em que há um esvaziamento do espaço rural provocado pelo êxodo. Também se refere ao caso das populações neorrurais: aquelas procedentes de centros urbanos que promovem uma reocupação do espaço rural, com ou sem histórico de vida no campo, e que buscam uma nova forma de atuação econômica ou um espaço para lazer, uma mudança em seu modo de vida e de interação social (BRANDEMBURG, 2005).

Historicamente, o espaço rural foi marcado por movimentos de êxodos mais intensos logo após as guerras mundiais. Estes êxodos, em sua grande maioria, foram motivados pelo crescimento de zonas urbanas, resultado de uma política de estímulo à industrialização, bastante forte no caso brasileiro. A partir de 1960, o mundo rural era tido como um lugar de incertezas e inseguranças devido ao tipo de economia, baseada em processos de trabalho fisicamente desgastantes, prejuízos financeiros oriundos da instabilidade de produção, acesso precário à educação, saúde, eletrificação e demais políticas públicas. Desta forma, uma expressiva parcela da população rural passou a buscar oportunidades de trabalho em áreas urbanas.

No entanto, há uma forte tendência no sentido de se romper com esta perspectiva na atualidade. Existe um movimento de retorno ao campo fundamentado em um conjunto de novos fatores: a qualidade de vida, a proteção ao meio ambiente, a vinculação com novas formas de organização social, o ideal de construção de um projeto de vida, o estímulo de atuar com agricultura sustentável, entre outros. Há, em inúmeras regiões, uma reinvenção do meio rural já que “*o espaço rural já não é redutível à função agrícola, nem está irremediavelmente sujeito a caprichos do crescimento*” (PEIXOTO, 2004).

Este estudo pretende trazer à discussão o surgimento e a importância das populações neorrurais. Serão analisadas também suas formas

de atuação, tendo como base o estudo de caso junto a um grupo de agricultores de base ecológica do Sul de Minas Gerais, os *Orgânicos da Mantiqueira*, localizado no município de Gonçalves (MG). O objetivo é aprofundar a análise sobre as características das populações neorrurais, consideradas personagens importantes neste momento de transformação do espaço rural e do ambiente natural brasileiro.

Esta dissertação, inicialmente, apresentará um estudo sobre as características e especificidades dos neorrurais e como esta nova população contribui para a formação de um novo contexto histórico no campo. Para tanto, serão analisados os fluxos migratórios que possibilitam a construção das “*novas ruralidades*” e a nova configuração do ambiente urbano. Para que então seja estudada a formação de redes sociais e técnicas, composta por atores de universos distintos, mas que passaram a desenvolver ações em conjunto.

Em seguida o estudo será direcionado à análise das redes sociais e institucionais formadas entre os atores que se propõem a formar novos grupos. Após compreender quem são estes novos indivíduos que constituem o espaço rural que se configura na atualidade, poderemos perceber como se organizam coletivamente, seja para exercer uma atividade comercial ou para constituir grupos sociais. Assim será possível compreender as dificuldades perante as mudanças socioeconômicas, que também atingem grande parte da sociedade brasileira.

Será traçado um panorama do surgimento do pensamento alternativo de produção no campo, para entender, principalmente, o caminho trilhado pela maioria dos agricultores neorrurais e situar, dentro do universo que este estudo compreende o surgimento do pensamento agroecológico. Mais adiante nesta seção serão introduzidos os conceitos relativos à agroecologia, especificamente, aqueles que fazem referência à transição agroecológica e à construção de indicadores de sustentabilidade.

Ao final deste trabalho será apresentado o estudo de caso com o grupo *Orgânicos da Mantiqueira*, com o qual se ilustra esta pesquisa. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada junto a um grupo de agricultores

orgânicos de origem urbana e rural no município de Gonçalves ao sul do estado de Minas Gerais. Dentro deste item serão apresentadas, primeiramente, as características do município onde estão inseridos e posteriormente dos agricultores que constituem o grupo. Serão abordadas as questões relativas ao turismo e sua relação com a agricultura em bases ecológicas, diante das possibilidades que se desenham na região. Mais adiante, tomando como base a bibliografia apresentada, serão levantadas questões sobre os novos atores, as novas ruralidades e as novas contradições geradas, a partir da construção destas redes, localmente inéditas, de pessoas e capacidades técnicas.

Apresentaremos também uma análise das áreas produtivas de cada agricultor associado ao grupo. Através da construção de indicadores de sustentabilidade e de uma média traçada entre eles procuramos analisar o nível de transição agroecológica em cada propriedade e do grupo.

## **METODOLOGIA**

Foram utilizadas duas metodologias para este trabalho. A primeira contou com elementos presentes na pesquisa qualitativa, onde o objetivo principal era estudar uma categoria social específica que vem ocupando o ambiente rural. O intuito era entender como o grupo participava na efetivação de um ambiente rural reformulado através da produção agrícola de base ecológica e da reocupação/utilização do ambiente natural. Já a segunda metodologia utilizada neste trabalho é direcionada à análise dos sistemas produtivos. Tal enfoque visou garantir ao estudo uma abordagem onde aspectos sociais, econômicos e ecológicos eram levados em consideração e analisados conjuntamente contribuindo, dessa forma, para um enfoque agroecológico.

Dentro do vasto universo que as pesquisas qualitativas compõem, a Etnografia foi o principal modelo de investigação utilizado para a coleta de dados do grupo e dos diversos atores que compõem o universo estudado. O intuito da utilização desta metodologia é realizar um desenho da comunidade, como ela está organizada e como são construídas suas relações.

Segundo Mattos (2001), a etnografia é uma metodologia guiada basicamente pelo senso questionador do pesquisador. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos não segue padrões rígidos ou pré determinados, mas sim, o critério desenvolvido a partir do trabalho de campo levando em consideração o contexto social da pesquisa. Rocha e Eckert, (2008), também afirmam que neste processo não há formulação de hipóteses previamente, estas surgem na medida em que o pesquisador se aprofunda no universo pesquisado uma vez que “a interação é a condição da pesquisa”. Estudar o outro para conhecê-lo (ROCHA E ECKERT, 2008).

Ainda segundo Mattos (2001), a etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas por três motivos: primeiro por preocupar-se com uma análise holística do comportamento humano, isto é, como um sistema de significados

mediadores entre as estruturas sociais e a ação humana; segundo, por introduzir os atores sociais como indivíduos ativos no processo modificador das estruturas sociais; e terceiro, por revelar as relações e interações ocorridas no interior de uma comunidade.

“Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (GEERTZ, 1978:14).

Assim, as técnicas utilizadas em estudos etnográficos, muitas vezes, tem que ser formuladas ou criadas para atender à realidade do trabalho de campo de determinado grupo que se deseja estudar. Nesta perspectiva, o processo de pesquisa é guiado pelas questões propostas pelo pesquisador. As técnicas normalmente associadas ao método etnográfico são a entrevista; a observação participante; e o diário de campo.

Rocha e Eckert, (2008) propõem algumas etapas para o estudo etnográfico.

- a. **Negociação:** momento em que o pesquisador expõe suas intenções ao grupo, tentando aproximar-se dos sujeitos de sua pesquisa. Normalmente é acompanhado de um interlocutor, indivíduo que já pertence ao grupo e tem sua imagem bem construída perante os demais integrantes e que cuidará de introduzi-lo ao grupo facilitando sua aceitação perante todos. É nesta etapa que o pesquisador conquista a confiança de seu interlocutor.
- b. **Entrada em campo:** quando o pesquisador tem a permissão e a confiança do grupo para se aproximar; marcar entrevistas; visitas.
- c. **Inserção no contexto social:** quando o pesquisador já possui certa proximidade passando a freqüentar os mesmos espaços de convívio social como festas, igrejas, escolas entre outros espaços em comum.
- d. **Interação com os indivíduos no espaço cotidiano:** Somente a partir da inserção no contexto social é que o pesquisador conseguirá de fato



interagir de modo qualitativo com os indivíduos da comunidade que pretende estudar.

Para compor a rotina do trabalho de campo, neste estudo, foi necessária a vivência contínua com o grupo, isto é, foram dedicados ao total oito meses de trabalho onde a pesquisadora fixou residência no município estudado e passou a conviver com os atores que compunham o universo dessa pesquisa. Antes deste período foram necessárias algumas reuniões e breves encontros, também no município, com o fim de conhecer melhor o universo e as possibilidades de abordagem. Uma vez morando no local, as entrevistas só foram marcadas depois de um mês de convivência. Foi preciso um estudo das propriedades, suas localizações e seus respectivos gestores, para elaborar o questionário e o roteiro de entrevistas.

O intuito das entrevistas era coletar informações sobre as áreas, suas produções e o processo produtivo, de entender o motivo pelo qual estes produtores iniciaram na atividade de agricultura orgânica e de que forma se enxergavam dentro do grupo. O tempo destinado para as entrevistas era indeterminado. Foi reservado um período para as perguntas, anotações e conversas informais e outro para conhecer a área produtiva. Quando possível ou necessário oferecia-se ajuda na rotina diária de alguns produtores. Também foram incluídos, no roteiro de entrevistas, alguns empreendedores locais que possuíam restaurantes, bares e lanchonetes na cidade.

Foram formulados roteiros de diálogo semi - estruturados, assim como visitas periódicas às propriedades e espaços comerciais e organizacionais do grupo, tendo como proposta vivenciar por alguns meses a rotina diária de produtores e da sua instituição. O total de pessoas envolvidas na pesquisa foi de quinze produtores rurais, duas administradoras dos *Orgânicos da Mantiqueira*, nove proprietários de empreendimentos comerciais (padaria, lanchonete, restaurante, loja de doces e geléias, pousada/hospedaria, casas de chá e café), um técnico da EMATER, dois representantes do CONTUR (Conselho de Turismo de Gonçalves), totalizando um universo de vinte e nove pessoas entrevistadas.

Além de buscar junto aos produtores e administradores informações sobre sua história e levantar características importantes sobre a atividade que desenvolviam, foi preciso também levantar junto a outros atores do município a imagem que os *Orgânicos da Mantiqueira* possuem e como se relacionam com os empreendimentos e os diversos públicos locais. Turistas e demais compradores foram entrevistados de maneira informal quando estavam visitando o espaço da feira de produtores, ou em alguma outra oportunidade durante o período de permanência no município.

Após a aplicação dos questionários, iniciou-se o processo de observação que foi feita na feira de produtores, nos ambientes comerciais do município e em locais de encontro da cidade como a igreja, praças, bares e festas. Nestes locais procurou-se observar as relações que se desenrolavam entre produtores rurais, produtores neorrurais, turistas, empreendedores do município e população local. Durante este período, foi possível participar junto aos *Orgânicos da Mantiqueira*, de reuniões de planejamento da produção e colheita, do processo de auditoria necessário à continuação do processo de certificação e muitas festas locais.

Por último, foi solicitado a um produtor do grupo que aceitasse a presença da pesquisadora em sua área pelo período de um mês para que pudesse acompanhar suas atividades diárias na área de produção.

Além das observações propostas pela etnografia, as propriedades dos agricultores dos *Orgânicos da Mantiqueira* também foram avaliadas sob os pressupostos da transição agroecológica propostos por Gleissman (2001). Este conceito mostrou-se capaz de captar as mudanças na forma como os espaços são ocupados e manejados. Também foi possível entender, através desta metodologia, o aproveitamento que os agricultores fazem da diversidade de conhecimentos do grupo.

Como ferramenta de medição dos níveis de transição nas propriedades foi utilizado um conjunto de indicadores de sustentabilidade ecológicos. Um indicador é apenas uma forma de constatar uma situação, não tem o efeito de prevenir ou dar respostas definitivas (MARZALL E ALMEIDA,

2000). Segundo Marzall e Almeida (2000), a utilização de um conjunto de indicadores confere um panorama geral da situação na qual encontra-se uma comunidade em relação a determinados aspectos.

Os indicadores de sustentabilidade de um sistema produtivo devem servir, portanto, para medir aspectos relativos à sustentabilidade de um agroecossistema. O conceito de sustentabilidade tratado neste trabalho considera, principalmente, a forma como uma atividade é realizada e se ela gera ou não impactos que possam impedir sua continuidade em termos sociais, ambientais e econômicos.

De acordo com Ricarte et al (2006), o estabelecimento de indicadores de sustentabilidade é um importante exercício no estudo de propriedades em transição agroecológica uma vez que são necessários dados da propriedade que não se resumem apenas aos fatores ecológicos. Os indicadores devem trazer o maior número de informações sobre a área e as pessoas pesquisadas e de uma forma que seja de fácil entendimento e que traga verdadeiramente os pontos sensíveis do sistema, isto é que sofrem alterações com facilidade e que da mesma forma são fáceis de serem monitorados (FERRAZ, 2003; MARZALL E ALMEIDA, 2000; GLIESSMAN, 2001).

Dentro do universo de possibilidades de análise de um agroecossistema através da utilização de indicadores de sustentabilidade, foram levados em consideração os seguintes critérios para a escolha dos indicadores mais apropriados para esta pesquisa: objetividade, credibilidade, facilidade de integração com os demais indicadores escolhidos, sensibilidade no tempo, aplicabilidade para outros locais, facilidade de reconhecimento, mensuração e clareza (FERRAZ, 2003: 49).

A literatura sobre o tema fundamenta-se basicamente em sistemas participativos de construção de indicadores de sustentabilidade, isto é, a comunidade e os pesquisadores constroem juntos quais seriam os indicadores que melhor representam a realidade estudada. No entanto, neste trabalho a construção dos indicadores não ocorreu de forma participativa, mas

sim a partir da observação das áreas visitadas e dos questionários aplicados a cada agricultor entrevistado.

Após as etapas do processo etnográfico – visitas às áreas, observações in loco e entrevistas – foi feito um levantamento dos principais fatores que serviriam como indicadores de sustentabilidade ecológicos, tomando como base o modelo de agricultura adotado pelo grupo, a região onde estão alocados e a bibliografia consultada. A partir do estabelecimento destes indicadores aplicou-se a cada propriedade uma tabela composta por esse conjunto de indicadores de sustentabilidade visando complementar as informações de caráter social, econômico, político e cultural levantadas na pesquisa etnográfica.

Em suma, os procedimentos usados para a coleta de dados durante a realização da pesquisa de campo junto aos *Orgânicos da Mantiqueira* foram os seguintes:

- a. Aplicação de questionário estruturado para coleta de dados referente à produção e manejo do sistema.
- b. Acompanhamento de atividades diárias dentro das propriedades – anotações eventuais de percepções relativas à condução de plantios, cuidados com colheita e armazenagem, relacionamento com funcionários e parceiros, cuidados com o ambiente natural da propriedade.
- c. Preenchimento da tabela relativa aos sistemas de cultivo, a partir das informações fornecidas pelos agricultores, às observações feitas em campo e informações fornecidas pela área comercial dos *Orgânicos da Mantiqueira*.
- d. Sistematização de resultados e delineamento de conclusões.

# **CAPÍTULO 1 - Populações Neorrurais e As Novas Ruralidades**

Este capítulo analisa teoricamente os atores dentro do universo estudado. Partimos dos neorrurais como os principais indivíduos de um ambiente modificado e chegamos ao conceito de novas ruralidades. Estas representam o território rural ocupado por atores diversos - de neorrurais a agricultores locais - que procuram dar ao seu território novos significados, além daquele puramente produtivista e industrializado. Trataremos de discutir os conceitos de neorrurais e das novas ruralidades; os fluxos entre rural e urbano e o possível desaparecimento das fronteiras que separam estes conceitos, para então introduzirmos a questão sobre as redes sociais, técnicas e multifuncionais.

## **1.1. As novas ruralidades e seus atores: os Neorrurais**

*“O surgimento de um novo conceito assinala a emergência de novas forças sociais”.*

Antony Giddens

O termo neorrural foi inicialmente utilizado na França para denominar pessoas que mudavam suas habitações de centros urbanos para o campo. Giuliani (1990) define o neorruralismo e faz um estudo comparativo do movimento iniciado na França com os “novos rurais” no Brasil. Segundo o autor, o movimento de retorno ao campo, sob o prisma habitacional, na França, era apoiado por medidas governamentais que buscavam a descentralização das instalações industriais e também a reocupação do espaço rural com atividades agrícolas. Já no Brasil, o movimento de cidadãos em direção ao campo foi iniciado, principalmente, devido à insatisfação dos mesmos em relação à vida urbana e pode contar ou não com apoio do Estado.

Os neorrurais podem ser caracterizados como aqueles procedentes de centros urbanos que promovem uma reocupação do espaço rural, desenvolvem atividades econômicas agrícolas e/ou não agrícolas, com ou sem histórico de vida rural e que estabelecem habitação principal ou

secundária no campo. Mais adiante, veremos que os neorrurais são uma categoria dentro do universo dos atores que hoje habitam áreas rurais e que, portanto, participam da construção das *novas ruralidades*.

Segundo diversos autores, a reocupação do espaço rural no Brasil surge em um contexto histórico bem específico. Brandenburg (2005), Carneiro (1998), Veiga (2001), entre outros, analisam o surgimento dos movimentos de contestação à agricultura moderna/convencional e a formação de grupos que passam a defender seus espaços baseados em modelos produtivos alternativos, mas que têm como “mote” a preservação do ambiente natural. Surgem, durante a década de 60, junto com os movimentos de contestação política que começam a eclodir na Europa e Estados Unidos, principalmente. No Brasil, é na década de 70 que aparecem as primeiras manifestações no campo relacionadas à produção agrícola de base ecológica.

Carneiro (1998) afirma que se tratava de um movimento iniciado de forma tímida na década de 70 e que vai tomar corpo nos anos 90 com a ampla divulgação do “pensamento ecológico”. É um pensamento que tem seus fundamentos pautados na crescente falta de trabalho ou pela intensa exploração de mão de obra, que marca os centros urbanos mais industrializados. Os atores que promoveram este movimento são guiados, segundo a autora, por uma reorientação da forma de produção no campo onde a natureza é vista como algo purificador por aqueles que vêm das cidades. Um local que pode produzir alimentos saudáveis, proporcionar entretenimento e novas formas de relações sociais. *“O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neorruralista e antiprodutivista”* (CARNEIRO, 1998).

É neste contexto que Brandenburg (2005) propõe o termo *novas ruralidades* como maneiras distintas de se ocupar o campo. Maria José Carneiro também considera que esta ocupação é feita por diversos grupos sociais, que buscam novas opções em ambientes mais próximos à natureza. Geralmente, estes grupos são procedentes de centros urbanos, com ou sem histórico de vida rural ou agrícola, que buscam outra opção de atuação

econômica e uma mudança em seu modo de vida ou de interação social. *“Nesse sentido não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos”* (CARNEIRO, 1998).

No entanto, a discussão sobre as *novas ruralidades* também pode ser estendida àqueles que permanecem no campo, resistentes à modernização da agricultura e que não são atraídos por eventuais ofertas de trabalho nos centros urbanos. São pessoas que vislumbram novas possibilidades de crescimento econômico e social dentro de um rural reformulado, seja pelo turismo, pela agricultura de base ecológica, pela criação de áreas de preservação ou pelo retorno de familiares que saíram em direção às cidades e que voltam trazendo consigo uma nova concepção sobre o este habitat.

É possível afirmar, portanto, que a reconstrução do rural surge em contextos diversos nos quais atores de regiões urbanas e rurais interagem em busca de outras opções de vida. Esta interação, no ambiente rural entre grupos de diferentes origens, torna-se possível devido, principalmente, ao caráter multifuncional que o campo apresenta, possibilitando o aprimoramento das atividades voltadas à produção agrícola, à indústria, ao turismo e à recreação rural (BRANDEMBURG, 2005; CARNEIRO, 1998). Para Peixoto (2004), esse movimento significa o desaparecimento do mundo rural como um espaço exclusivamente agrícola e o seu renascimento com características e ocupações diferenciadas. Ele argumenta, ainda, que toda característica cultural de uma sociedade está em constante transformação, independente da velocidade e da concentração demográficas.

Para Camargo (2010), os agricultores de hoje não são mais profissionais com características essencialmente tradicionais e, exatamente por possuírem um caráter pluriativo, conseguem conciliar sua produção com as necessidades e exigências ambientais, por exemplo. Wanderley (2000) também afirma que o rural não fica parado no tempo e que evolui de acordo com suas necessidades e condições. Daí o exercício de adaptação e transformação contínua de técnicas tradicionais de trabalho. É importante dizer que neste trabalho, o termo multifuncionalidade é usado em relação as

diversas possibilidades de uso que uma propriedade rural possui. E pluriatividade como as variadas capacidades de um indivíduo em desenvolver atividades rentáveis no campo, ou ainda de adaptar-se às exigências que uma propriedade rural requer.

Desta forma, torna-se complexo definir as *novas ruralidades* e os novos atores que estão se formando a partir da quantidade de influências e mudanças ocorridas no meio rural. Do mesmo modo, há certa dificuldade em se estabelecer o neorrural como uma categoria censitária, uma vez que as motivações que os levam a imigrar para o campo e se estabelecer, bem como desenvolver uma atividade econômica na região, ou simplesmente utilizar o espaço para o lazer, podem acontecer por motivações distintas e por períodos descontínuos.

Para tratar da reocupação do espaço rural e da transformação de práticas agrícolas e não agrícolas, Brandenburg (2005) remete à teoria da reflexividade social de Anthony Giddens. Ele explica como os novos personagens deste rural reconstruído buscam seus referenciais em modelos passados para construir uma forma própria de vida. A reflexividade em uma sociedade consiste na mudança de antigos paradigmas, através da tomada de consciência dos problemas destes mesmos modelos. São mudanças geradas a partir de incertezas em relação aos aspectos que condicionam o *modus vivendi*.

Segundo Giddens (1994), o homem de hoje está inserido em um ambiente globalizado, onde ações que ocorrem em determinado local são percebidas em localidades muito distantes ao mesmo tempo em que *destradicionado*, pois os costumes passam a ser questionados, gerando incertezas. São estas incertezas que vão permitir que uma sociedade se torne reflexiva, isto é, que busque em suas memórias/modelos outras formas de agir e pensar. É a partir da combinação de saberes - o conhecimento do antigo e da escolha pelo novo (da construção do novo) - que se estabelece o ato de reflexividade.



Guivant (1997) classifica um processo semelhante à reflexividade de Guiddens como *hibridização de conhecimento*. Segundo a autora, ele permite que novas práticas sejam introduzidas e combinadas com o conhecimento que já existe e que fora acumulado anteriormente. Dentro do ambiente rural, quando ocorre o processo de modernização da agricultura com a introdução de novas técnicas voltadas para a uniformização da produção, mesmo sendo assimiladas e difundidas, também são transformadas pelos agricultores e adaptadas às suas necessidades, uma vez que seu conhecimento anterior não foi totalmente perdido. Isto quer dizer que apesar do esforço para que novas técnicas introduzam um formato homogêneo (e único) de produção agrícola, não é possível evitar a transformação ou a combinação de conhecimentos, que resultam no aprimoramento de suas práticas.

Tanto a *hibridização do conhecimento* quanto o *ato de reflexividade* são frutos da interface de saberes globais, tradicionais e científicos. Assim, admite-se que práticas tradicionais não devem ser entendidas como verdade única, tampouco como “verdadeiras” formas de produção. Do mesmo modo, o saber científico. “*Com este conceito aponta-se a natureza heterogênea dos conhecimentos, resultado de processos de modificação, invenção e reapropriação de outros conhecimentos, num fluxo contínuo*” (GUIVANT, 1997).

O surgimento de populações neorrurais pode ser considerado, segundo Carneiro (1998), como a *operacionalização* das interações que ocorrem nos mundos urbano e rural, sendo necessário aprofundar-se do ponto de vista sociológico nos significados dessas interações – e não simplesmente delimitar onde começa o rural e onde termina o urbano. Segundo a autora, não é a penetração de um mundo no outro que faz com que surja um novo movimento, mas, sim, a vontade de grupos sociais distintos interagirem e conhecerem modelos de vida diferentes. O objetivo principal não é apenas substituir suas práticas, mas construir novas relações sociais.

Os novos atores que emergem de um processo social não foram criados a partir de políticas públicas, mas surgiram em resposta a situações

sociais diversas. Os neorrurais, portanto, surgem como parte de um movimento de mudança no contexto geral dos mundos urbano e rural e não só em função da reocupação destes espaços. Este diz respeito às populações que possuem, além de uma racionalidade e organização empresariais, motivações que vão além do âmbito econômico, como um ambiente agradável e saudável, sociabilidade e um novo estilo de vida. São essas motivações que permeiam também as escolhas de populações tradicionais, que permanecem no campo constituindo sua cultura. Neste sentido é possível dizer que os neorrurais se diferem do setor empresarial típico e passam a construir, junto a outras populações, um novo campo de atuação.

## **1.2. Fronteiras e Fluxos entre o Rural e o Urbano**

A discussão sobre as fronteiras e os fluxos entre o rural e o urbano tem o objetivo de entender o movimento que se desenha entre esses dois universos, para complementar a definição traçada sobre as populações neorrurais, uma vez que eles surgem em detrimento destas novas resignificações que os espaços, o rural e o urbano, começam a ganhar na sociedade atualmente. Não se trata de esgotar o assunto, mas discutir alguns conceitos.

José Eli da Veiga é um dos autores que mais se dedicou ao estudo da diferença entre o rural e urbano no Brasil. Baseado em dados de pesquisas censitárias, entendeu o conceito utilizado em nosso país. Aqui é considerada urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), independente de suas características estruturais ou funcionais. E é em função dessa definição que temos o resultado de 81% da população brasileira ser considerada urbana, quando 1.176 (21,35%) das 5.507 sedes de município, apesar de serem constituídas de centros administrativos, prefeitura, câmara, entre outras instituições públicas fundamentais para a constituição de uma sede, tinham menos de 2.000 habitantes. Podemos acrescentar que em um quarto de todos os municípios de pequeno porte e com características rurais,

houve aumento populacional de 31,3%, enquanto o Brasil apresentou um crescimento de 15% no período de 1991-2000<sup>1</sup> (VEIGA, 2005).

Além da utilização de dados numéricos e da proposição de outros critérios para garantir um melhor aproveitamento da pesquisa censitária no Brasil, Veiga (2005) também discute a questão social e os vínculos que se apresentam quando se trata das peculiaridades entre urbano e rural. Ele defende que para termos um melhor entendimento de como se apresentam os conceitos dos dois universos, é preciso também entender a relação entre eles, e não simplesmente indicar suas diferenças.

Ambas as categorias, rural e urbano, podem ser consideradas históricas e passíveis de transformação (WANDERLEY, 2000). Campo e cidade sofreram transformações com a introdução do modo capitalista de produção. As indústrias utilizaram mão de obra de agricultores que migraram em busca de condições melhores de vida, uma vez que a produção rural tornou-se cada vez mais direcionada ao setor industrial e de exportação. Isso resultaria na desagregação das sociedades rurais com suas práticas culturais, sociais e econômicas. Elas passariam a integrar os movimentos das cidades urbanizadas.

No entanto, não podemos esperar que este movimento seja único e que sozinho esvazie as áreas rurais chegando a ponto de culminar com a extrema urbanização do Brasil. Existem regiões rurais que apresentam crescimento duas vezes maior (31,3%) que todo o Brasil (15,5%). Assim, o movimento em direção aos centros urbanizados não é o único fluxo migratório; há também outras formas de se ocupar os territórios no país. Segundo Veiga (2005), este fenômeno, que acontece principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, propiciou o crescimento em algumas regiões, mas ainda é pouco conhecido.

---

<sup>1</sup> O autor utiliza dados do Censo Demográfico de 2000.

Wanderley (2000) também aponta para o fato de que a modernização não uniformiza a agricultura e a vida rural, e *“em seu sentido mais amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade”*, retomando então a teoria da hibridização do conhecimento proposta por Guivant (1997). São essas transformações que possibilitam também o surgimento de *novas ruralidades* e que significam novas formas de ocupar o espaço rural e de usufruir de suas múltiplas possibilidades, sejam elas de produção agrícola, turística, recreativa, cultural ou até mesmo industrial. Para Veiga (2005), este fenômeno representa um *nascimento do rural* e não um *renascimento*, uma vez que, na história do Brasil, este movimento é novo e o que se observa hoje não traduz as relações que se desenvolviam no passado nestes mesmos espaços. São resultados de *fluxos migratórios* inversos, isto é, de pessoas que saíram das cidades em direção ao campo e parentes que retornam às suas cidades de origem trazendo consigo outras referências sócio-culturais.

Wanderley (2000) aponta que essa dinâmica social do meio rural é resultado de uma série de fatores. O primeiro deles é a descentralização da economia, com o desenvolvimento de outros centros econômicos de menor porte e que apresentam condições de escoar a produção agrícola; a facilidade de serviços como saúde, educação e transporte. Tudo isso traz certa paridade entre rural e urbano, além de proporcionar a modernização do meio rural, o que leva a um aumento demográfico nestas regiões, quando não há mais migrações para as cidades, mas sim, um movimento contrário. Segundo a autora, *“o meio rural sofrerá um profundo processo de diversificação social e suas relações com o meio urbano perderão definitivamente o caráter de antagonismo, em benefício das relações de complementaridade”* (WANDERLEY, 2000).

Sabourin (2009) utiliza a expressão *correspondência entre relações sociais e conhecimentos técnicos*. Essa correspondência ocorre necessariamente onde existe um agrupamento de pessoas de uma determinada comunidade, que desenvolve especificidades técnicas diferentes e

que compartilha objetivos em comum, como o desenvolvimento de uma atividade ou de um produto. São tipos de saberes e conhecimentos distintos que juntos se organizam para um mesmo fim, dividindo o sucesso ou insucesso de suas atividades. São redes de pessoas, de conhecimentos e técnicas variadas.

Segundo Veiga (2005), há o conhecimento sobre a necessidade de estimular, em outras regiões ou mesmo nas que já desenvolvam um trabalho mais específico voltado para o desenvolvimento local, o fortalecimento dessas relações e a sua institucionalização. O que precisa ser concretizada é a aproximação da informação às práticas, com ações menos setoriais e mais intermunicipais, ações conjuntas entre setores privados, estatais e de participação civil principalmente.

A construção de um novo olhar e de novas práticas sobre as delimitações entre rural e urbano parte, portanto, dos protagonistas desse movimento. São eles que fornecem aos ambientes novas significações e contribuem para a formação de grupos articulados, que vão buscar a constituição de redes sociais e técnicas além da legitimação de seus atos. A participação do Estado neste processo é fundamental, mas não ocorrerá de maneira eficaz sem a participação efetiva dos cidadãos.

### **1.3. Constituição de atores coletivos**

Apresentaremos aqui um olhar sobre a formação de arranjos sociais no campo, cujo principal objetivo é entender os fluxos entre indivíduos e grupos de pessoas. Dentro destes fluxos, estudamos as relações estabelecidas e os impactos que elas podem gerar no desenvolvimento local. Já tratamos, anteriormente, das principais características destes atores que fazem parte da construção de um novo ambiente. Agora, pretende-se elucidar o aspecto coletivo no qual são realizadas as atividades, principalmente, a comercialização de produtos orgânicos.

Carneiro (2008) e Wanderley (2000) apontam para o caráter heterogêneo que estes novos grupos adquirem e chamam a atenção para os

neorrurais, como mais um dos elementos que compõem esse cenário diverso do espaço rural brasileiro. Assim, as *novas ruralidades* podem representar claramente a união do tradicional com o novo, da sabedoria popular com o conhecimento científico e, por fim, do rural com o urbano. As autoras ponderam que não há, por conta desta combinação, a morte do rural, mas uma *ressignificação* do espaço e das atividades (WANDERLEY, 2000). A figura do agricultor e sua importância são, pelo contrário, valorizadas pelos novos e antigos moradores. Mesmo interagindo com outras culturas, o tradicional resiste, reinventa-se e ganha adeptos.

*Nesses termos, as transformações da ruralidade nas sociedades contemporâneas se expressam não apenas em novas configurações socioespaciais (devido aos interesses dos novos atores sociais que aí se estabelecem e à expansão das atividades econômicas alternativas à agricultura), mas também nas novas identidades sociais que emergem de relações conflituosas resultantes da disputa por imagens e interesses distintos sobre esses espaços (CARNEIRO, 2008: 26).*

Guiddens (1997) trata a tradição como a base de uma comunidade. É o conjunto de regras que dá o caráter familiar e usual a certas práticas culturais dentro de um grupo estabelecido ou institucionalizado. O aparecimento de elementos desconhecidos indica exatamente a extensão do espaço familiar. Guiddens (1997) não menciona o desaparecimento de um ou de outro, mas o limite entre eles. Fica muito claro que a tradição é o conceito familiar e, o surgimento do novo vai questionar a tradição simplesmente por não fazer parte dela, por pertencer a outro contexto. É esse questionamento que estabelece o novo, mas não necessariamente com o desaparecimento do familiar, da tradição. Assim pode ser interpretado o surgimento de populações neorrurais no campo e, como observamos, das *novas ruralidades*.

Para que o novo se estabeleça e seja aceito é preciso que forme laços com o grupo já existente. Estabelecer laços de familiaridade traz confiança e esta é mantida através dos rituais, ou seja, das repetições culturais e sociais de certa comunidade. A participação torna o estranho familiar e, mais adiante, confere a ele confiança. É neste momento que se estabelece a criação do novo, sem que o antigo tenha sido dizimado ou esquecido (GUIDDENS,

1997). A conformação de novos arranjos sociais não é vista como algo fácil e sem contradições, uma vez que o simples surgimento do novo traz questionamentos às tradições que dão suporte às práticas culturais do grupo.

*A auto consciência de um sujeito ocorre quando ele consegue perceber sua própria ação na perspectiva do outro. Este outro deve reconhecê-lo também de forma a estabelecer um mecanismo mútuo. Quando isso ocorre, aprendem-se os direitos e deveres do grupo, internalizam-se as normas morais de conduta (GOHN, 2009: 48).*

Para que este fluxo populacional em direção ao campo e entre as populações rurais tradicionais seja institucionalizado, segundo Maria da Glória Gohn (2009), é preciso ação contínua e interessada dos atores. Para a autora, um movimento social representa o anseio do grupo em constituir uma (nova) identidade; apresenta conflitos entre adversários e aliados (aqueles que se opõem ou apóiam a tradição); forma bases, lideranças e assessorias que se organizam e constituem redes; estabelecem práticas comunicativas; constroem projetos ou visões de mundo (que servem de sustento à construção de sua identidade); e estimulam, por fim, o surgimento de práticas próprias na forma como defendem e encaminham suas reivindicações.

*Nas sociedades modernas, o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua capacidade de atrair novas economias e outros interesses sociais e de realizar uma profunda 'ressignificação' de suas próprias funções sociais (WANDERLEY, 2000: 96-97)*

Utilizamos o conceito proposto por Gohn (2009) para propor que os arranjos sociais que surgem dentro do contexto das *novas ruralidades*, sejam também considerados como movimentos sociais. Talvez ainda necessitem de tempo para uma conformação mais robusta, frente a outros movimentos que já existem no campo e também em centros urbanos. Portanto, consideramos sua constituição e permanência no campo; seu compromisso diante das mudanças sociais que compõem e, que refletem diretamente no envolvimento das populações com o território em que habitam; e inclusive as contradições geradas nesta nova conformação. O advento de novos atores

representa um movimento migratório, antes de tudo, e social, pois integra culturas distintas e constrói uma nova identidade.

Um grupo predispõe-se a funcionar como um coletivo quando os atores possuem interação suficiente para a construção das regras de funcionamento desta nova estrutura social (GOHN, 2009). Entretanto, é sabido que cada parte integrante carrega consigo histórias e práticas culturais próprias. A união acontece quando mundos distintos demonstram interesse em compartilhar conhecimentos através de questionamentos, concessões e aprendizados. Uma vez constituído o grupo, estabelece-se a forma como devem fluir as informações entre os integrantes e deles com outras pessoas ou instituições.

Cécile Raud-Mattedi (2005) pondera que nas sociedades modernas ou tradicionais, o que garante a coesão social é o acordo coletivo praticado dentro de determinados aglomerados humanos. Este acordo forma-se a partir da prática repetitiva de atividades culturais; não sendo determinado simplesmente pela especialização ou divisão de trabalho. Segundo a autora, essa relação de troca entre cada componente gera *laços sociais* sem que a relação seja levada a níveis mais pessoais. Quando há respeito às normas de convívio estabelecidas, há a reprodução das instituições sociais, isto é, enraíza-se a prática da troca (de conhecimento), fortalece-se o mercado e valorizam-se as funções específicas.

A institucionalização de um grupo ocorre a partir do momento em que passa a representar um conjunto de pessoas com regras estabelecidas, que podem ou não estar em funcionamento ou interagir com outras instituições, desde que haja respeito mútuo entre as normas definidas. Para Leone (2003), as instituições e as mudanças institucionais também podem ser consideradas marcos de referência cultural. As normas que se estabelecem são os resultados das práticas repetidas e isso gera a institucionalização de valores, práticas e costumes e, finalmente, determina o comportamento dos atores. Elas se tornam sua tradição.



É compreensível, portanto, que durante o processo de estruturação de determinados aglomerados sociais, haja criação de regras específicas e particulares de convivência e principalmente de trocas comerciais. Este processo fortalece os *laços sociais* e pode contribuir para o surgimento de organizações autônomas em relação a sua atividade e sua representatividade política e social, fazendo valer-se desta para uma ocupação territorial responsável e eficiente.

## **CAPÍTULO 2 – Atores, Instituições, Troca e processos agroecológicos**

Percebe-se que a construção de um grupo tem como propósito uma atividade específica; pressupõe a criação de regras para o convívio social entre os integrantes; e define suas atribuições para que sejam inseridas dentro de um contexto político, social e econômico mais amplo. Esta etapa do trabalho pretende estudar o processo de constituição de um grupo heterogêneo e novo. Partimos da compreensão das manifestações que levaram indivíduos de, origens distintas, estabelecerem vínculos em um determinado local ,e seguimos em direção aos conceitos que explicam a união e constituição de novas redes de convívio e atuação social.

O objetivo deste capítulo é trazer à tona o surgimento de novas formas de construção social, que não são novas em relação às pessoas que as constituem, mas, sim, na forma como se relacionam e constroem suas redes. Pretende-se, portanto, entender como ocorre a constituição de atores coletivos e como surge o conceito de reciprocidade dentro de um contexto de trocas de mercadorias e de transição agroecológica.

### **2.1. Redes Sociais, Políticas Públicas e Multifuncionalidade**

Segundo Saborin (2009), foi a partir da conferência Eco 92, que o termo multifuncionalidade foi caracterizado, no Brasil, como um reconhecimento pela *“sociedade do interesse público ou geral de funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis, associadas à atividade agropecuária”*. Uma atividade agrícola que não esteja somente ligada às suas funções mercantis assegura também as funções sociais, ambientais e econômicas da propriedade rural e do grupo que nela trabalha, assegurando a continuidade destas funções. Esta garantia vem através de práticas que servem como suporte para a produção agrária.

Embora não se conteste o conceito de multifuncionalidade, no Brasil e também na América Latina, a principal medida em relação a sua aplicação consiste nos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), em particular o seqüestro de carbono (CO<sub>2</sub>), por meio de subvenção para projetos florestais, agro-florestais ou silvo-agro-pastorais, como na Costa Rica, por exemplo, (SABOURIN, 2009). Segundo o autor, esta é uma política copiada de modelos aplicados em países do Norte e que surgiram para suprir necessidades daqueles países, e quando aplicadas diretamente ao continente sul-americano, podem não gerar os benefícios esperados.

O reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura, de acordo com Sabourin (2009), acontece através de sua institucionalização e da transformação de práticas comunitárias em objeto de políticas públicas. No entanto, o autor sugere que as práticas precedem a atuação estatal como agente facilitador e viabilizador do desenvolvimento rural sustentável<sup>2</sup>. Quando não há um *processo histórico e social* em uma comunidade, quando não há interesse coletivo ou quando uma política pública é criada de acordo com interesses políticos conjunturais, as iniciativas tendem a se esvaír antes do objetivo ser alcançado ou reformulado. Portanto, torna-se relevante a análise da evolução histórica e social destas experiências. (SABOURIN, 2009).

A constituição de redes sociais acontece a partir da união de grupos ou pessoas sem relações hierárquicas estabelecidas e que, portanto, gozem de certa horizontalidade em suas vinculações. Possuem interesses em comum, mas sua composição tende a ser heterogênea e em geral agregam pessoas jurídicas ou físicas de diversas naturezas. A heterogeneidade de composição destes grupos e, por consequência, de suas atividades (econômicas, sociais ou culturais) é umas das principais características a ser considerada no momento da concepção de políticas que auxiliem determinados grupos. Em geral, as diferenças são fragmentadas e diferenciadas o que dificulta o estabelecimento de demandas coletivas. E este é um aspecto importante na constituição das redes (BONNAL e MALUF, 2007).

---

<sup>2</sup> Por sustentável entenda-se perene, aquilo que pode ser continuado.

Bonnal e Maluf (2007) afirmam que em meados dos anos 1990 começam a surgir alguns elementos que dão enfoque à multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural no âmbito das políticas públicas no Brasil. Até então, a visão predominante considerava o espaço rural como um espaço exclusivamente voltado para a produção agropecuária. A reformulação dessa postura levou à interpretação das unidades familiares para além de sua dimensão produtiva:

*ambos os enfoques, sobre os múltiplos papéis da agricultura e sobre os territórios, estão subjacentes às manifestações de retórica 'não produtivista' que têm se multiplicado no Brasil – assim como em várias partes do mundo – em tensão com o linguajar hegemônico do agronegócio (BONNAL e MALUF, 2007: 2).*

É também nesta mesma época que se caracteriza o termo multifuncionalidade no Brasil, mais especificamente durante a conferência Eco 92, realizada na cidade do Rio de Janeiro (SABOURIN, 1992). O termo passa a ser reconhecido pela sociedade e a atividade rural começa a ser entendida como algo para além da produção agropecuária, adquirindo funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais. Bonnal e Maluf (2007) e Sabourin (2009) mostram que políticas públicas criadas em função de experiências vividas por grupos que conseguiram se manter estáveis possuem muito mais relevância e fundamentação, além de observar com maior adequação as necessidades do público e os objetivos que procuram alcançar. O foco na especificidade regional e na multifuncionalidade da agricultura permite um envolvimento ampliado das comunidades com seus territórios (espaços produtivos e ambientes de convívio social: centros urbanos, igrejas, praças, vilas, entre outros) e, conseqüentemente, da produção agropecuária.

As políticas territoriais têm como enfoque principal o território, em toda sua complexidade, por isso sua relação direta com o termo multifuncionalidade. Segundo Bonnal e Maluf (2007), são cinco os pontos principais que podem ser destacados nas políticas territoriais: a) dinamização das atividades econômicas; b) implementação de infraestrutura física; c) gestão de recursos naturais; d) construção e/ou promoção de identidades; e)

aperfeiçoamento da governança. A adoção desta perspectiva traz à tona outros temas relacionados ao exercício das práticas agrícolas e rurais e também vão resultar em uma adequação e aprimoramento da produção.

Ganham relevância os programas que atuam “*como instrumentos de re-equilibragem social e territorial, ao mesmo tempo em que se colocam novas questões para as políticas setoriais*” (BONNAL e MALUF, 2007). No mesmo sentido, Sabourin (2009) destaca que a produção em pequena escala poderá, a longo prazo, aperfeiçoar ainda mais a produção na medida em que estiver inserida em um contexto de reciprocidade com os demais proprietários (vizinhos, bairros, comunidades) e integrada a redes sociais e técnicas empenhadas não só na produção agrícola, mas também na construção da infraestrutura para todos os atores envolvidos no processo.

No entanto, as políticas atuais que focam a multifuncionalidade e a reconstrução do espaço rural, foram formuladas para atender a agricultura familiar especificamente, não se mostrando, ainda, adaptadas às características da população neorrural. Dentre as linhas oficiais de crédito atualmente existentes, as que beneficiam os produtores em áreas inferiores a quatro módulos fiscais, são as direcionadas a famílias com histórico na produção rural ou que têm, no mínimo 70% de seus rendimentos provenientes da atividade no campo.

Não há também uma política de assistência técnica a estes novos produtores. Segundo as normas da Emater-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, no estado de Minas Gerais), só é possível prestar assistência gratuita a produtores familiares que possuem no mínimo 50% de mão de obra familiar, 70% de rendimentos provenientes da produção rural e histórico familiar com atividade no campo. O mesmo tipo de restrição pode ser identificado na condução de atividades relacionadas ao turismo e outras não agrícolas. No município de Gonçalves (MG), algumas iniciativas neste sentido estão começando a ser delineadas, não obstante a reduzida mobilização social, por parte dos interessados, na busca de alternativas para acessar

instituições que viabilizem o acesso a políticas públicas que apoiem seus empreendimentos.

## **2.2. Troca e Reciprocidade como práticas econômicas e sociais**

A união de pessoas distintas em um mesmo arranjo sócio-cultural vai fortalecer-se através da economia e do trabalho; do reconhecimento entre os atores; e também do respeito que possuem pelo território em que estão. Essas novas possibilidades são vistas como fatores relevantes quando existe sinal de mudança na forma de organização social.

Jan Dowe van der Ploeg (2008) afirma que, no contexto das *novas ruralidades*, são as formas alternativas de agricultura e a reocupação do espaço que proporcionam o desenvolvimento territorial no campo. A agricultura também pode ser vista como uma forma de organização social onde novos camponeses<sup>3</sup> geram novas tecnologias. São as “conexões” feitas pelas pessoas locais com instituições, empresas ou outros grupos que geram novas formas de conhecimento e utilização dos recursos que já possuem. *“Necessidades e recursos locais são formulados, reformulados e combinados (através de um processo complexo de conceitualização e materialização) para criar soluções locais para problemas globais”*<sup>4</sup> (PLOEG, 2008:168).

---

<sup>3</sup> Ploeg (2008) utiliza o termo camponês para definir os produtores que utilizam mão de obra familiar e não tem sua produção totalmente voltada ao mercado. E novos camponeses quando se refere àqueles que fizeram de sua propriedade um local com produção variada, com alto valor agregado e que também investem em atividades não agrícolas. O autor menciona “*camponeses do terceiro milênio*” e deixa claro que “*não são uma volta ao passado ou uma atividade de aposentados, são camponeses do terceiro milênio*”. São jovens, trabalham com mais pessoas, geralmente da família, e são também os donos da propriedade.

<sup>4</sup> Versão original em inglês: “*Local needs and local resources are moulded, remoulded and combined (through complex processes of conceptualization and materialization) in order to create local solutions for global problems*”.

É possível conceber o desenvolvimento rural como parte do processo de reocupação dos espaços rurais, também responsável por transformações e contradições. Isto pode ser considerado um momento de transição, que existe em função da necessidade de criação de políticas públicas para espaços e grupos específicos, em uma conjuntura específica. Ou ainda, um movimento social guiado pelos interesses dos agricultores que buscam novas soluções (PLOEG, 2008). Da mesma forma, a institucionalização de um novo arranjo social no campo aponta para a possibilidade de conexões, muitas vezes consideradas improváveis, e que se tornam viáveis por representar interesse coletivo de ocupação organizada do território.

É a partir do surgimento de novas formas de organização social no campo que houve a necessidade de entender a forma como se dá a comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas em determinadas situações. A comercialização de produtos e serviços é tratada aqui, por representar uma das grandes possibilidades neste momento de transição entre modelos de ocupação territorial. A busca por novas configurações sociais, passa a visar elementos que permitam o envolvimento destes atores com novas oportunidades de vida.

A teoria da reciprocidade (SABOURIN 2009; 2011), que sugere a base para o estabelecimento destas relações sociais, é fundamentada na própria reciprocidade, na confiança entre os indivíduos e na reputação adquirida pelo convívio.

*Não se divide da mesma forma, o que foi construído e mantido em conjunto entre pares e que provém de um centro de redistribuição exterior ao grupo. Na estrutura de compartilhamento, o fazer em conjunto, assim como o fato de depender de uma mesma fonte de recursos limitado, cria um sentimento de grupo (SABOURIN, 2011: 38-39).*

Sabourin (2011) demonstra como é possível considerar o conceito de reciprocidade como prática viável dentro de sistemas econômicos atuais, juntamente com práticas como a troca e a permuta. A troca está relacionada com a venda propriamente dita dos produtos, isto é, a troca de mercadoria por

moeda. O intuito da troca é substituir um objeto por moeda e vice-versa. A permuta é o câmbio entre mercadorias, um objeto por outro que possuam um valor (atribuído pelas partes) equivalente. No entanto, esses modelos de interação social podem conviver com a reciprocidade, embora apresentem diferenças entre si e em alguns momentos venham a exercer maior influência sobre o outro.

Para explicar a coexistência entre reciprocidade e troca, podemos considerar a reciprocidade como a garantia da produção de bens utilizados no processo da troca. Quando a produção é pensada dentro de um universo de respeito e confiança é possível que sejam gerados significados em relação ao grupo, nos diversos atores que participam dessa construção e no ambiente onde estão. Dessa forma, no momento da troca, ela será regulada pelo limite de uma produção de base recíproca, e não pelos interesses de grupos específicos. Isto é, não será feito de forma desrespeitosa ao ambiente e muito menos ao indivíduo que a produziu.

*As atividades econômicas não são motivadas apenas pelo interesse material individual ou corporativista. Muitas delas incluem também a preocupação com a satisfação das necessidades dos outros, ou com a manutenção do laço social.*  
(SABOURIN, 2011: 34)

As feiras de produtores ilustram como a troca e a reciprocidade podem coexistir. Nesta ocasião, existe a troca entre moeda e produto, o valor do produto é também o valor do trabalho aplicado em sua produção. Existe também a reciprocidade no momento do contato direto com o consumidor quando há respeito e confiança entre as partes, gerando fidelização e comprometimento. A venda de cestas ou a participação em mercados de circuito curto também podem ser consideradas sistemas mistos, onde são observados momentos de troca e reciprocidade.

Ploeg (2008) explica esta possibilidade de articulação entre duas lógicas distintas de mecanismos de conversão, onde os atores possuem autonomia suficiente para construir suas relações, sejam elas comerciais ou de amizade. É esta liberdade de ação que gera entre os diversos atores os espaços de manobra, que podem ser considerados uma das primeiras



justificativas positivas da reocupação territorial mencionada por Ploeg (2008). Este espaço é fruto do aumento de autonomia das novas propriedades rurais, que optam por um sistema de produção mais parecido ao tradicional que ao empresarial, independentemente da origem dos produtores que a administram. A autonomia é alcançada através do processo da constituição do grupo: seus laços sociais, suas regras de funcionamento e, por fim, a forma como comercializam sua produção. Fica claro, portanto, que os novos grupos de agricultores passam a vislumbrar a venda de seu produto como a oportunidade de valorização de seu trabalho e conformação de novos laços, e não apenas como o princípio regulador de sua produção (PLOEG, 2008).

Para Sabourin (2011), é importante também que o grupo consiga se organizar politicamente e estabelecer de forma legal suas relações e seu funcionamento para que consiga buscar junto ao Estado o reconhecimento pela sua prática e pelos benefícios que proporcionam. Esta medida fortalecerá o grupo e a reciprocidade que existe entre seus membros, garantindo o caráter multifuncional da agricultura e a ocupação rural sustentável.

Portanto, faz parte do capital social que atrai os novos moradores para o campo, a constituição de uma rede de comércio mais justa, com a possibilidade de criação de regras próprias e de participação mais efetiva. Pesa na decisão dos novos atores que migram em direção ao campo e aqueles que ficam em suas propriedades rurais, a perspectiva de fazer parte de uma estrutura social na qual são visivelmente parte ativa na tomada de decisões.

A institucionalização de práticas multifuncionais, advindas de processos coletivos para a constituição de políticas públicas, gera resultados mais eficazes (SABOURIN, 2009). Da mesma forma, reconhecer o surgimento de novos grupos sociais é um aspecto importante na formação de redes e no estabelecimento de novos laços institucionais.

O aparecimento de novos arranjos sociais é fruto da interação de atores de origens distintas. Para que ocorram interações positivas, isto é, sem o prejuízo de uma ou outra cultura, é preciso respeito às tradições e às práticas culturais, só assim haverá incorporação de novos elementos em uma

comunidade (GUIDDENS, 1997). As interações podem ser representadas pelos *laços sociais* que se constroem a todo o momento e, principalmente, pela constituição de novos grupos que buscam reocupar o território de forma alternativa, isto é, propondo novas formas de *ressignificar* o rural (WANDERLEY, 2000).

A conformação de grupos precisa ter, entre os atores que se unem em torno de objetivos comuns, segundo Gohn (2009), uma série de aspectos, entre eles o anseio de constituir uma identidade. Para isso levam em consideração o tempo e o espaço que precisam para desenvolver este processo. O trabalho de formação destas comunidades e do estabelecimento de seus objetivos ocorre através da interação dos atores. Só então é possível assumir perante a sociedade uma função, neste caso, de produtores de alimentos orgânicos.

Percebe-se, portanto, que a agricultura alternativa ao modelo convencional de produção pode contribuir para a reocupação do espaço de forma organizada (PLOEG, 2008). Esta reocupação de territórios rurais vai permitir que sejam feitas novas conexões e reformulações sobre a comercialização de alimentos, a ocupação e utilização dos espaços e principalmente, sobre a qualidade dos laços estabelecidos entre os atores sociais.

Entretanto, assumir um compromisso social diante de uma instituição representa, muitas vezes, uma dificuldade em relação à mudança que um novo elemento pode trazer, para quem aceita o novo e para quem representa essa mudança. A construção de uma nova forma de ocupação territorial em um ambiente rural deve ser estabelecida de forma organizada por representar mudanças no mundo de quem já está neste ambiente e de quem chega. São processos lentos, mas que não chegam ao fim quando ocorre a estruturação de um grupo. As interações entre os atores são contínuas e dinâmicas, e neste estudo especificamente, percebeu-se que eles buscam reestruturar suas vidas através da agricultura de base ecológica.

O estabelecimento de *laços sociais* com o Estado é a efetivação de que o movimento construído é reconhecido pelas suas ações e principalmente pelas tradições que representam. Contudo, o esforço necessário para que isto ocorra, muitas vezes, é considerado desnecessário pelos atores, que se sentem desencorajados, diante da imensa quantidade de processos que são precisos para que este reconhecimento ocorra. No entanto é sabido que são etapas necessárias enfrentadas dentro e fora de uma organização no caminho para a construção de uma identidade própria.

O reconhecimento de um novo modelo de atuação no campo estabelece um movimento que propõe através das diversas construções sociais e econômicas uma alternativa de ocupação territorial. Cabe aos grupos, uma vez estabelecidos, condizer com a natureza de sua ação, dando continuidade às suas atividades e conquistando autonomia através de uma representatividade social, econômica e política.

### **2.3. Histórico do movimento ecológico no espaço rural**

*Obviamente, nenhum processo histórico instaura uma nova ordem, ou uma nova fonte de inspiração de valores sociais, do dia para a noite, e o viver transitivo é exatamente um viver intertemporal, ou seja, entre dois tempos, entre dois universos de valores – enfim, entre passado erodido e presente multifário*

Eduardo Carlos Bianca Bittar

Segundo Brandenburg (2005), é a partir do surgimento de uma via ecológica de produção agrícola que são resgatados modelos tradicionais de cultivo, hábitos alimentares mais saudáveis e é proposto um novo paradigma em relação ao trato com o campo. Este movimento surge no do contexto histórico da Revolução Verde, a princípio em países da Europa, e só depois aparece no Brasil e na América Latina.

A Revolução Verde caracterizou-se pelo estabelecimento de um novo modelo tecnológico para a agricultura. Ele é fundamentado na ampla utilização de recursos industriais (sintetizados ou agroquímicos) para o aprimoramento da produção agrícola. O objetivo é garantir níveis de

desenvolvimento pautados nas sociedades capitalistas e industriais (CAPORAL e COSTABEBER, 2001). O nascimento da agricultura ecológica dá-se em virtude deste acontecimento histórico. Ela se torna o contraponto de um modelo altamente industrializado e que adquire traços cada vez menos produtivistas.

Agricultura ecológica não pode ser considerada uma categoria homogênea, dada a diversidade de possibilidades existentes para a sua prática. Segundo Abreu *et al* (2008), “(...) a agricultura de base ecológica se caracteriza por integrar o conjunto de estilos de produções ecológicas, respeitando seus qualificativos (...)”. Dessa forma, o modelo agrícola, alternativo ao proposto pela Revolução Verde, configura-se como uma prática diversificada e que também pode ser praticado por pessoas de origens distintas, mas que possuem objetivos afins, entre eles o respeito ao ambiente natural e à produção de alimentos livres de agroquímicos.

Destaca-se, portanto, diante das recentes transformações que se configuram nos ambientes rural e urbano, a necessidade de um novo olhar, tanto para aqueles que procuram por novas alternativas em velhos espaços, quanto para aqueles que querem um novo espaço para recomeçar. É justamente no contexto atual de transição de modelos sociais que entendemos pertinente nos aproximarmos dos conceitos da Agroecologia e suas implicações dentro do universo da ocupação territorial.

O surgimento do pensamento alternativo no campo está diretamente relacionado ao processo de *industrialização* da agricultura, amplamente difundida pela modernização agrícola (Revolução Verde). Para Guzman e Mielgo (1999), a agricultura praticada em bases ecológicas, bem como o nascimento do pensamento agroecológico, está intimamente ligada a processos históricos e que se manifesta após acontecimentos pontuais como a II Guerra Mundial. Para os autores, estes processos estão relacionados, em uma abordagem sociológica, à crise da modernidade e à crise ecológica.

Para Guzman e Mielgo (1999), sociedades modernas são aquelas que buscam um contínuo crescimento econômico. A crise da modernidade,

portanto, seria o fato de que estas sociedades modernas não atingem o êxito que esperavam e ampliam ainda mais os problemas sociais. O novo elemento que se soma a esta crise é o ambiente natural, que começa a dar sinais de saturação da exploração contínua a que foi submetido em detrimento destas mesmas sociedades modernas.

Podemos caracterizar a modernidade por representar um momento histórico específico, cujo principal objetivo é a expansão e o crescimento das nações. Visa à expansão de territórios, crescimento populacional e principalmente econômico. É um período marcado por grandes guerras, redivisão de alguns continentes e também de descobertas no campo da ciência (BITTAR, 2008).

É no auge da manifestação da sociedade moderna, entre os anos 1960 e 1970, que surgem idéias contestatórias aos valores determinados por este período. Na agricultura, emergem como alternativa à utilização de produtos sintéticos na atividade agrícola, as formas de produção rural de base ecológica ou natural (GUZMAN e MIELGO, 1999; ABREU *et al*, 2008). Elas aparecem ao mesmo tempo como um resgate a modelos tradicionais de cultivo, como alternativa à intensa utilização de produtos de origem sintética e ao fato de que estes mesmos produtos poderiam representar riscos à saúde dos trabalhadores rurais.

No entanto, dentro do contexto histórico, as formas alternativas de produção agropecuária representam uma ameaça ao que Guiddens (1997) denomina “tradição moderna de valores”, pois questionam o modelo que se convencionou como desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. É possível dizer que as atitudes e os comportamentos que surgem no ambiente rural em contraposição ao modo de produção convencional são vistos como questionamentos em relação ao funcionamento da sociedade. Tem-se desta forma a configuração de manifestações sociais que estão relacionadas aos valores culturais dos grupos e representam o modo como os indivíduos estabelecem as relações entre si e com o ambiente em que vivem.

Guiddens (1997) classifica esta etapa da história como modernização reflexiva. Em um momento de muitas incertezas, a sociedade se organiza em busca de segurança e nova estabilidade. Quando uma tradição é questionada, os indivíduos perdem seu ponto de referência e procuram por outros modelos, com o objetivo de diminuir a sensação de insegurança e ansiedade. Este é o fenômeno chamado por Guiddens de desencaixe e reencaixe (DUMONTT e GATTONI, 2003). Diante de tais colocações, é possível dizer que a agroecologia emerge em um contexto de transformações e quebra de paradigmas. Primeiramente, como um movimento intelectual, consequência de um processo histórico de contestação aos valores e, em seguida, da busca de alternativas para a ocupação e o aprimoramento de territórios (CAPORAL E COSTABEBER, 2001).

Caporal e Costabeber (2001) consideram a Agroecologia uma disciplina científica e lhe atribuem certa abrangência social e agrícola, que inclui a forma como são organizados e geridos os agroecossistemas e a forma como são construídos os conhecimentos dentro deles. Não consideram a Agroecologia como uma técnica específica a ser aplicada em determinado sistema produtivo, mas um conjunto de procedimentos e percepções, que permitirão um contínuo desenvolvimento territorial com seus aspectos sociais, culturais, econômicos e produtivos.

*Atualmente, um importante segmento da pesquisa e da experimentação em Agroecologia ainda se concentra exclusivamente em temas agronômicos ligados à aspectos tecnológicos da produção. Isto traz dificuldades, pois a conformação de estilos de agricultura que incorporem métodos e técnicas mais sensíveis ambientalmente requer, obrigatoriamente, um repensar de todo o modelo tecnológico dominante. Nessa ótica, e isto constitui a principal virtude da Agroecologia, suas pretensões e contribuições vão além de aspectos meramente tecnológicos ou agronômicos, incorporando dimensões complexas que incluem variáveis econômicas, sociais e ambientais, assim como culturais, políticas e éticas da produção agrícola e do desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2001:11).*

No entanto, não é possível esperar que uma única ciência consiga compreender todas as possibilidades de mudança inerentes à coletividade. Ao mesmo tempo em que se utilizam conceitos da agroecologia, devem ser revistos e discutidos direitos sociais e de cidadania, por exemplo, quando o intuito é reorganizar o espaço rural de uma localidade.

### **2.3.1. A Transição Agroecológica**

O processo de transição agroecológica de um agroecossistema é referente ao aumento da agrobiodiversidade que uma propriedade rural pode ter. Neste sentido, relaciona-se a variedade de culturas e a forma como elas são estabelecidas e manejadas dentro do sistema, procurando reduzir, ao máximo, danos ao ambiente natural. Além do âmbito ecológico, em um processo de transição ecológica, também são considerados aspectos sociais e econômicos para que as mudanças sejam reproduzidas e mantidas pelos proprietários. Desta forma, a transição agroecológica pode se diferenciar da ecologização de um sistema produtivo, pelo cuidado que se toma com as mudanças dentro e fora do sistema (EMBRAPA, 2006).

A transição agroecológica se aplica à agroecossistemas que procuram alcançar um equilíbrio entre os diversos sistemas biológicos que se desenvolvem em espaços de cultivo. Isso significa aproximar o manejo de áreas produtivas às diversas funções ecológicas encontradas nos sistemas naturais. Também se aplica à agroecossistemas que tentam sua autonomia em relação a insumos externos. Esta etapa de organização relativa aos espaços produtivos refere-se à transição interna dos agroecossistemas. No entanto, é preciso considerar o processo de transição externa ao sistema, uma vez que não se pode separar uma propriedade produtiva do contexto social em que está inserido.

*A transição agroecológica não pode edificar-se unicamente sobre tecnologias de corte ecológico. Embora as mudanças técnicas e tecnológicas sejam de grande importância, a transição agroecológica só poderá alcançar sua plenitude quando outras condições, externas à unidade de produção, forem estabelecidas (EMBRAPA 2006:29).*

É possível concordar, portanto com Costabeber e Caporal (2003) quando contextualizam a transição agroecológica no processo de desenvolvimento rural sustentável. Eles acreditam que o desenvolvimento compreende diversos aspectos no ambiente rural, sendo um deles o agroecossistema e suas formas de manejo. Pois, para que se conquiste certa sustentabilidade em um processo de aprimoramento de ocupação territorial é preciso considerar ao mesmo tempo: os modos de produção agrícola, o homem e sua interação com o ambiente e a sociedade (COSTABEBER e CAPORAL 2003).

Os autores propõem seis dimensões básicas dentro do processo de desenvolvimento rural sustentável para que assim se estabeleçam níveis viáveis da transição agroecológica. As dimensões são divididas em três níveis: o primeiro comporta a dimensão ecológica, a social e a econômica; o segundo, a dimensão cultural e política; e no terceiro nível, a dimensão ética. A proposta é fornecer equilíbrio às relações estabelecidas, em um contexto marcado pela necessidade de trocas de produtos, a partir do estabelecimento de laços “orgânicos” entre homens, sociedade e natureza.

Para Gleissman (2001), são agroecossistemas sustentáveis aqueles que possuem alta diversidade, resiliência, autonomia dos ecossistemas naturais, pouca dependência de recursos externos e capacidade de reduzir impactos ambientais diversos. Um determinado agroecossistema está mais equilibrado quanto mais próximo do funcionamento de um ecossistema, pois procura imitar as relações de interação que existem dentro de um sistema natural. Há, contudo, métodos e práticas que permitem a produção de alimentos de forma sustentável, inteligente, lucrativa, variada e, principalmente, continuada. São atividades que conseguem manter o ambiente resiliente, por isso, produtivo pelo tempo que for necessário; sendo assim, não há exaustão de recursos.

Para acompanhar e medir a forma como são geridos os agroecossistemas, Gleissman (2001) estabeleceu alguns princípios orientadores para a construção de uma metodologia capaz de distinguir a



produção agrícola de forma agroecológica. Dentro dos diversos indicadores a serem observados e analisados propostos pelo autor, é possível destacar: o manejo e a ciclagem de nutrientes; a busca por fontes renováveis de energia; uso ou não de agroquímicos; manejar insetos e plantas indesejadas ao invés de eliminá-los; combinar padrão de cultivo, potencial produtivo e limitações físicas; adequar o cultivo às condições ambientais da área onde está situada a propriedade.

Uma vez estabelecidos os princípios que vão nortear o processo de conversão, o autor define, baseado nos estudos de Hill (1985 *apud* Gleissman, 2001), os três níveis em que esta mudança acontecerá relacionando-os à sustentabilidade. A partir da identificação dos processos dentro de um determinado nível e da superação de obstáculos para uma próxima etapa é possível avançar ao nível seguinte na transição agroecológica.

A construção de etapas, para entender a transição entre modelos produtivos, permite que a mudança seja assimilada de forma gradativa pelo produtor rural, percebendo as interações do seu sistema e como as variações no manejo podem afetar positiva ou negativamente sua produção.

O primeiro nível da transição agroecológica vai tratar de apontar as práticas usuais e aprimorá-las. Muitas vezes, os agricultores que estão neste nível ainda desenvolvem, em suas propriedades, técnicas convencionais de cultivo, como, por exemplo, um aporte elevado de recursos externos ao sistema. No nível um, portanto, procura-se identificar tais técnicas e aumentar sua eficiência diminuindo o gasto energético.

Em um segundo nível, dá-se o processo de substituição dos insumos de origem sintética (agroquímicos) e de práticas convencionais em relação aos cultivos, por alternativas mais benignas aos agroecossistemas do ponto de vista ecológico. Nesta etapa do processo, o agricultor passou por um período de aprimoramento no manejo de sua área, na qual foi possível perceber com mais clareza a interação entre diversos elementos da natureza. Esta fase, segundo Gleissman (2001), representa grande dificuldade para

agricultores e pesquisadores. O autor aponta inúmeras experiências nos dois primeiros níveis que relatam a dificuldade que existe para assimilar, por parte dos atores envolvidos, novos conceitos e práticas dentro do sistema. Somente após a tomada de consciência em relação a tais processos que será possível passar ao terceiro nível da transição agroecológica.

No nível três há o redesenho do agroecossistema de um agricultor. Esta etapa representa o final do processo de conversão. Cabe ao produtor rural reorganizar sua propriedade de acordo com suas necessidades produtivas e também com as necessidades ecológicas que o sistema demanda. Todo o processo que se desenvolve no primeiro e no segundo nível de transição da propriedade procura aprimorar a percepção do agricultor em relação aos processos ecológicos, para que desta forma seja possível um redesenho consistente, mais sustentável e que traga o retorno esperado.

*Como se percebe, os três níveis da transição agroecológica, propostos por Gleissman, afastam ainda mais a idéia equivocada de Agroecologia como um tipo de agricultura, um sistema de produção ou uma tecnologia agrícola. Além disso, dão a dimensão da complexidade dos processos socioculturais, econômicos e ecológicos envolvidos e reforçam a natureza científica da Agroecología, bem como de conhecimentos multidisciplinar e orientado pelo objetivo de construção de estilos de agricultura sustentável e de processos de desenvolvimento rural sustentável, no médio e longo prazos (COSTABEBER E CAPORAL, 2003: 9).*

Para efeitos de classificação, a propriedade que está no primeiro nível da transição agroecológica representa o início da fase de transição; no segundo, a fase de substituição de insumos; e no terceiro nível está aquela que já trabalha de acordo com os princípios da agroecologia, e que está buscando um equilíbrio com a natureza. Para Gleissman (2001), é fundamental que a proposta para a transição aconteça em propriedades onde o produtor almeja esse tipo de mudança, e que seja iniciada a partir de um conhecimento profundo do espaço.

Nesta dissertação apresentamos uma análise sobre a produção desenvolvida pelo grupo estudado em virtude de se estabelecer um ponto de

partida para o enfoque agroecológico. Acreditamos ser necessária uma análise, ainda que sucinta, do modelo de produção desenvolvido pelo grupo estudado. No entanto, sabe-se que existe a necessidade de aprimoramento das relações sociais, econômicas e culturais externas aos agroecossistemas estudados.

## **CAPÍTULO 3 – Estudo de caso: Os *Orgânicos da Mantiqueira***

Este capítulo trata de apresentar o estudo de caso realizado durante os meses de janeiro a setembro de 2011 no município de Gonçalves, junto ao grupo dos *Orgânicos da Mantiqueira*. Assim como citado na Introdução desta dissertação, foram utilizadas duas metodologias durante este processo. A primeira trata de observar e compreender o movimento de novos atores em direção ao campo e a formação de novos grupos. A segunda trata de analisar o nível de transição ecológica nas propriedades, através da utilização de indicadores de sustentabilidade.

Foi possível perceber durante estas etapas que existe a oportunidade de um envolvimento entre os integrantes do grupo, além da produção rural, através da formação de laços sociais somados aos já estabelecidos. Constitui-se numa nova estrutura organizacional, onde a agricultura ecológica é vista como oportunidade, além de um elemento agregador para o grupo e para o município, uma vez que pode proporcionar um desenvolvimento territorial em bases sustentáveis.

### **3.1. Caracterização do município de Gonçalves (MG)**

O município de Gonçalves (Figura 1) encontra-se no Sul de Minas Gerais, na fronteira com o Estado de São Paulo, próximo ao município de Campos de Jordão. Está inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) Fernão Dias e possui uma rica malha hidrográfica, parte da qual alimenta um dos maiores sistemas produtores de água no mundo – o sistema Cantareira em São Paulo. Sua população, segundo dados do Censo demográfico do IBGE de 2010, é de 4.220 habitantes. O município encontra-se inteiramente dentro do Bioma Mata Atlântica e sua vegetação pode ser caracterizada por Floresta Ombrófila Densa, apresentando em alguns pontos características da Floresta Ombrófila Mista pela presença da *Araucária angustifolia*, o pinheiro do Paraná. Atualmente, uma das principais atividades econômicas da região está ligada ao

turismo em bases sustentáveis e à agricultura (Plano de Gestão APA Fernão Dias, 2009).



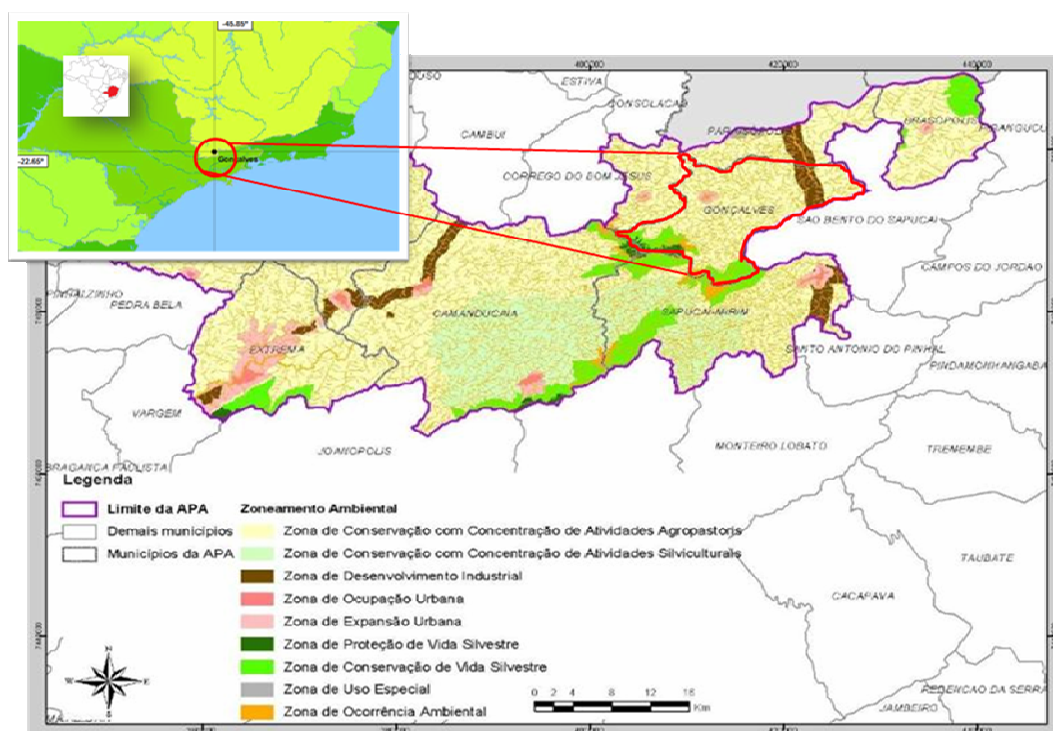
**Figura 1: Vista do perímetro urbano do município de Gonçalves - MG, 2006. Fonte: Arquivo Orgânicos da Mantiqueira.**

Segundo dados do Plano de Gestão (2009), a APA Fernão Dias teve sua origem no processo de licenciamento ambiental do projeto de duplicação da BR-381, Rodovia Fernão Dias. Sua criação, em 1997, foi sugerida pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da obra, no intuito de compensar o impacto gerado com a duplicação da rodovia, além de proteger as bacias hidrográficas dos rios Jaguari, Sapucaí e Sapucaí Mirim. Sua extensão é de 180.373 hectares e abrange os municípios de Brazópolis, Camanducaia, Extrema, Gonçalves, Itapeva, Paraisópolis, Sapucaí Mirim e Toledo.

A criação da APA gerou nos moradores locais impactos em relação às suas atividades e aos seus costumes. A exploração madeireira foi a primeira atividade a ser proibida. Aqueles que insistem no seu exercício são denunciados e multados. Também não é mais permitido abrir novas áreas para pastagens, uma vez que essa atividade exige a derrubada de árvores. E por fim, as culturas de batata e cenoura no sistema convencional, grandes usuárias de adubos, fertilizantes e defensivos de origem mineral, começam a ser

condenadas pela administração da APA, que passou a exigir das autoridades locais medidas que controlem a utilização destes produtos.

Na Figura 2, pode-se visualizar os limites da APA Fernão Dias, com destaque para o município de Gonçalves. As áreas pintadas com as cores verde clara e verde escuro representam as áreas de conservação e proteção de vida silvestre, respectivamente. Nestas áreas, o uso de agrotóxicos e a derrubada de mata são proibidos por determinação da constituição da APA. O restante do município tem suas áreas classificadas como de conservação, porém, com a concentração de atividades Agropecuárias e Silviculturais. Esta determinação significa que tais atividades são permitidas mediante o uso cauteloso de insumos sintéticos e manejo florestal adequado, com prévia autorização do Instituto Estadual de Floresta (IEF).



**Figura 2: Limites da Área de Preservação Ambiental Fernão Dias, 2009. Fonte: Adaptado de IBGE e Plano de Gestão APA Fernão Dias.**

Na época da criação e instituição da área de preservação ambiental, além dos estudos referentes à conservação do ambiente na Serra

da Mantiqueira, foi feito também um levantamento socioeconômico da região. Deste estudo resultou o plano de gestão da APA, que propõe como principal alternativa econômica o fortalecimento do turismo em bases sustentáveis

Segundo depoimentos coletados junto a habitantes do município de Gonçalves, a descoberta do turismo como atividade econômica aconteceu há pouco mais de 15 anos, impulsionada pelo surgimento de turistas na região. É também neste mesmo período que despontam os primeiros agricultores de base ecológica. Hoje, a cidade apresenta um movimento acentuado de turistas, principalmente no inverno; uma produção orgânica e biodinâmica certificada pelo Instituto Biodinâmico (IBD) e que abastece parte dos mercados de São Paulo e Vale do Paraíba; e uma supervalorização de suas terras, em termos econômicos, devido à forte especulação imobiliária.

*“Alguns municípios da Serra da Mantiqueira como Gonçalves, aproveitando da sua localização privilegiada em relação aos principais centros demandantes por turismo como Rio de Janeiro e São Paulo, conseguiram se destacar. Matéria de capa da revista Prazeres da Mesa – A bíblia da gastronomia – de julho de 2005, Gonçalves se destaca pela paisagem, pelas pequenas pousadas, por restaurantes que aliam comida tradicional mineira com os requintes da culinária francesa, e agricultura orgânica como um diferencial de saúde e bem-estar” (VALOR NATURAL, 2005: 52).*

Atualmente, os habitantes do município de Gonçalves caracterizam-se por terem nascido s na região ou são oriundos de centros mais urbanizados. Consequentemente surgiu uma reocupação de terras, que antes eram exclusivamente ocupadas por agricultores locais, e que, agora, instigados pelo alto valor que suas áreas adquiriram, aceitam vender seus terrenos ou parte deles por um ganho financeiro maior e mais rápido do que o permitido pela agricultura.

No entanto, começam também a perceber que muitas de suas características culturais são modificadas e seu espaço começa a ser ocupado e transformado por indivíduos com um perfil sociocultural distinto.

Assim, procuramos compreender as interações que acontecem no processo de reocupação do espaço rural, através da agricultura de base

ecológica quer seja por parte dos neorrurais, ou da população tradicional de determinado ambiente.

A partir destas interações, caracterizam-se as *novas ruralidades*, com o surgimento de novas identidades e a reorganização do espaço e das relações sociais. A introdução do turismo, no contexto da produção agrícola de base ecológica, traz para este estudo mais um elemento dentro do processo da constituição de novos espaços rurais.

Demattei, (2008) ressalta a importância do local (atividades, espaço e atores) e das relações estabelecidas entre indivíduos e território. O autor introduz o conceito de valor agregado territorial como tudo o que é produzido dentro de uma coletividade, que pode ser visto e almejado por economias globais. O valor agregado territorial é relativo ao potencial interno de gerar valor a partir de potencialidades internas, mas também, de agregar potencialidades externas ao território e incorporá-las ao desenvolvimento local (DEMATTEI, 2008).

Para saber se uma região possui desenvolvimento local é preciso “tratar de avaliar o nível de ativação dos recursos potenciais específicos do território local” (DEMATTEI, 2008). No entanto, para que as diversas potencialidades sejam ativadas é preciso que sejam reconhecidas, principalmente, por atores locais interessados em promover o desenvolvimento territorial local.

Para Alves (2008), o desenvolvimento rural sustentável deve ser compreendido como algo proveniente da atuação de organizações complexas que envolvem todas as espécies dentro de um sistema. Tudo o que é gerado no processo de desenvolvimento rural nas localidades, não é relativo apenas ao local mas também ao conjunto, a outros espaços ou localidades, sob a responsabilidade dos atores que constituem tais redes. O autor coloca que a prática da agricultura em bases ecológicas também é responsável por inovações no campo, quando traz a necessidade de aprimoramento de cultivos ou o resgate de técnicas tradicionais. Esta atividade pode estimular a



reorganização dos espaços e a reconfiguração de acordos comerciais. Desta forma, considera-se que a agricultura de base ecológica gera valor agregado territorial e, portanto, mostra--se capaz de ativar potencialidades locais.

São os valores gerados através de uma prática específica que garantem a ativação ou não de potencialidades locais. Tais valores não são trazidos de fora da localidade, são gerados internamente, a partir da intenção de atores locais em reproduzir determinadas ações. Não se trata aqui da forma como agricultores vivem, ou apenas de suas práticas culturais e religiosas, mas daquilo que são capazes de obter através de seu trabalho. Em termos de turismo estão proporcionando um serviço a mais para a municipalidade, isto é, oferecendo aos visitantes a oportunidade de usufruir de alimentos saudáveis, além de entrar em contato com produtores rurais da região.

*“O que se observa, no cenário atual, é que gradualmente a atuação crítica de atores situados no espaço rural tem possibilitado a construção de redes e alternativas econômicas para as comunidades rurais” (ALVES, 2008:71).*

Segundo Soares (2007), o turismo é importante como mais um elemento no processo de desenvolvimento local quando contribui para a economia, da mesma forma que o faz para os aspectos sociais e culturais de uma comunidade. A autora considera os atores locais os principais agentes de transformação e de geração de novas potencialidades, que podem ou não ser aproveitadas para atividades como o turismo.

De qualquer maneira, é importante enfatizar a necessidade de diferentes grupos locais estarem conectados neste processo de organização social, constituindo redes mais complexas de atuação (DEMATTEI, 2008).

São os aspectos multifuncionais da agricultura que garantem a ela essa capacidade de gerar, no ambiente em que está inserida, valores ao território. No município de Gonçalves, o turismo relacionado à gastronomia e à compra de alimentos orgânicos vem apresentando um aumento gradativo, de acordo com os produtores associados dos *Orgânicos da Mantiqueira*. Segundo as administradoras do grupo, *“ultimamente, os produtores preferem planejar*

*seus cultivos de acordo com a demanda da feira, pois preferem o contato direto com o consumidor, além de efetivarem suas vendas sem o intermédio de mais ninguém”.*

A região de Gonçalves – MG adquiriu um caráter que mescla atividades relacionadas ao turismo de aventura e ao ecoturismo, ao turismo gastronômico e ao turismo de consumo de produtos orgânicos e tradicionais. Segundo Demattei (2008), estes processos geram autonomia aos grupos locais; isso significa uma capacidade para a autorreprodução, mas não, necessariamente, isolados de outras demandas. O autor reforça a importância da ligação entre dois ou mais arranjos sociais, mas sem a relação de dependência, sim, com autonomia. Neste aspecto conta muito a favor a organização política de um sistema, que é capaz de reproduzir e manter sua identidade sem deixar de ser diversificada.

Não há neste trabalho a pretensão de discutir aspectos da prática do turismo ou mesmo em definir o turismo rural. O conceito de turismo rural ainda é muito discutido por autores que se propõem a estudar o tema de maneira exclusiva, amparados por metodologia específica. Neste estudo, apenas abordamos o tema do turismo em áreas rurais, como um potencial que começa a ser desenvolvido na região. Segundo o técnico da Emater que atua na região de Gonçalves e Sapucaí Mirim, o desenvolvimento do Turismo Rural junto às propriedades é uma das demandas que a instituição procura atender.

*“Esta é uma região que tem grande potencial para o desenvolvimento do Turismo Rural. Veja só, tenho muito trabalho para fazer. Sou novo na região e nunca trabalhei com este tipo de atividade. Tenho que ler tudo isso. [Mostra alguns livros e publicações sobre o tema, enviados pelo escritório central da instituição]. Mas sou sozinho aqui, para atender os dois municípios, não consigo fazer isso agora” (Técnico da Emater MG de Gonçalves).*

Da mesma forma, percebe-se junto aos proprietários a intenção de produzir e comercializar seus produtos, mas não de receber turistas em sua propriedade. A atividade que vem se configurando na região, envolvendo a agricultura orgânica, é o relacionamento entre agricultores, produção de base

ecológica e consumidores. Não vislumbram uma atividade turística dentro de suas áreas, pois não teriam tempo para dar continuidade às suas atividades. Optam, neste caso, pela produção e comercialização de produtos livres de agroquímicos.

Segundo o relatório publicado pelo informativo Valor Natural (2005),

*Este tipo de turismo pode ser interessante tanto como forma de geração de trabalho e renda, como forma de preservação ambiental, uma vez que a natureza é um dos atrativos para os turistas. É importante ressaltar que, para a implantação bem sucedida dessa atividade é necessária a realização de zoneamento ecológico do município, ordenando o crescimento e a ocupação, especialmente das pousadas e restaurantes sobre as áreas de maior fragilidade e potencial turístico (Valor Natural, 2005).*

A importância do envolvimento da produção orgânica com o turismo é reconhecida quando gera valor à produção e aos produtores, sem enfatizar as redes de compra e venda de produtos. Da mesma forma que turistas buscam em seu momento de lazer alimentos saudáveis, passam a dar valor aos estabelecimentos que compartilham dessa mesma filosofia: Desde a alimentação que praticam através da compra *in natura* ou em restaurantes, dos passeios que realizam, até a escolha de imóveis para alugar ou hotéis que escolhem para o seu lazer.

Resta entender como o município se posiciona politicamente em relação à atividade da produção rural e, também, na promoção do turismo na região. É um movimento recente e que tem chamado a atenção de moradores locais. Até a finalização da pesquisa de campo realizada durante o ano de 2011, não havia uma proposta por parte do município ou do conselho de turismo da região (CONTUR) que relacionasse as diversas potencialidades turísticas locais. Há, no entanto, o processo de constituição de um plano diretor para o município, onde são levadas em consideração tais especificidades e conta com a participação dos atores locais e também dos neorrurais.

## 3.2. Os Orgânicos da Mantiqueira

*“muitas vezes os conflitos caracterizam mais os diferentes grupos sociais de uma comunidade do que o consenso”*

*Líliã Seabra*

Os *Orgânicos da Mantiqueira* representam, em certa medida, a mistura cultural que hoje se observa no município de Gonçalves, devido à heterogeneidade com que são constituídos. Eles se caracterizam como um grupo de produtores rurais orgânicos, representados por uma empresa definida como Sociedade Comercial por Quotas de Responsabilidade Limitada que carrega o mesmo nome. Este tipo de sociedade tem um ou mais sócios e pode exercer atividades industriais e/ou comerciais; a responsabilidade de cada um é limitada à importância do capital social, dividido em quotas e distribuído proporcionalmente entre eles. A empresa foi montada para viabilizar a comercialização de sua produção orgânica, que hoje é realizada por 10 agricultores associados certificados pelo Instituto Biodinâmico (IBD).

A Tabela 01 foi formada com o intuito de visualizar o perfil dos produtores rurais que constituem os orgânicos da Mantiqueira.

**Tabela 1: Especificação da procedência dos produtores dos Orgânicos da Mantiqueira.**

Proprietário	Procedência: Neorrural/ Rural	Tempo de Atividade com os <i>Orgânicos da Mantiqueira</i>	Culturas comerciais	Outra Atividade Profissional ou Fonte de Renda
01	Rural – origem Gonçalves	Desde 2000	Folhosas em geral	Não
02	Rural – origem Gonçalves	Desde 2000	Raízes; leguminosas; Pinhão	Sim
03	Neorrural – origem São Paulo	Desde 2006	Repolho, Couve Flor e Brócolis ( <i>Brassicas oleraceas</i> )	Sim
04	Neorrural – origem São Paulo	Desde 2008	Uva ( <i>Vitis vinifera</i> )	Sim

05	Neorrural – origem São Paulo	Desde 2008	Ameixa ( <i>Prunus SP</i> ),	Sim
06	Neorrural – origem Belo Horizonte (MG)	Desde 2000	Raízes, Coleta de pinhão, Piscicultura não certificada	Sim
07	Neorrural – origem São Paulo	Desde 2007	Ervas/Temperos e Frutas	Sim
08	Neorrural – origem São Paulo	Desde 2005	Ervas/Temperos, Frutas, alho ( <i>Allium sativum</i> ) e cebola ( <i>Allium cepa</i> )	Sim
09	Rural – origem Gonçalves	Desde 2000	Ervas, frutas, amendoim ( <i>Arachis hypogaea</i> )	Não
10	Neorrural – origem Jacareí (SP)	Desde 2005	Hortaliças, frutas e grãos	Sim

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Os *Orgânicos da Mantiqueira* foram formados em 2000. Desde então, foi possível perceber dois processos no grupo que acabaram por unir pessoas de origens distintas, mas que possuíam interesses parecidos.

O primeiro deles está ligado à prática da produção orgânica em Gonçalves. A ideia partiu de um grupo de agricultores locais que queriam uma alternativa ao uso de adubação mineral para suas produções e do Sítio A Boa Terra<sup>5</sup>, que procurava por produtos de clima temperado para complementar seu leque de ofertas.

O segundo processo ligado ao surgimento dos *Orgânicos da Mantiqueira* foi a chegada de turistas na região, que decidiram mudar sua residência para o município de Gonçalves. Alguns se envolveram diretamente com a agricultura, outros apenas com sua comercialização e assim formaram o

<sup>5</sup> O Sítio a Boa Terra, foi um dos primeiros sítios orgânicos do Estado de São Paulo. Entre 1999 e 2000, eles buscavam produtores de clima temperado para complementar os produtos que ofereciam a seus clientes.

grupo que hoje, após uma série de modificações, ainda concentra grande parte da produção e da comercialização de alimentos orgânicos da região.

Atualmente, o diferencial dos *Orgânicos da Mantiqueira* está no perfil de seus produtores (Tabela 01). É possível perceber, através dos dados obtidos, que 50% dos produtores do grupo são provenientes do município de São Paulo e apenas 30% do município de Gonçalves. Possuem também um canal de comercialização bem diversificado.

*“Temos uma boa clientela. Além das cestas que enviamos toda semana para São Paulo e que variam bastante...tem vezes que batemos o recorde 100 cestas, mas alguns períodos elas baixam pela metade. Bom, além das cestas, temos clientes que compram por atacado, em maiores quantidades e revendem. Por semana são cinco ou seis empresas diferentes (além das cestas) para quem vendemos...assim não precisamos ficara reféns dos super mercados...”* (Administradora do Grupo).

A produção é organizada almejando garantir certa diversidade de produtos. Para isso, o grupo costuma planejar de forma coletiva o plantio das áreas. Apesar da falta de um profissional que acompanhe tanto o planejamento quanto os plantios, os associados contam com a longa experiência dos agricultores locais, bem como duas administradoras da empresa, de origem urbana, que possuem conhecimento e experiência no comércio de produtos orgânicos.

No entanto, segundo a própria administração do grupo, a oferta de produtos apresenta oscilações e em algumas ocasiões há uma demanda muito maior do que a produção gerada pode atender. Estas oscilações estão relacionadas, em 80% dos casos, à dificuldade de administração das áreas, a problemas com gestão de mão de obra e à necessidade de alguns proprietários estarem, frequentemente, fora da cidade exercendo outras atividades profissionais: oitos dos dez produtores entrevistados possuem outras atividades além da produção orgânica de alimentos (Tabela 01). Os demais têm perda da produção que está relacionada a fatores bióticos, como o ataque de pragas, e abióticos, como geadas ou excesso de chuva.

Em termos de contribuição para o município, nota-se que o grupo influencia e interage com o mercado local, principalmente em relação ao turismo. A *Feira dos Orgânicos da Mantiqueira* já é considerada um ponto turístico no município, pois muitos turistas na região da Serra da Mantiqueira deslocam-se para Gonçalves justamente para adquirir alimentos orgânicos. A empresa tem três funcionários fixos: as duas administradoras e o motorista do caminhão que é morador da região, e quatro diaristas, também moradoras da região, que trabalham eventualmente no recebimento de produtos e na organização da comercialização para o atacado.

Apesar de contribuir para a economia local, são poucos os estabelecimentos em Gonçalves que se abastecem com alimentos dos *Orgânicos da Mantiqueira*. Os restaurantes e pousadas adquirem alguns itens de acordo com o movimento turístico nas épocas de temporada e em pequenas quantidades e, um pequeno número de comerciantes locais mantém acordos comerciais diretamente com os produtores.

A população local raramente frequenta a feira de produtos orgânicos. De acordo com algumas entrevistas feitas com moradores da região, os principais motivos são os preços praticados e a identificação do local como algo destinado e frequentado por turistas. Um terceiro fator é o fato de que muitos moradores locais possuem suas próprias hortas e compartilham suas produções com parentes, vizinhos e amigos.

Os *Orgânicos da Mantiqueira* são considerados uma referência na prática da agricultura orgânica em Gonçalves e na região do Sul de Minas Gerais, ao lado de outras três organizações: Serras Verdes, Serras de Santana e Maria da Fé. São frequentemente acionados pela Emater/MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais), por associações de moradores de bairros rurais da cidade e pela administração da APA Fernão Dias para discutirem a agricultura orgânica, as possibilidades de comercialização e, principalmente, as opções de certificação e conversão de novas áreas. Muitos produtores convencionais se sentem atraídos pelos preços obtidos e pela redução dos custos de produção. No entanto, afirmam sentirem--

-se intimidados tanto pelo custo e procedimentos administrativos da certificação quanto pelas dificuldades técnicas na fase de transição.

A heterogeneidade do grupo fica clara quando algumas práticas são observadas: a maneira como são entregues os produtos para comercialização. Há produtores que embalam, empacotam, separam os maços, lavam suas mercadorias. Em contrapartida, existem aqueles que não possuem nenhum procedimento específico de pós-colheita. Uns alegam falta de tempo para o manejo, pois não têm quem os ajude, outros acreditam que este serviço tem de ser feito pela administração.

No entanto, através da observação de suas áreas e do acompanhamento de suas atividades diárias, percebeu-se que existe um padrão que é desenvolvido por cada agricultor para cuidar de suas culturas. Seja no plantio, na colheita ou na entrega de mercadoria.

Geralmente, os produtores rurais possuem mais cuidado e atenção com a produção e entrega de mercadorias, enquanto os neorrurais primeiramente focam a produção e, depois de algum tempo na atividade, passam a prestar mais atenção às técnicas de pós-colheita. Como é o caso do produtor 10 e do produtor 04 e 05 que trabalham com frutas muito sensíveis ao transporte.

Muitas vezes, os produtores locais tendem a ser referência no manejo de suas áreas, no trato com o solo e no conhecimento do clima da região. Da mesma forma, os agricultores vindos de outras localidades são referência no gerenciamento da empresa e na formatação de projetos, assim como no contato com instituições de fomento ao empreendedorismo, formação de canal de venda, grupos de agricultores de outras regiões e no relacionamento com os turistas.

Para muitos destes agricultores, tanto os de origem local como os de origem urbana, há uma série de estratégias para o seu estabelecimento na condição de produtor rural orgânico e para a geração de renda. Muitos buscam outras atividades ou fontes complementares de sustento como foi demonstrado na Tabela 01: o aluguel de tratores para produtores em áreas vizinhas; o



aluguel de chalés para turismo; o estabelecimento de restaurantes abastecidos parcialmente com produtos próprios ou de colegas do grupo; e o beneficiamento de produtos derivados do leite, de frutas e de legumes ainda que sem certificação.

### **3.3. A Comercialização da Produção Orgânica no Município de Gonçalves – MG**

Os *Orgânicos da Mantiqueira* representam a interação de atores sociais com práticas culturais distintas, que constituem um grupo a partir de uma idéia comum. Surge então uma nova configuração social com regras próprias de convívio. Não possuem fortes laços pessoais; no entanto, respeitam as atividades exercidas por cada integrante do grupo. Suas regras de funcionamento interno foram construídas a partir de 2000, e continuam sendo aprimoradas por conta das mudanças que sofrem ao longo do tempo, muitas vezes percebidas como ameaças. No entanto, na medida em que o novo é assimilado e aceito, é incorporado ao dia a dia.

O grupo caracteriza-se pela presença de produtores rurais associados, que possuem suas próprias terras – 100% dos produtores entrevistados têm a posse de sua terra, seja através da compra do terreno, seja por meio de herança de família e possuem certificação coletiva concedida pela ECOCERT. A certificação coletiva é uma opção dada a grupos de agricultores, cooperativas ou associações, que podem optar por certificar os agricultores como um grupo. Dessa forma, o processo de auditoria às propriedades é feito em duas etapas: a primeira individual, onde o auditor faz uma visita técnica à área produtiva; e a segunda onde o auditor faz a verificação de documentos e notas fiscais na administração do grupo, responsável por toda a comercialização de alimentos.

Esta forma de certificação permite que a comercialização para fora do município aconteça apenas de forma coletiva, isto é, através da instituição *Orgânicos da Mantiqueira* e não através de um produtor apenas. A certificação coletiva tem um valor mais acessível ao produtor, que divide as

despesas com os demais integrantes do grupo. É partilhado também com a administração, o trabalho burocrático de organização de documentos e informações de cada propriedade e comercialização da produção.

A Administração do grupo é composta por duas funcionárias registradas pela empresa. Ambas são de origem urbana e desenvolvem de maneira menos representativa dentro do grupo, a função de produtoras rurais. Cabe a elas o trabalho acima descrito com a certificação – a organização dos documentos referentes às propriedades e a comercialização da produção. E a principal função desenvolvida pelas duas funcionárias do grupo é a negociação de mercadorias e, posteriormente, sua venda. Por este serviço não recebem nenhum tipo de comissão, ficando apenas com o salário pago pela empresa, além de participar do planejamento de todas as áreas produtivas.

A Figura 03 representa a forma como se organizam os produtores do grupo e procura demonstrar como ocorrem os fluxos de informação entre todos os integrantes.

Estrutura de funcionamento interno: Orgânicos da Mantiqueira

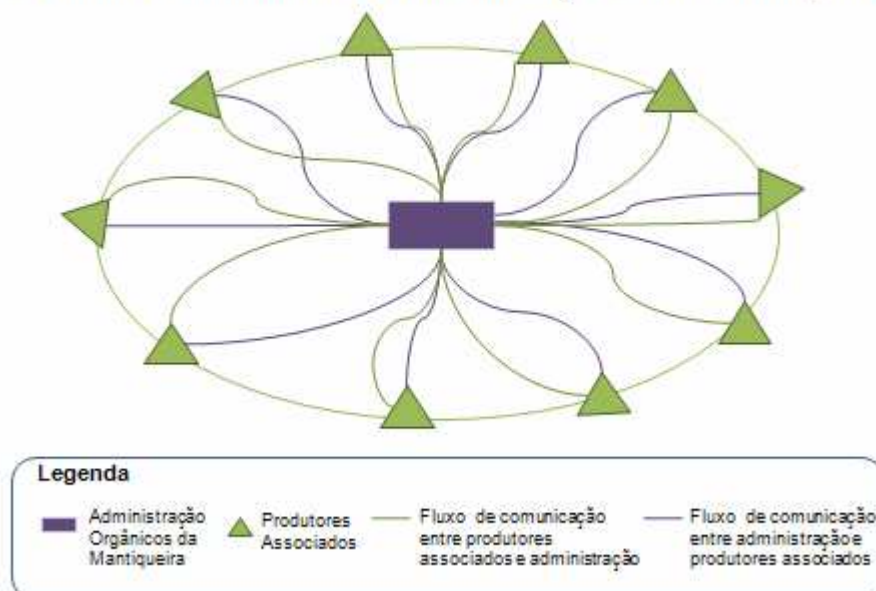


Figura 3: Estrutura organizacional dos Orgânicos da Mantiqueira. Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Estes fluxos são representados pelas linhas. Efetivamente, são dez produtores orgânicos certificados e associados em torno de uma administração que acompanha o planejamento de plantio das áreas, a administração também é responsável também pela organização e efetivação da venda. A comercialização de produtos por intermédio da administração acontece em três frentes: a primeira - as cestas entregues aos consumidores; a segunda - o comércio para o atacado; a terceira - abastecimento de hotéis e restaurantes locais.

Toda a venda para o atacado é feita pela administração da instituição, independentemente do destino que esses produtos terão. Normalmente são mercados de circuitos longos, que estão entre 70Km e 200Km do município de Gonçalves. Esta troca é planejada com antecedência. Existe a negociação com os compradores, isto é, procura-se acertar com os clientes as espécies de hortaliças e frutas disponíveis e as quantidades de que necessitam. Já com os produtores, o contato é feito antes e depois da negociação com os clientes. Primeiramente para consultar a disponibilidade de produtos e, depois, para negociar preços e possibilidades de rearranjos dentro da colheita. Cada produtor é responsável pela entrega da mercadoria no espaço dos *Orgânicos da Mantiqueira*, para que ela seja pesada, separada e embalada. Para as entregas fora do município de Gonçalves, eles utilizam um caminhão próprio, cujo motorista é também um funcionário registrado da empresa.

Entre a administração e os produtores associados, a comunicação acontece de forma direta e pouco sistematizada. Os produtores mantêm entre si um canal contínuo de comunicação (representado pela linha verde contínua na Figura 03) através do qual trocam informações e experiências sobre suas áreas de cultivo; esta ação acontece à parte das atividades que envolvem a administração, ou a presença física no galpão.

As administradoras, por se ocuparem com a parte operacional da venda dos produtos, recebimento e pagamento de todos os integrantes do grupo estão, durante todo o tempo em contato com os agricultores, na forma de

visita às propriedades, por telefone, recado ou em algum ponto de encontro no município. Reuniões e encontros nos quais o assunto é trabalho são vistos como algo tedioso e pouco produtivo; preferem muitas vezes resolver assuntos relacionados a trabalho no espaço da feira onde costumam se encontrar semanalmente.

Os produtores associados, por sua vez, organizam entre eles a feira de produtos orgânicos onde há a venda direta de hortaliças, legumes e frutas para consumidores locais e turistas. A feira semanal ocorre aos sábados e feriados, no espaço (alugado) do grupo e a responsabilidade pela organização e atendimento aos consumidores é inteiramente dos produtores dos *Orgânicos da Mantiqueira*. Excepcionalmente, durante a feira, também há a participação de outros profissionais que se dedicam à produção de alimentos típicos da região e outros, que vendem peças de artesanato.

Na figura 04, a feira pode ser visualizada como a forte ligação entre turistas e produtores associados e de maneira mais fraca com o mercado local, que representa também os moradores do município.

Relações formadas a partir do estabelecimento dos Orgânicos da Mantiqueira

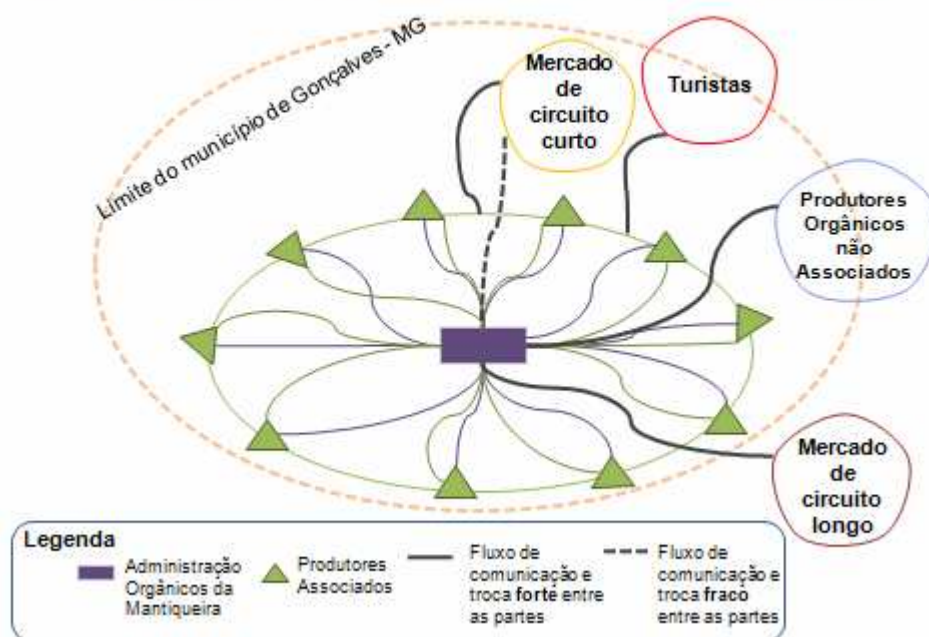


Figura 4: As relações formadas entre o grupo e demais instituições dentro e fora do município de Gonçalves - MG. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A diversidade de alimentos produzida pelo grupo é grande. São ao todo mais de 50 espécies de hortaliças e frutas cultivadas de acordo com as normas da agricultura orgânica (Tabela 2).

**Tabela 2: Espécies cultivadas e comercializadas pelos *Orgânicos da Mantiqueira*.**

Produtos	Produtores que entregam sempre	Produtores que entregam ocasionalmente/ Feira
Alfaces (crespa, lisa, americana, roxa, frisle verde, frisle roxa, romana), Rúcula, Agrião (de seco), Radichio, Escarola	P1	
Azedinha	P7	P8
Couve, Ervilha torta, Batata/ Batata doce	P2	
Espinafre		P1
Cenoura	P2	P1; P8
Beterraba	P1; P2	P10
Inhame	P2	P4
Mandioca, Taioba, Feijão, Arroz	P10	
Mandioca Salsa	P2	P10
Vagem, Ervilha em grão, Milho	P2; P10	
Quiabo	P10	P2
Tomate	P2	P1; P7
Amendoim, Limão Taihti, Limão Cravo*	P9	

Abóboras (italiana, menina, cabocha, moranga)	P3; P2; P10	P1; P5
Rabanete	P2	P1; P10
Cebola	P8	P10
Alho	P8	
Repolho, Brócolis, Couve Flor	P3	P5; P1
Pepino, Pimenta Cambuci		P2
Laranja	P9; P10	P1
Uva	P4	
Ameixa	P5	
Manga, Abacate, Laticínios (queijos, coalhada e manteiga)**, Fubá	P10	
Mexirica Poncã	P10	P9
Banana		P10; P1
Cidreira, Manjeriçã, Salsa, Orégano, Alecrim, Louro, Camomila	P9; P7	P8
Pinhão*, Truta (congelada, defumada)**	P6	
Carqueja*		P9
Ora pró Nobis*		P1
Ovos**		P5

\*Atividade Extrativista \*\*Processados e demais produtos não certificados  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2011 e arquivo *Orgânicos da Mantiqueira*.

Desta forma, o grupo procura sempre suprir com sua produção a demanda do mercado de circuito longo, aqui representado pelas cestas entregues diretamente ao consumidor e aos intermediários de outras redes de

varejo. No entanto, devido à sazonalidade de alguns produtos e o clima bem característico da região, em determinados períodos do ano a produção apresenta pouca diversidade e, por isso, a empresa precisa recorrer a outros produtores orgânicos não associados para complementar o variado leque de ofertas aos seus clientes.

Fica claro que, quanto mais próximo do consumidor, mais fácil é a negociação diante da disponibilidade de produtos, da quantidade ou da qualidade. Essas são questões complexas que são facilmente resolvidas quando existe a possibilidade de interação entre ambas as partes. O maior volume de vendas ainda é proveniente do mercado de circuito longo que possui uma demanda, muitas vezes, inviável para a produção de base ecológica do grupo.

De forma mais tímida, procuram construir relações comerciais com o mercado de circuito curto. Estas relações ainda estão em construção, portanto, ainda há um caminho para ser percorrido para que se estabeleçam as regras de funcionamento interno perante algumas situações específicas. Todos concordam que o comércio por venda direta e em mercados locais traz maior satisfação e menor desperdício de produtos, pois com este público não existe o problema da padronização, tão cara aos produtores orgânicos. No entanto, também reconhecem que é uma possibilidade que precisa ser trabalhada e conquistada, mas que ainda não podem abrir mão do mercado “convencional” de produtos orgânicos.



**Figura 5: Feira de produtos orgânicos dos Orgânicos da Mantiqueira, 2011.**  
**Fonte: Arquivo Orgânicos da Mantiqueira.**

A relação de reciprocidade é muito forte entre os produtores rurais e a administração, mesmo quando há desentendimentos e discussões que são inerentes a qualquer organização social. Observa-se que, entre os integrantes, existe admiração e reconhecimento mútuo, diante do trabalho que foi construído e é esta ligação que os mantêm unidos em momentos de crise na produção, por exemplo. É também perceptível certa reciprocidade e respeito entre os consumidores que freqüentam a feira e os produtores.

De acordo com observações feitas no local e conversas informais com consumidores e produtores, o tempo mínimo que uma pessoa desprende para fazer suas compras no espaço dos *Orgânicos da Mantiqueira* não é menor do que duas horas. O espaço, segundo os produtores do grupo e turistas, tornou-se “parada obrigatória” por representar, além de um espaço comercial, um local de articulação dos produtores, convivência, interação com consumidores, possibilitando a troca de saberes entre eles.

Um exemplo são as beterrabas (*Beta vulgaris*) do Proprietário 01. Para o varejo, ele faz um canteiro de beterrabas com espaçamento específico,



onde elas obedecem a um padrão de crescimento e tamanho, normalmente balizado pelas beterrabas do mercado convencional de hortaliças. E as beterrabas, que são comercializadas na feira ou nas cestas, são plantadas com um espaçamento menor, para que cresçam menos. Mesmo perdendo em peso, ele ganha em gratidão e fidelização de sua clientela, que teve a oportunidade de dizer pessoalmente ao agricultor como prefere o seu produto. Assim como ele, outros produtores organizam sua produção para satisfazer aos diversos públicos que atendem.

A vantagem que os produtores possuem de não depender somente de um tipo de mercado para a viabilização de seu comércio, já garante certa autonomia ao grupo. Foram acordos internos que permitiram a eles estabelecer quais seriam os meios pelos quais venderiam suas produções e quais seriam os limites para manter a saúde de seus sistemas produtivos. De maneira menos organizada, e ainda em construção, são feitos os acordos internos para a conquista do mercado local.

O mercado de produtos orgânicos apresenta dois lados. Um deles se assemelha ao mercado convencional de hortaliças e frutas, com regras impostas por grupos com maior poder de negociação, em muitos casos representados por grandes redes de supermercados. O segundo lado da produção orgânica institucionalizada é a garantia, que os consumidores possuem, de que o produto não oferece risco à sua saúde, não degrada o ambiente e oferece a oportunidade, em menor escala, da construção de relações sociais baseadas na reciprocidade, no respeito e na confiança.

## **CAPÍTULO 4 – A criação dos indicadores de sustentabilidade para o grupo *Orgânicos da Mantiqueira***

Os *Orgânicos da Mantiqueira* praticam agricultura orgânica desde 2000. Neste trabalho, considera-se agricultura orgânica, como é o caso do grupo estudado, qualquer atividade relacionada à produção agrícola de base ecológica, que possua certificação conferida por uma instituição<sup>6</sup> devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de acordo com regulamentação específica (Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada pelo decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007).

A expressão *agricultura de base ecológica* (GLEISSMAN, 2001) ou *agricultura alternativa* (EHLERS, 1994) – mais abrangente do que *agricultura orgânica* – refere-se às atividades exercidas pelos produtores rurais que optam pela não utilização de agroquímicos, sem necessariamente seguir a legislação específica e, portanto, não contar com certificação. Com a definição de uma legislação sobre o tema, a agricultura “orgânica” deixa de ser uma denominação genérica para as várias modalidades de agricultura alternativa ao sistema químico-industrial vigente desde os anos 50/60. Desta forma, utilizaremos os dois conceitos. O primeiro quando fizermos menção aos *Orgânicos da Mantiqueira* e à prática da agricultura que exercem; o segundo, quando nos referirmos a um modelo agrícola que abranja outras formas de produção rural que não utilizem agroquímicos, desprovido de certificação oficialmente reconhecida.

A produção dos *Orgânicos da Mantiqueira* é planejada de acordo com o interesse dos produtores em garantir o sustento de sua atividade, o abastecimento de suas casas e as trocas entre familiares e amigos. Em geral, apresentam cultivos bem diversificados, para atender a demanda dos variados

---

<sup>6</sup> A certificação pode ser feita através de uma empresa ou de forma coletiva desde que sejam devidamente credenciados pelo MAPA.

tipos de consumidores que possuem em sua rede de comercialização, e que já foram mencionados no capítulo anterior.

De acordo com o questionário em anexo (Anexo 1), foram abordados alguns dos pontos nas entrevistas feitas com os proprietários do grupo, relativos às suas áreas produtivas e que foram aproveitados para a formulação da Tabela 3. Após as entrevistas, foram realizadas visitas às áreas e, quando possível, um período de vivência prática. Durante as visitas e as vivências, procurou-se observar outros pontos relativos ao manejo dos agroecossistemas que não foram abordados durante a pesquisa.

A partir dos dados obtidos com a aplicação do questionário e das observações feitas em campo, foi selecionado um conjunto de indicadores de sustentabilidade, para avaliação dos agroecossistemas e seus respectivos parâmetros de mensuração para determinação do estágio de transição agroecológica, baseado no estudo de Ricarte *et al* (2006) (Tabela 3), que foi aplicado às dez propriedades visitadas.

**Tabela 3: Indicadores de sustentabilidade para os Orgânicos da Mantiqueira.**

Indicador	Parâmetro		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Tipo de mecanização	pesada; motorizada	Intermediária	leve; manual / tração animal
Freqüência de uso de adubação verde	não faz	faz em parte da área	faz em toda a área
Freqüência da rotação de culturas	não faz	faz em algumas culturas	faz em toda a área
Freqüência do uso de consórcios	não faz	faz em algumas culturas	sempre faz
Freqüência de prática de pousio	não faz	faz esporadicamente	sempre faz
Freqüência de prática de queima	sempre faz	faz esporadicamente	não faz
Integração do Sistema	Inexiste	Parcial	Total

% de cobertura do solo cultivado	0-30%	31-70%	71-100%
Plantio em nível	não faz	em parte da área necessária	na área necessária
Uso de barreira de ventos quando necessário	Não usa	Em parte da propriedade	Em toda a propriedade
Origem dos adubos	Predominantemente externos	Equilíbrio entre interno e externo à propriedade	Predominantemente da propriedade
Tipo de métodos de controle de pragas e doenças	Química	química e/ou orgânica (substitutiva)	Orgânica (natural)
Adequação da Área de Preservação Permanente	0-40%	41-70%	71-100%
Área de Reserva Legal	< 20%	Igual a 20%	>20%
Diversidade de Cultivos	Até 05 produtos de valor comercial	De 05 a 10 produtos de valor comercial	Mais de 10 produtos de valor comercial

Fonte: adaptado de Ricarte *et al.*, 2006

Após o preenchimento da Tabela 3 para cada área visitada, os dados foram tabulados e cada indicador recebeu uma nota entre um (01) e três (03), conforme os critérios estabelecidos por Gleissman (2001), já mencionados anteriormente. Para auxiliar na análise da sustentabilidade dos agroecossistemas, utilizamos como principal instrumento o Gráfico Radar “que permite representar graficamente o estado de todos os elementos do agroecossistema, por meio dos valores atribuídos a cada indicador, levando a uma avaliação sistêmica e integrada” (Ricarte *et al.*, 2006). A partir dos dados obtidos, foi feito o cálculo do seu índice de sustentabilidade (IS), tornando possível o estabelecimento do nível de transição agroecológica individual e geral do grupo dos *Orgânicos da Mantiqueira*.

#### **4.1. Avaliação da transição agroecológica através dos indicadores de sustentabilidade**

Observou-se neste trabalho que cada agricultor possui uma forma distinta de gerenciamento de sua área e, conseqüentemente, cada qual possui

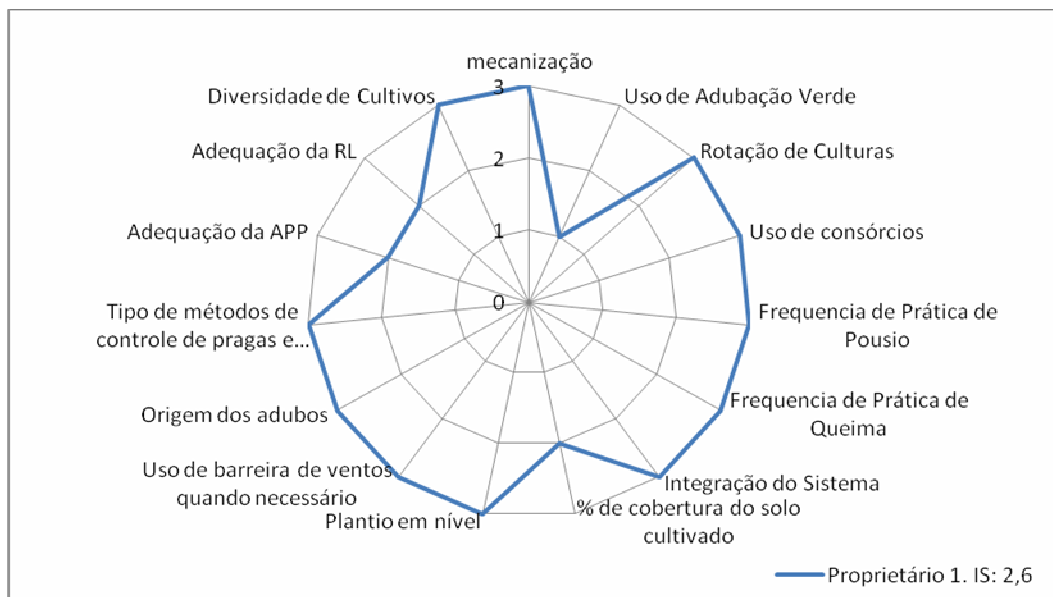
um volume de produção. De imediato, podemos visualizar três grupos de produtores que podem ser divididos entre aqueles com maior produção, menor produção e produção (quase exclusiva) de frutas. Há ainda um produtor que, sozinho, teve grande dificuldade devido, principalmente, ao seu método. Apresentaremos, inicialmente, os três proprietários que possuem o maior volume de produção e maior relevância para a comercialização dentro do grupo.

Os Proprietários 1, 2 e 10 são os que possuem as maiores produções do grupo em termos de variedade, quantidade e qualidade. Foram os Proprietários 1 e 2 que ajudaram a fundar os *Orgânicos da Mantiqueira* e, de acordo com seus depoimentos, já viram muitos colegas iniciarem-se na produção orgânica e desistir. Eles atribuem essa instabilidade à falta de conhecimento em relação à agricultura, mas principalmente, pela falta de paciência em relação ao tempo que a atividade demanda. A análise de indicadores de sustentabilidade nestas propriedades indicou que todas se encontram na fase intermediária de transição agroecológica visto que o índice de sustentabilidade (IS) alcançado pelas três propriedades foi 2,6 (P1), 2,4 (P2) e 2,4 (P10), respectivamente (Gráficos 1,2 e 3).

Os três proprietários investem todo o seu tempo na atividade de produtores rurais, são também os responsáveis pela criação e manutenção da feira de produtos orgânicos que realizam todos os sábados. Cada um possui uma maneira diferente de lidar com a sua área e de planejar os seus plantios. Possuem certa experiência com a produção de base ecológica e, hoje, compreendem melhor quais são as técnicas de manejo que mais se adaptam ao clima, ao solo e, principalmente, aos alimentos que querem produzir.

Observa-se na figura 06 o gráfico correspondente à área de cultivo do proprietário 01. Sua área é destinada ao cultivo de folhosas, especificamente, e dentre todas as 10 propriedades pesquisadas é a que mais se dedica ao aproveitamento interno de insumos para o seu cultivo. Isto quer dizer que dentre todos os entrevistados este proprietário revelou consumir muito pouco insumo externo, como o composto orgânico ou micronutrientes.

Procura organizar sua produção de acordo com a sua capacidade de cuidar das hortaliças e da capacidade do seu terreno de prover alimentos saudáveis.



**Figura 6: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 01. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.**

O Proprietário 01 é natural de Gonçalves possui curso superior e não tem uma família constituída. Vive com os irmãos que muitas vezes o ajudam na produção. Possui apenas um funcionário diarista com quem pode contar todos os dias no trato com as hortaliças. A área total cultivada por ele é de 05 hectares, apesar de possuir mais espaço para cultivar ele mesmo afirma que não o quer, uma vez que aumentar a produção significa aumentar o trabalho. Dentre todos os indicadores analisados em sua propriedade apenas a não utilização de adubação verde que chamou mais atenção. Apesar de reconhecer os benefícios desta técnica é resistente a utilização da mesma em sua propriedade.

*“Onde tem losna é lugar bom de plantar cenoura. Porque é que vou introduzir uma aveia ou outra coisa aqui se meu solo já me diz o que tenho que plantar?” (Proprietário 1).*

A figura 07 corresponde a área de cultivo do proprietário 01 e a figura 08 corresponde a técnica utilizada por ele para manter o equilíbrio da



mesofauna em seus cultivos e ao mesmo tempo adubar seus canteiros, o trator de galinhas.



**Figura 7: Produção de hortaliças do Proprietário 01. Fonte: arquivo dos Orgânicos da Mantiqueira, 2011.**



**Figura 8: Trator de galinha utilizado pelo Proprietário 01 no cuidado de suas hortaliças. Fonte: pesquisa de campo, 2011.**

O Proprietário 02, assim como os Proprietários 1 e 9, nasceu e foi criado na região de Gonçalves. Seus pais sempre trabalhavam com produção agrícola convencional e ele seguiu o mesmo caminho. Não possui ensino superior, é casado e possui um filho de cinco anos. Em sua propriedade conta com a ajuda da mulher, do pai e de um funcionário. Também lança mão de diaristas (ou camaradas como costumam chamar na região) em períodos específicos como a colheita da batata, da ervilha, do inhame, entre outros alimentos ou ainda no preparo da terra.

O cultivo sem utilização de agroquímicos começou logo cedo quando percebeu os efeitos que estes produtos tinham quando utilizados nas plantações de batata e cenoura, muito comum no município. Segundo o seu depoimento, sempre que precisava manuseá-los, voltava para casa com dores de cabeça e náuseas. Foi então que decidiu optar por outra forma de agricultura. Sua produção, assim como seu empenho, é admirada por muitos dentro e fora do grupo. É o agricultor mais jovem – apenas 30 anos – e um dos primeiros na formação dos *Orgânicos da Mantiqueira*.

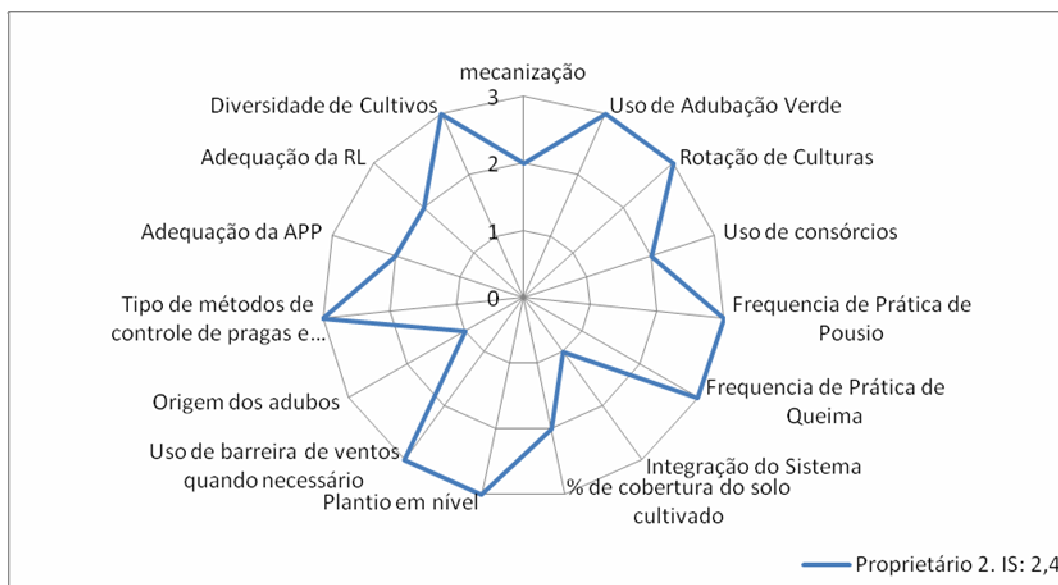
Sua produção começou em uma área de cinco hectares. Era tudo o que tinha disponível: lá fazia seu próprio composto, possuía animais que auxiliavam no trato com a terra e procurava organizar seu cultivo para que tivesse produção durante todo o ano. Com o tempo, foi aprimorando suas técnicas e seus conhecimentos em relação à produção orgânica, ao mesmo tempo em que via seus produtos e seu trabalho serem valorizados. Aumentou sua área de cultivo, comprou máquinas e hoje lamenta não ter mais tempo para fazer seu próprio composto, em virtude da quantidade de trabalho que possui.

*“Não gosto de ver terra parada, gosto de plantar. Mas o ideal para ter menos dor de cabeça é plantar na época boa, que vai de março a novembro, quando as chuvas são mais amenas. Mesmo assim tive que aumentar muito a produção por conta das máquinas que comprei com o financiamento. Aí tive que correr para ganhar dinheiro e pagar o financiamento...o trator facilita muito o trabalho. É rápido. O serviço que eu faço em um dia com ele, demoro uma semana com mais um camarada. Mas o problema é que para*



*cuidar, não tem jeito, não tem máquina que faça. Aí dobra o serviço.*” (Proprietário 2);

Observa-se na figura 9 o gráfico correspondente a área de plantio deste proprietário.



**Figura 9: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 02. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.**

Entre os indicadores que mais chamam atenção neste gráfico estão a origem dos adubos e a falta de integração do sistema. Estes foram dois pontos que o próprio entrevistado mencionou durante a entrevista. São duas coisas que ele teve que abrir mão em detrimento do aumento de sua produção. “Não dá mais tempo!”. Ao passo que com a possibilidade de aumento de rendimentos sentiu-se mais seguro para adquirir um trator através do programa mais alimentos do governo federal. Ele é um dos poucos agricultores do grupo que acessou o programa de crédito para agricultura familiar do governo federal.

Na figura 10, entre a linha tracejada laranja, encontra-se a área de cultivo do proprietário 02.



**Figura 10:** Área de cultivo do Proprietário 02. Fonte: Arquivo dos Orgânicos da Mantiqueira, 2011.

Entre os Proprietários 01 e 02 existe uma parceria onde o primeiro fornece composto ou arrenda pequenas parcelas de sua terra que estão em pousio, em troca de diárias com o trator do segundo.

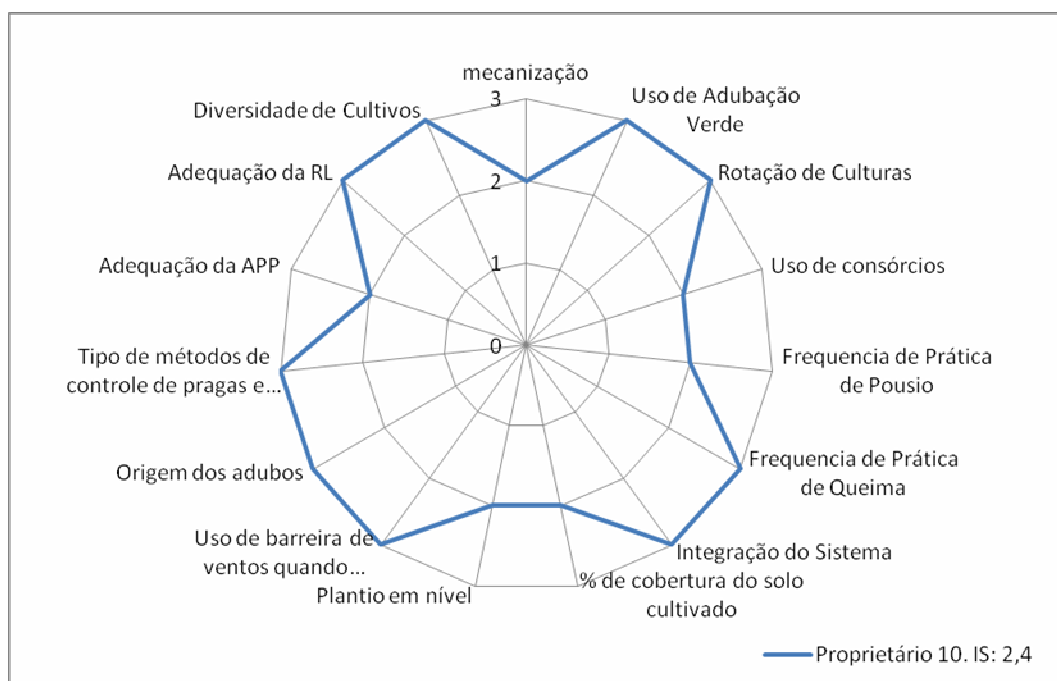
*“Não gosto de máquina na minha terra, não. Compacta demais. Meu trator são as galinhas. Mas mesmo assim aceito a ajuda de outros colegas. Às vezes, adianta bastante o trabalho, não é?” (Proprietário 01).*

O indicador relativo à mecanização não representa para os entrevistados do grupo um fator de grande relevância. São apenas três propriedades que possuem maquinário e implementos, e estes são utilizados pela maioria das outras propriedades que não as possuem. As máquinas não são de uso comum, no entanto, entre os produtores são feitos acordos que podem ser financeiros ou em forma de troca de serviços ou produtos.

O Proprietário 10 entrou no grupo em 2006 e é um exemplo claro de como a falta de conhecimento em relação ao ambiente rural pode ser fatal para o andamento da atividade.

*“Quando começamos tínhamos de tudo! Todos os tipos de hortaliças, algumas frutas e alguns cereais, mas logo depois quebramos. Era muito funcionário, muita coisa para se preocupar, insumos, colheita. Quase desistimos. Mas resolvemos ficar. Hoje, nossa produção é bem menor em termos de variedade, mas conseguimos escolher melhor o que se adapta a nossa área e o que conseguimos tocar sozinhos, sem precisar contratar muita gente” (Proprietário 10).*

Podemos observar na figura 11, no gráfico referente à área de plantio do proprietário 10, que entre os indicadores analisados não há entre eles grandes diferenças ou algum ponto que apresente um resultado muito diverso. É perceptível que por conta das adversidades que tiveram no começo da atividade, a atenção dos proprietários dobrou em relação às medidas que devem ser tomadas para a obtenção de melhores resultados na produção orgânica.



**Figura 11: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 10. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.**

O que chama à atenção neste gráfico é a integração de sistemas dentro da propriedade e a capacidade de resiliência dos proprietários em virtude de seu histórico com a produção orgânica. Na realidade os dados só ficam claros quando se conhece mais sobre a história dos proprietários e as dificuldades que enfrentaram para alcançar este equilíbrio.

A propriedade 10 é administrada por uma família. Todos moram lá, mas é apenas a mulher que administra e organiza a produção de hortaliças e de laticínios. O casal possui duas filhas que sempre que possível incentivam e ajudam na produção e o marido, que além de participar nas atividades da casa, também possui outra atividade profissional.

Percebe-se que as grandes diferenças entre os proprietários mencionados são exatamente referente às técnicas de cuidado com o solo, alguns se adaptaram mais ou menos a elas. Essa diversificação de manejo dos agroecossistemas também ocorre, pois cada agricultor trabalha com uma variedade de produtos distinta do outro. O Proprietário 01 prefere a produção de folhas (figura 07), além de algumas raízes e frutas; já o Proprietário 02 prefere as raízes e os legumes; e o Proprietário 10 dedica-se à produção de grãos e às frutas cítricas, além da fabricação de laticínios. Estas propriedades, para os *Orgânicos da Mantiqueira*, são consideradas modelo e já possuem certa estabilidade de produção.

Os três proprietários afirmam que é preciso muito tempo atuando na área onde se produz para conhecer de fato todas as suas particularidades. Também reconhecem que seguir indicações ou regras de manejo, sem reconhecer as necessidades do solo e dos cultivos, pode trazer alguns prejuízos. Em relação ao uso de adubação verde, por exemplo, além de todos os benefícios que essa técnica proporciona para o solo e conseqüentemente para a produção agrícola, a prática não é comum entre os produtores. Muitos preferem lidar com as plantas espontâneas que crescem em suas áreas.

*“graças ao nabo forrageiro que aqui é espontâneo e nasceu no meio do meu feijão a geada não prejudicou minha colheita [de feijão]” (Proprietário 10);*

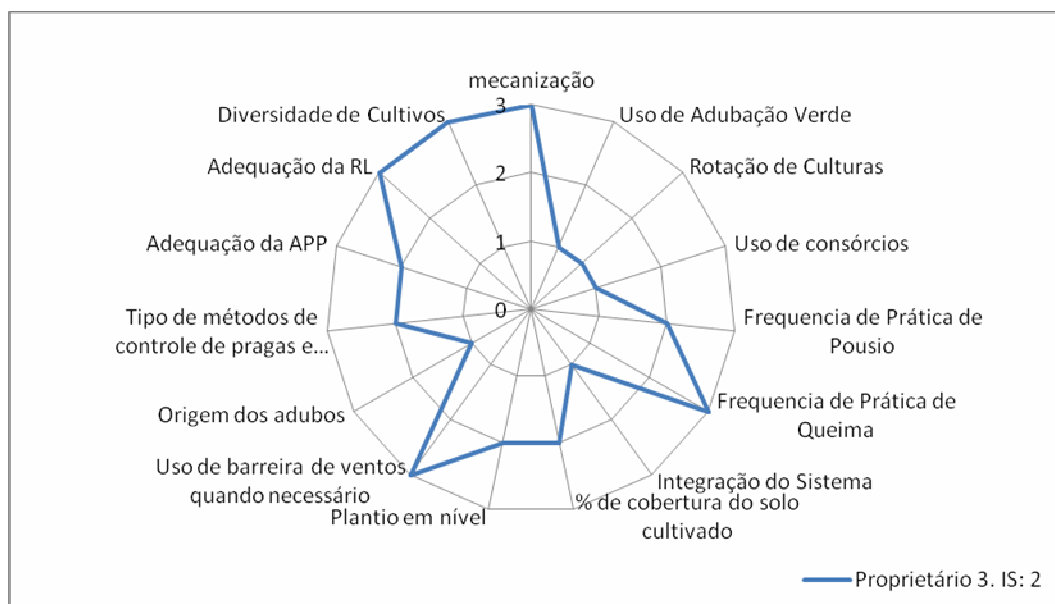
Já o Proprietário 02 se identificou com a técnica de utilização de adubação verde. Aproveita os meses de inverno para fazê-la, e muitas vezes, utiliza suas próprias sementes.

O Proprietário 01, como já mencionado, não se adaptou à utilização da técnica de adubação verde em sua propriedade e ao contrário do Proprietário 02 sempre permaneceu com o mesmo tamanho de terra para o cultivo de suas hortaliças e resiste à crescente demanda para aumentá-la. Este produtor reconhece a quantidade de atribuições que possui e a ampliação de sua produção significa abrir mão de fazer um composto, ou deixar uma área em pousio, por exemplo. Muitos neorrurais, que se dedicam à produção orgânica, vão tomar consciência dos processos que envolvem o gerenciamento de uma produção agrícola, após muitos anos de tentativa e erro, como foi o caso do Proprietário 10, demonstrado anteriormente.

Há ainda outros indicadores, como o uso de barreira de ventos e o plantio em nível, que são práticas quase obrigatórias para muitos produtores, uma vez que a região encontra-se no meio da Serra da Mantiqueira, e oito das dez propriedades visitadas estão em áreas montanhosas. Da mesma forma que a prática da queimada não é algo cultural na região, o plantio em nível e a barreira de ventos tornam-se práticas tradicionais de cultivo.

A rotação de culturas e a diversidade de plantio são o que garantem a manutenção destas áreas. No grupo, há uma propriedade que serviu como exemplo do problema gerado pela cultura intensiva de brócolis, couve-flor e repolho. O proprietário 03 (figura 12) é o que se encontra com a menor nota dentro do grupo, por insistir no cultivo intensivo e ser obrigado a deixar em pousio grande parte de sua área. A propriedade apresentou, após algum tempo de cultivo, problemas com doenças que chegou a impactar a produção.

*“O que aconteceu aqui é hérnia. Uns falam que é nematóide. Mas eu conheço isso aqui, isso é hérnia. Agora tem que abandonar, não adianta plantar mais nada. É bom deixar uns quatro anos assim”* (funcionário do Proprietário 3).



**Figura 12: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 03. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.**

Este proprietário insistiu no cultivo de três espécies apenas – brócolis, couve-flor e repolho (*Brassica oleracea*) – e, durante três anos consecutivos, obteve resultados satisfatórios. Mas, depois, diante da dificuldade em lidar com a doença em seus cultivos, foi forçado a abandonar a área em que trabalhava e abrir outra para plantio.

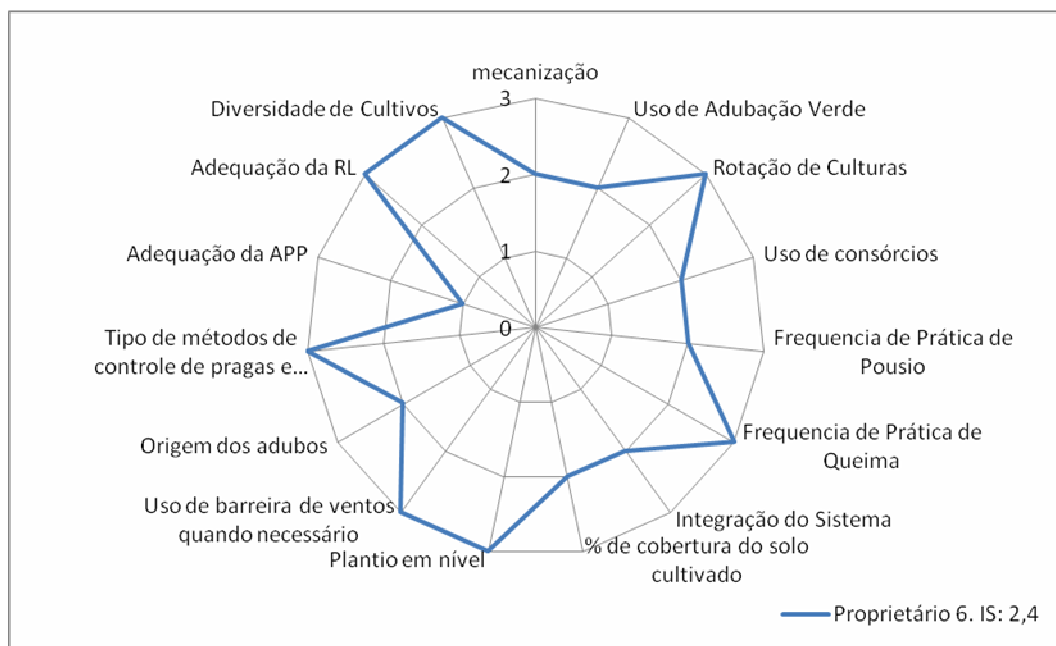
Hoje, essa propriedade tem um rendimento muito aquém de sua capacidade, pelo tempo que foi preciso investir na recuperação das áreas e, pelo desestímulo que a perda de uma lavoura causa em um produtor. Seu histórico no grupo também é curto, começou em 2007 e, além de possuir uma área para a produção orgânica, também é dono de um restaurante, junto com sua mãe, na área urbana de Gonçalves.

Grande parte das verduras, que não são aproveitadas para a comercialização junto aos *Orgânicos da Mantiqueira*, são utilizadas em seu restaurante. Durante o ano de 2011 foi possível perceber, em relação ao funcionamento do restaurante, que na medida em que apareciam problemas em sua área de cultivo, maior era o tempo que destinava ao restaurante. A família começou a se organizar para oferecer refeições durante toda a semana ao invés de apenas de quarta a domingo.

Segundo as administradoras dos *Orgânicos da Mantiqueira*, principalmente para os proprietários provenientes de outros municípios, é comum uma fase de adaptação à nova atividade. Esta fase, segundo elas, é muito delicada, pois pode representar a saída de um produtor do grupo e a dificuldade de efetivação de acordos comerciais, pela instabilidade na produção. O caso do Proprietário 03 é apenas um exemplo, mas muitos já passaram por isso.

O proprietário 06 (figura 13), assim como o proprietário 03, também possui um restaurante além de sua área produtiva. Seu estabelecimento fica na área rural do município de Sapucaí Mirim (município que faz divisa com Gonçalves), e grande parte dos alimentos servidos são provenientes de sua propriedade. Porém, a atividade principal deste integrante do grupo é o comércio de Truta (*Oncorhynchus mykiss*), espécie de peixe de água doce e fria, exótica ao nosso bioma, mas muito comum na região. Sua produção de peixes não possui certificação orgânica pela dificuldade de adequação na alimentação dos animais. A contribuição do proprietário 06 com os *Orgânicos da Mantiqueira* é com hortaliças, em menor escala, e o pinhão que é considerado extrativismo.

Este produtor rural está no Município de Gonçalves desde 1993, proveniente de Belo Horizonte, desde então trabalha com a produção de trutas. Participou do movimento que deu início aos *Orgânicos da Mantiqueira* como uma figura que apoiava e acreditava em uma atividade agrícola livre de agrotóxicos. Mas foi somente no ano de 2005 que ele entrou para o grupo como um produtor associado e certificado. Sua vocação é a criação de trutas e por isso, a área reservada para o plantio de hortaliças é relativamente pequena e bem diversificada, não apresentando dificuldades de produção.



**Figura 13: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 06. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.**

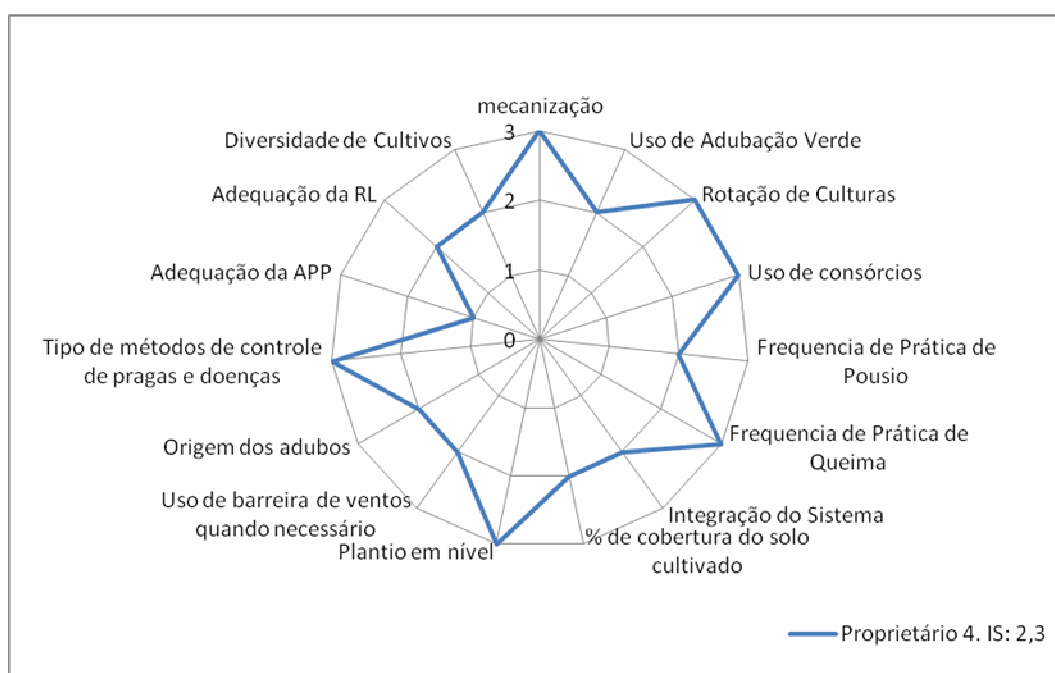
Como é possível perceber na figura 13, sua área possui problemas de adequação em áreas de preservação permanente. Problema comum a muitas outras áreas deste grupo. Esta situação pode ser observada, principalmente, pelo produtor possuir muitos tanques de criação de peixes em uma área com muita nascente de água. O tratamento dado à água é correto, assim com o destino dos dejetos da criação, porém algumas construções rurais estão próximas a corpos d'água e as matas ciliares nas proximidades dos tanques não estão adequadas.

A integração do sistema fica comprometida, pela proibição de utilização dos dejetos dos peixes no adubo da terra utilizada para a produção de hortaliças. Como a ração utilizada na alimentação das trutas não é orgânica, com certificação, seus dejetos não podem ser utilizados para adubo dos solos. O produtor alega que é um grande desperdício de adubo, no entanto ainda não consegue ver uma saída para esta situação, uma vez que a truta exige uma quantidade muito grande de proteína por ser uma raça carnívora, e muitas das rações são compostas por soja e milho de cultivo não orgânico e de origem transgênica.



Por ser um personagem importante dentro do grupo e que possui muita iniciativa, foca sua produção para a feira de produtores. Além das trutas, processa as poucas frutas que possui, transformando-as em geléias ou doces. Também faz pastas de alho, de cebola, pães caseiros, entre outras receitas que dependem da sazonalidade de sua produção. Possui um bom relacionamento com restaurantes, hotéis e pequenas quitandas do município onde comercializa boa parte de sua produção de trutas.

Os proprietários 04 (figura 14) e 05 (figura 16) são os únicos do grupo que se dedicam exclusivamente à produção de frutas. O proprietário 04 trabalha na produção de uvas de mesa (*Vitis vinifera*) e o 05, na produção de ameixas (*Prunus sp*) da variedade rubi-mel. São produtores de origem neorrural e que estão há pouco tempo no grupo, desde 2009.



**Figura 14: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 04. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.**

Mais uma vez é possível observar, de acordo com a figura 14, que não há adequação nas áreas de preservação permanente. Esta propriedade encontra-se numa baixada e muito próxima de um rio. A faixa de mata ciliar que possui é muito estreita e os cultivos estão muito próximos a ela.

Eles estão tomando providências para adequar o espaço, no entanto, é um processo lento em virtude do tempo que uma mata leva para se constituir e do trabalho dos proprietários para realizar as ações necessárias, além do acompanhamento do processo, que não é algo fácil de se fazer à distância.

A propriedade 04 está situada no município de Córrego do Bom Jesus, a 22km de Gonçalves por terra e cerca de 64,7Km por estrada asfaltada. O principal problema dos proprietários é o transporte da uva até a sede dos *Orgânicos da Mantiqueira*. Segundo eles, a distância é grande para as frutas, que acabam sofrendo muitos danos durante o transporte. Soma -se a isso, o fato de que sua produção ocorre apenas uma vez ao ano em uma área de aproximadamente dois hectares. No entanto, os proprietários insistem na produção e gostam muito do que fazem.

Estes produtores possuem outra residência no município de São Paulo, mas estão todos os finais de semana em sua propriedade para cuidar das uvas. Contam com a ajuda de membros da família, que se organizam para estarem presentes principalmente em momentos como a poda dos parreirais e a colheita dos frutos. Também por conta da distância e da pouca permanência na propriedade, estes produtores não possuem uma grande variedade de produtos para comercializar junto aos *Orgânicos da Mantiqueira*. No entanto, grande parte de sua alimentação diária é tirada da propriedade. Uma outra fonte de renda desta família é o comércio informal de hortaliças e ovos caipiras para amigos e colegas de trabalho em São Paulo.

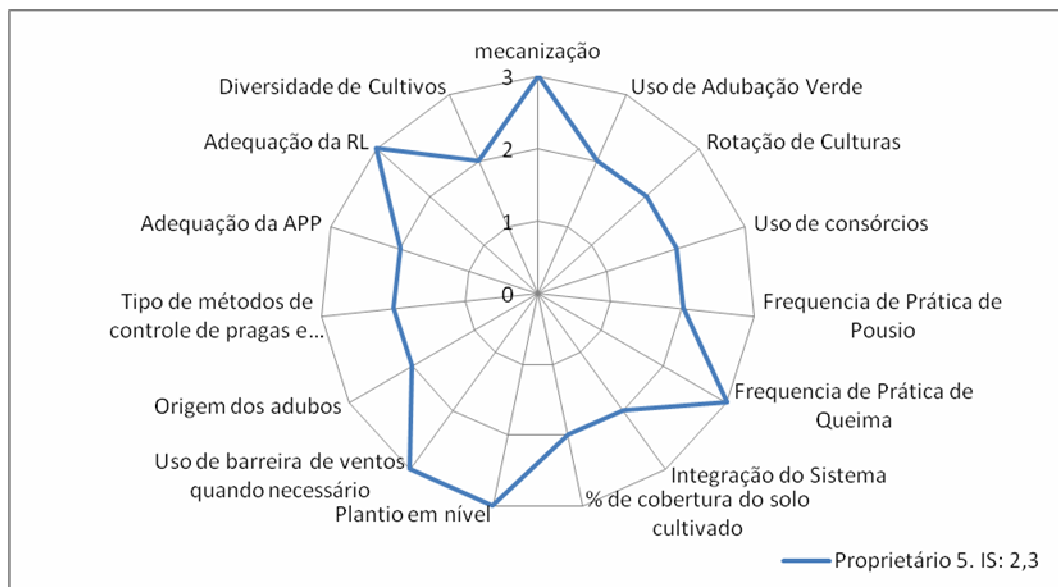
Na figura 15 observa-se uma vista do cultivo de Uvas do proprietário 04.



Figura 15: Vista do parreiral do Proprietário 04. Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

*“Trabalho em São Paulo, dou aulas. Normalmente tenho os finais de semana livres para estar aqui ajudando meus pais com as plantas. Mas me organizo sempre para ficar mais tempo em julho, quando temos que fazer as podas e no final do ano, quando temos que colher as uvas. Normalmente passamos o Natal aqui dentro do parreiral!” (membro da família, Proprietário 04)*

A situação do proprietário 05 é um pouco diferente, uma vez que ele decidiu mudar sua residência para a região e cultivar frutas. Proveniente do município de São Paulo, não conta com o auxílio de membros da família em seus cultivos e assim, como a maioria dos produtores do grupo, possui um funcionário assalariado. Observa-se na figura 16, o gráfico relativo a área de cultivo do proprietário 05.



**Figura 16: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 05. Fonte: Pesquisa de campo, 2011**

A produção de ameixas (*Prunus sp*) acontece uma vez ao ano, sempre durante os meses de novembro e dezembro, e durante o resto do ano se dedica ao cultivo de algumas hortaliças e à produção de ovos, para manter o funcionamento da propriedade e custear a produção de ameixas. A princípio, teve muitos problemas com a produção e diz sentir muito a falta de um técnico que acompanhe sua propriedade. As frutas de clima temperado, como as ameixas, pêssegos (*Prunus pérsica*) e peras (*Pyrus communis*), são muito comuns na região, no entanto, o cultivo para o comércio tem se mostrado bastante trabalhoso.

O produtor 05 optou pela não utilização de agrotóxicos em seus cultivos, pelo conhecimento que possui em relação aos malefícios que esses produtos podem trazer para sua saúde e para o ambiente. No entanto, não possui muito conhecimento sobre os manejos alternativos que podem ser feitos dentro de seu sistema. É um dos produtores que mais participa de atividades como dias de campo, cursos para o manejo de frutas, entre outras relacionadas à produção rural.

*“É muito difícil encontrar alguém que fale sobre o cultivo orgânico de ameixas, ou mesmo sobre o controle de doenças.*

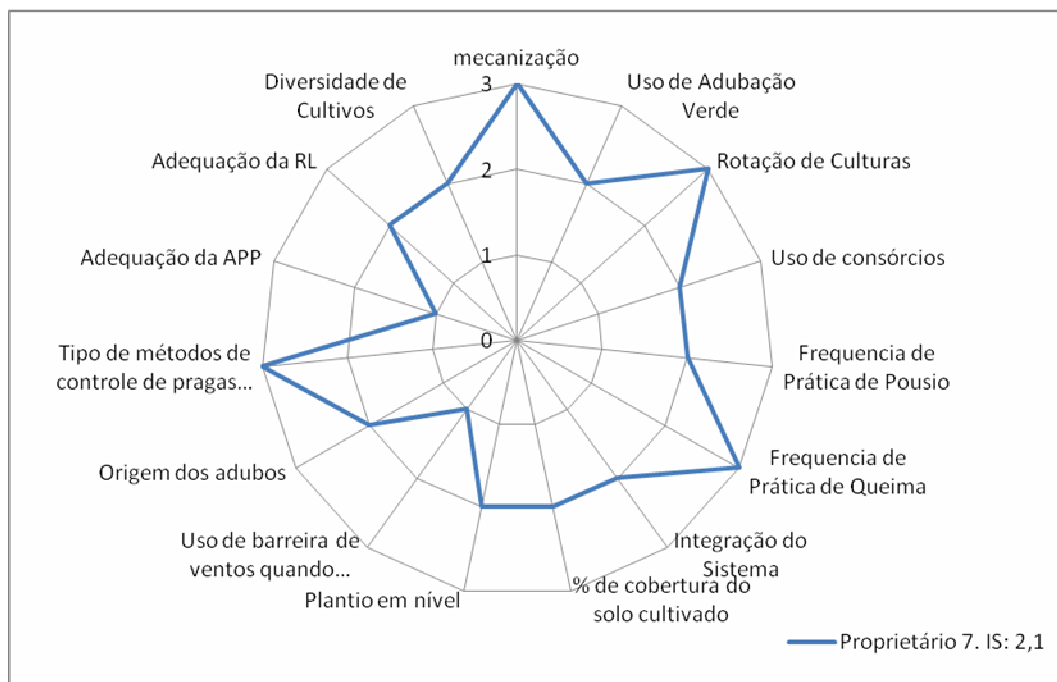
*Todos os cursos que frequentei, fora dos Orgânicos da Mantiqueira, eram sobre a produção convencional de frutas. No meu caso, sobre as ameixas e outras do mesmo clima. Aí, o que eu faço é adaptar uma coisa ou outra” (Proprietário 5).*

Observando sua relação com a propriedade e sua atuação dentro do grupo, é possível perceber que ele atua de forma muito consciente em relação aos riscos que corre, e aos processos inerentes à produção em bases ecológicas, diferenciando-se um pouco do entusiasmo inicial que acompanha muitos neorrurais quando chegam ao campo.

Por último, os proprietários 07 (figura 17), 08 (figura 18) e 09 (figura 20) que se dedicam à produção de ervas aromáticas.

As ervas aromáticas como o manjerição (*Ocimum basilicum*), o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), o louro (*Laurus nobilis*), a erva-cidreira ou capim-limão (*Elionurus candidus*) são comercializados durante todo o ano na região. Cada um destes produtores possuem outras culturas que lhe rendem mais em um momento mais específico do ano, como é o caso do tomate cereja (*Solanum lycopersicum*) do proprietário 07, a cebola (*Allium caepa*) e o alho (*Allium sativum*) do proprietário 08 e o amendoim (*Arachis hypogaea*) do proprietário 09. No entanto, essas propriedades possuem uma atividade pequena quando comparadas às demais propriedades. Seus rendimentos são baixos e, com exceção da propriedade 09, possuem outra atividade comercial que garantem o sustento da família e a continuidade dos plantios.

A propriedade 07 é recente no grupo, faz parte dos *Orgânicos da Mantiqueira* desde 2007 e vem sofrendo muito com a sua adequação ambiental, principalmente, como pode ser observado na figura 17. A área escolhida para cultivo está em uma baixada, muito próxima a um rio. Seus problemas vão desde a necessidade de recompor a mata ciliar ao redor do rio, melhorar o acesso para escoar sua produção, até o fato de que o esgoto do bairro rural onde ela se encontra passa por dentro da propriedade.



**Figura 17: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 07. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.**

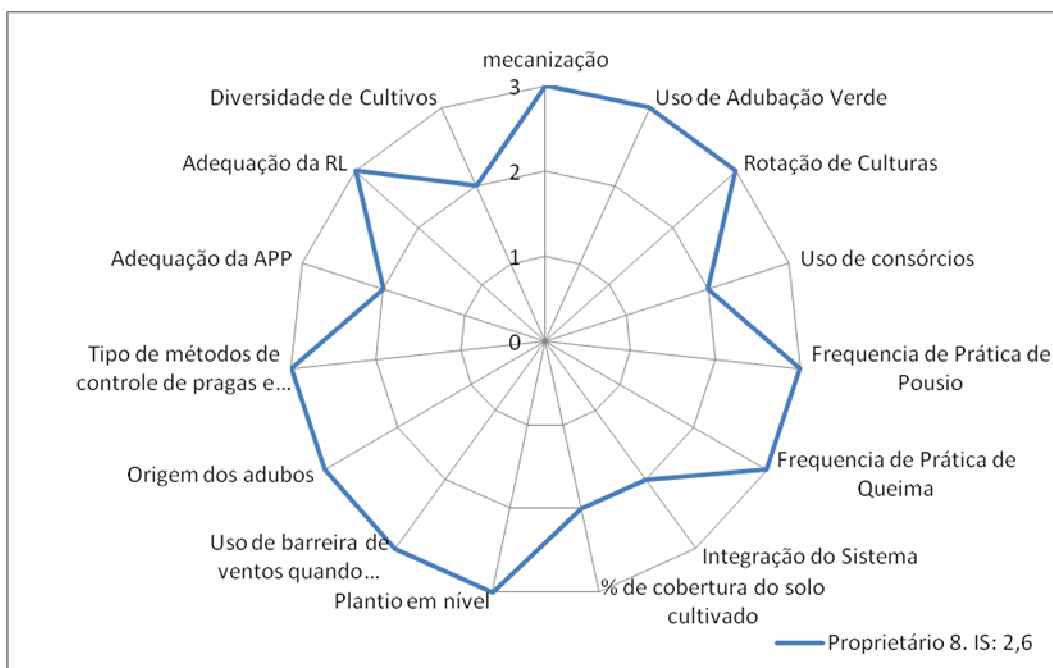
Segundo o produtor, já foi formalizado um contrato com a Copasa (Empresa de Captação e Tratamento de Água e Esgoto do Município) para montar uma estação de tratamento dentro de sua propriedade, melhorando assim a qualidade das águas também para o seu cultivo. A contradição que se apresenta é o fato de não existir na maioria das propriedades visitadas uma fossa asséptica para o tratamento dos resíduos da casa.

A propriedade 07 é administrada apenas por uma mulher e um funcionário. Sua família dedica-se a outras atividades e ela escolheu a produção orgânica de alimentos como mais uma fonte de renda, uma vez que já é aposentada e exerce outras atividades profissionais. As dificuldades inerentes ao cultivo de hortaliças, nesta propriedade pareceram ganhar maior relevância devido ao fato da proprietária ter que desenvolver muitas atividades sozinha, apenas com a ajuda de um funcionário.

No entanto fica clara sua vocação para o beneficiamento de produtos: conservas, geléias, patês, entre outros. Apesar de não possuir uma diversidade grande de cultivos e tampouco se dedicar pessoalmente ao

cuidado de sua área. Por isso, muitas das compotas e conservas que comercializa na feira são de matéria-prima adquirida em estabelecimentos comerciais como super mercados e quitandas, deixando de aproveitar a oportunidade de estabelecer contatos com outros produtores ou mesmo com os *Orgânicos da Mantiqueira*.

O proprietário 08 é o que possui a maior variedade de ervas aromáticas em sua propriedade. E é a propriedade mais bem cuidada, em relação às áreas de preservação permanente e reserva legal, como pode ser observado na figura 18. Conta com a ajuda da família e de um funcionário assalariado. Sua propriedade encontra-se no município de São Bento do Sapucaí, no estado de São Paulo. No entanto, sua propriedade faz divisa com Gonçalves pelo bairro do Campestre.



**Figura 18: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 08. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.**

Esta, assim como a propriedade 09, está muito distante das demais áreas que fazem parte dos *Orgânicos da Mantiqueira*, sendo muito trabalhoso estabelecer algum tipo de comunicação ou mesmo uma relação de empréstimo de máquinas ou mão de obra para o auxílio em alguma atividade.



Este proprietário, juntamente com uma das administradoras do grupo, possui o curso da Associação Biodinâmica em agricultura biodinâmica e aplica os conceitos em sua propriedade. Ele, junto com o proprietário 01, é um dos que menos adquire insumos externos para sua propriedade e produz grande parte do adubo que utiliza em seus cultivos. Este é um proprietário que também se dedica à fabricação de mudas de ervas aromáticas, assim como demonstrado na figura 19.



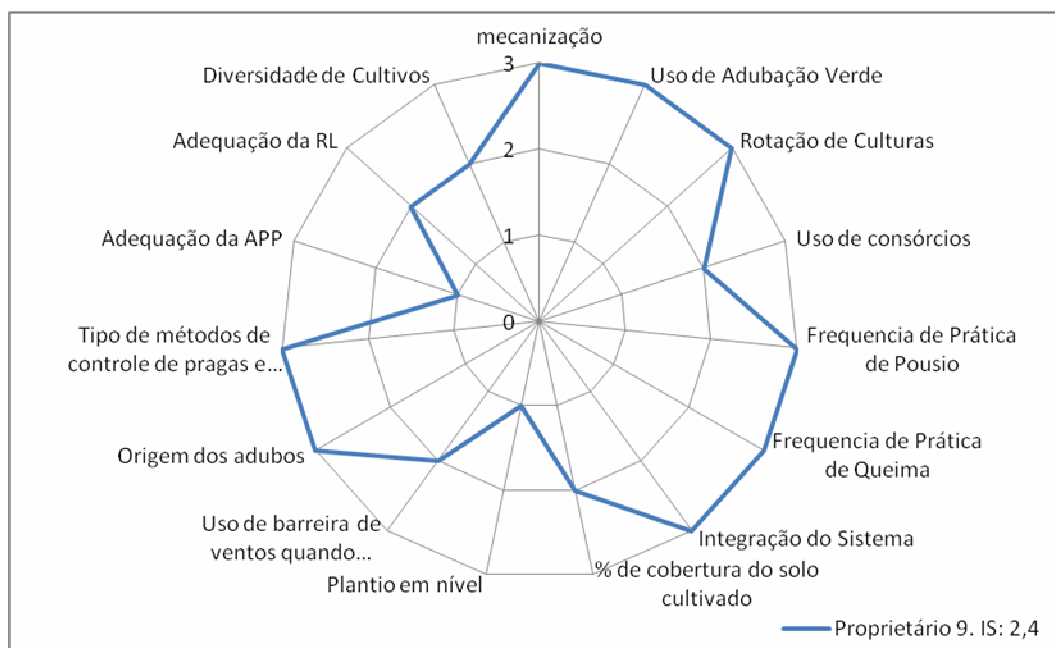
**Figura 19: Produção de mudas de Louro (*Laurus nobilis*), pelo método da Alporquia na Propriedade 08. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.**

Já o produtor 09, como citado anteriormente, é do município de Gonçalves e sua área é administrada por ele e por mais quatro membros de sua família: sua mãe, duas irmãs e o cunhado. Seu índice de sustentabilidade (IS) é de 2,4 e sua maior dificuldade é a adequação da área de preservação permanente e a contenção da erosão do solo, provocada pelo manejo de bovinos. Sua produção é pequena, mas, segundo o produtor, é o que pode produzir de acordo com suas condições.

*“As meninas [as administradoras] vivem pedindo para eu plantar mais amendoim, ou começar a plantar feijão, pimentão*



*e até gengibre...mas como que faz? Sou sozinho, e se não der certo...aí fica difícil..” (Proprietário 09)*



**Figura 20: Análise dos indicadores ecológicos relativos ao Proprietário 09. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.**

De maneira geral foi possível perceber, em todas as propriedades visitadas, a preocupação na manutenção de seus cultivos; a busca por fontes alternativas de insumos na forma de acordos e trocas de favores; e o reconhecimento relativo à sua produção. Existe consciência da necessidade da prática da agricultura para o fornecimento de alimentos saudáveis e manutenção do ambiente, principalmente de seu entorno. No entanto, foi devido ao tempo de convivência entre eles que perceberam a necessidade de considerar outros fatores, além da produção, antes de estabelecer relações comerciais. Para o grupo, isso representa uma atenção maior aos produtores e seus processos, para só então partir para a criação de algo novo e que signifique o comprometimento da instituição.

Ainda possuem etapas importantes em relação à adequação ambiental para realizarem e também em relação ao desenho e aproveitamento energético de suas propriedades, mas indubitavelmente estão distantes de um pensamento convencional de produção de alimentos.

## 4.2. As diferenças entre os produtores Neorrurais e os Rurais.

Em relação as propriedades acima apresentadas e aos índices de sustentabilidade alcançados por cada uma delas, obtivemos a figura 21 que apresenta o gráfico correspondente à média entre todas as propriedades visitadas. Portanto, o índice de sustentabilidade (IS) alcançado pelos *Orgânicos da Mantiqueira* é de 2,3.

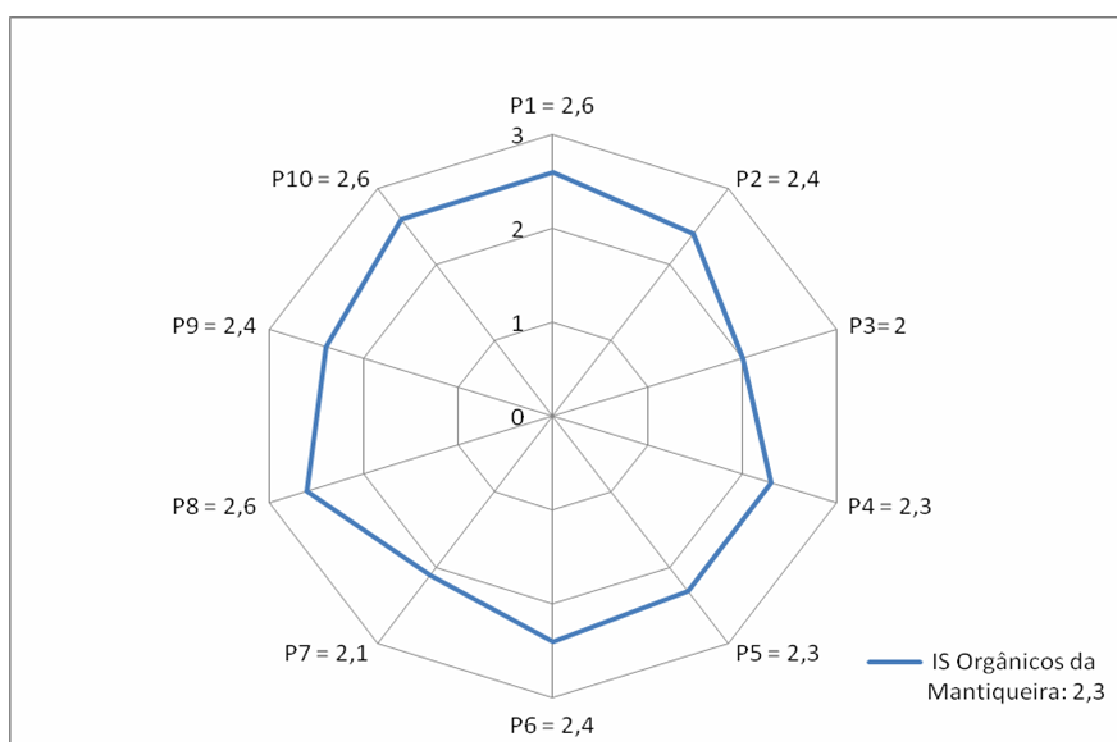


Figura 21: Índice de sustentabilidade para as 10 propriedades dos Orgânicos da Mantiqueira avaliadas. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

De acordo com os resultados obtidos, o grupo encontra-se na segunda fase de transição agroecológica, que é a fase da substituição de insumos, a qual é caracterizada pela troca de técnicas convencionais por outras menos impactantes.

Esta etapa também representa o momento em que os produtores começam a se adaptar à atividade e ao manejo de suas áreas, além de não fazerem uso de agroquímicos; assimilam melhor as funções ecológicas dentro

de seus sistemas. É possível perceber, dentro do grupo, propriedades que se aproximam mais do terceiro nível e outras que estão mais próximas a um pensamento convencional de produção, o primeiro nível da transição agroecológica.

Considerando-se que os *Orgânicos da Mantiqueira* é um grupo com certificação orgânica, a utilização de agroquímicos, mesmo que de maneira racional, não é permitido. Desta forma, todas as propriedades partem do segundo nível da transição agroecológica, onde a lógica é primeiro pensar o agroecossistema sem os agroquímicos e o que pode ser utilizado em substituição a eles. Todavia, quanto mais próximo ao primeiro nível de transição, para este estudo, consideramos a propriedade mais próxima de uma lógica convencional de produção.

O universo que constitui essa pesquisa é relativamente pequeno, são somente dez agricultores com produções agrícolas de relevância comercial. No entanto, as consequências de suas atividades possuem considerável relevância, seja do ponto de vista social, econômico ou ambiental.

A diferença básica que pode ser considerada entre os produtores neorrurais e os rurais é a percepção que possuem de seus cultivos e o tempo que dedicam para construir este conhecimento. No entanto, esta característica também é percebida em agricultores neorrurais com mais tempo de atividade.

A persistência é uma característica que os cidadãos muitas vezes não possuem, mas que adquirem ao longo do tempo e da atividade no campo. O desconhecimento relativo à atividade de produtor rural, principalmente no que tange às peculiaridades da produção, é o principal motivo de desistência de produtores neorrurais. Eles entram na atividade pela filosofia da produção de base ecológica, ou pelos preços praticados pelo mercado de produtos orgânicos e deparam-se com algumas dificuldades no começo da atividade.

Da mesma forma, muitos agricultores locais não aceitam se tornar um produtor orgânico associado, por motivos que vão desde o valor cobrado pela certificação, a necessidade de interação com agricultores neorrurais ou

ainda a insegurança com a atividade. Sabem dos riscos que correm diante da instabilidade inerente a qualquer agroecossistema, e sentem falta de um técnico que acompanhe a evolução dos cultivos.

Dos que permanecem no grupo, entre rurais e neorrurais, desde sua criação, pode-se concluir que fazem um manejo correto de seus solos proporcionando mais qualidade em sua produção e resiliência de seus sistemas. Estes dados podem ser percebidos através dos resultados obtidos na aplicação dos questionários e pela crescente demanda por seus produtos.

Apesar das alternativas encontradas pelo grupo, para a venda de alimentos orgânicos e a não dependência de uma ou outra grande rede de comercialização, seu foco ainda busca um consumidor que vê no ambiente natural um grande produto a ser consumido.

Existem, entre os integrantes, divergências importantes em relação aos preços praticados, às formas de comercialização e o público que atraem para si. O convívio social entre eles é dinâmico e sofre muitas oscilações. No entanto, este é um movimento importante para que as transformações necessárias aconteçam e culminem em novos caminhos para os Orgânicos da Mantiqueira.

A figura 22 apresenta um outro formato de leitura dos indicadores de sustentabilidade utilizados para a análise do nível de transição agroecológica do grupo. No item anterior, procuramos discutir individualmente como cada propriedade se relaciona com os indicadores utilizados nesta pesquisa e que impacto geram no resultado final de seu IS.

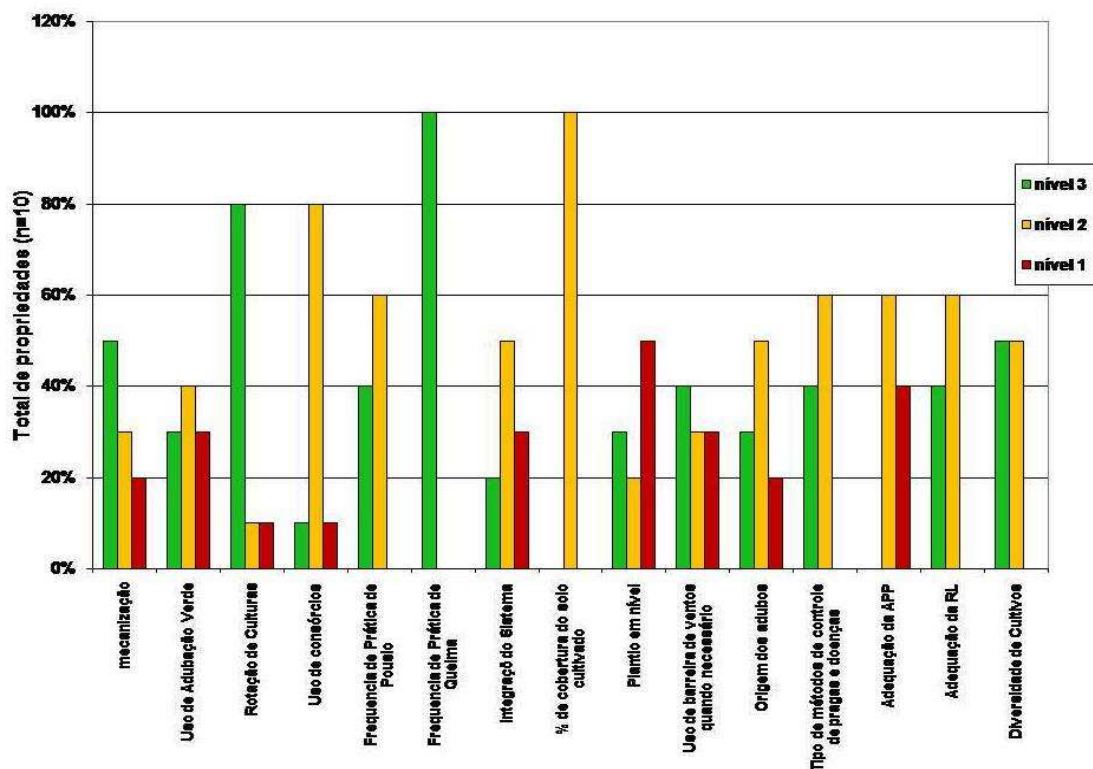


Figura 22: Análise da porcentagem adquirida pelo grupo para cada Indicador de Sustentabilidade. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Cerca de 50% dos entrevistados são desprovidos de máquinas pesadas, utilizam capina manual e animais para auxiliar no trato de suas áreas. Mesmo tendo dificuldade em alguns manejos, eles preferem contar com a parceria dos colegas, que possuem tratores, para realizarem os serviços mais pesados e assim não sobrecarregarem as pessoas que trabalham em suas áreas.

Outro dado que chamou bastante a atenção é o fato da grande maioria das propriedades não estarem adequadas às exigências legais de Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP) e, contudo, obterem a certificação para a comercialização de produtos orgânicos. De fato, já foram realizadas muitas mudanças nas áreas desde o começo das atividades, principalmente em relação à adequação das matas ciliares, mas algumas propriedades ainda precisam adequar o desenho de seus cultivos em relação aos corpos d'água dentro de seus terrenos. Neste sentido,

neorrurais e rurais partilham da mesma atitude e argumentos quando são questionados em relação ao cumprimento desta norma.

Para a certificadora, o não cumprimento da legislação básica em espaços rurais pode resultar na suspensão de produtores da atividade até que adequem suas áreas. No caso dos produtores dos *Orgânicos da Mantiqueira*, não houve nenhuma suspensão, mas, sim, advertências.

Definir um produtor neorrural, ou estabelecer as diferenças entre os diversos agricultores que habitam os campos das novas ruralidades é instituir um significado para uma categoria de produtores rurais que ainda está se constituindo. Segundo os depoimentos colhidos durante o início da atividade dos Orgânicos da Mantiqueira, era possível estabelecer claramente as diferenças entre eles, seja pelo modo de produzir, negociar, vender ou ainda de vestir, viver ou falar.

No entanto, com o passar do tempo e o aprimoramento das atividades, há a troca de conhecimentos e experiências, além da integração de culturas distintas, constituindo um grupo com características peculiares. Algumas diferenças permanecem como foi possível perceber pelos dados expostos, outras desaparecem e novas diferenças são criadas.

A característica principal dos Orgânicos da Mantiqueira é a união de pessoas com origens distintas. São indivíduos vindos de centros urbanizados e outros vindos do Sul de Minas Gerais, mas que possuem o desejo de desenvolver uma atividade econômica juntos. Portanto, existe no grupo certa heterogeneidade que reflete diretamente na forma como suas lavouras são conduzidas. A análise feita permite entender que, uma atividade agrícola voltada ao mercado externo, pode possuir práticas de base ecológica que permita a conservação de agroecossistemas e a manutenção da produtividade de suas terras, bem como o desenvolvimento social das famílias que optaram por ela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado na introdução deste trabalho, o intuito da pesquisa é discutir o surgimento e a importância das populações neorrurais, bem como suas formas de atuação na região onde se instalam. O motivo desta dissertação foi aprofundar a análise sobre as características das populações neorrurais, consideradas personagens importantes neste momento de transformação do espaço rural e do ambiente natural brasileiro. Para que esta análise tivesse dados empíricos, foi escolhido um grupo de agricultores na cidade de Gonçalves – MG, que trabalha com agricultura orgânica desde 2000 e que é formado, em sua maioria, por neorrurais, os *Orgânicos da Mantiqueira*.

Dentro do universo das populações neorrurais, foram estudadas as transformações que ocorrem nos ambientes urbano e rural e que levam grupos de pessoas a procurar por ambientes distintos ou, ainda, a transformar o espaço em que vivem. Também foram discutidas, neste contexto, as relações que surgem em detrimento desses movimentos com a finalidade de entender como os diversos grupos se comportam diante de transformações sociais que podem, ou não, impactar na forma como são organizadas as tradições dentro das comunidades.

Todas essas questões foram analisadas tendo como base o grupo dos *Orgânicos da Mantiqueira*, que se formou em um município onde não havia a tradição de agricultura orgânica, ou ainda, do turismo relacionado a essa prática.

Primeiramente, procuramos conhecer o grupo: como iniciaram na atividade; quem são as pessoas que constituem os *Orgânicos da Mantiqueira*; quais são suas histórias e contradições. Esses dados foram obtidos através de um levantamento bibliográfico e da realização de observações e entrevistas de campo junto aos produtores rurais, aos responsáveis pela administração dos *Orgânicos da Mantiqueira* e dos demais atores que se relacionam direta ou indiretamente com o grupo. Escolhemos a etnografia como metodologia de

observação e sistematização dos dados socioculturais, para que fosse possível compor o universo das novas ruralidades que se apresenta na região.

Assim, compreendemos a forma como o grupo funciona diante dos desafios que se apresentam durante todo o processo. Estes desafios, apresentados pelos integrantes e observados em campo, vão desde a dificuldade de interação de dois universos distintos, até a conformação e o funcionamento dos *Orgânicos da Mantiqueira*. Percebeu-se que a constituição de um grupo e o seu estabelecimento é um processo longo e dinâmico, não sendo possível estabelecer o final dele. É importante que os atores envolvidos estejam sempre dispostos a perceber as transformações e lidar com elas para que não fiquem aprisionados a um modelo fixo de atuação.

A partir do momento em que se configuram novos arranjos sociais é que se percebe a necessidade de sua institucionalização, quando os atores assumem responsabilidades e definem seus papéis perante a sociedade. Esta atitude pode representar a configuração de um novo movimento social. A necessidade de formalizar esse surgimento é percebida quando faltam políticas públicas mais específicas que contribuam para a atividade que desenvolvem no campo.

O processo de entendimento e aceitação das transformações, para o município que assiste a esse movimento, é tão complexo quanto a formação de um novo grupo e por isso também tardam em perceber, aceitar e estimular a atividade. É devido a essa dificuldade de envolvimento com o município que muitas vezes a atividade de agricultura sem a utilização de agroquímicos, no município de Gonçalves, é mais apreciada por turistas, que se deslocam até a região para a compra de produtos livres de agrotóxicos. Enquanto que, dentro do município, os habitantes ainda resistem em adquirir estes produtos ou em praticar a agricultura orgânica.

Em um segundo momento da realização deste trabalho, procuramos entender o manejo de agroecossistemas utilizado pelo grupo estudado. O objetivo desta observação foi compreender como a prática



utilizada pelos produtores está relacionada com a sua produtividade e com a resiliência de seus sistemas; e complementar as informações obtidas através da pesquisa etnográfica. Utilizamos nesta etapa do trabalho um conjunto de indicadores ecológicos para medir os níveis de transição agroecológica nas propriedades. Entendemos, que desta forma, é possível entender a produção agrícola e as diversas interações – ecológicas, sociais e econômicas – que estão envolvidas neste processo.

Encontramos todas as propriedades dentro do segundo nível da transição agroecológica, a qual representa a fase onde os produtores substituem os insumos. No caso apresentado, as propriedades já iniciaram a atividade como produtores orgânicos, sem considerar a utilização de agroquímicos. No entanto, passaram por todo o processo de adaptação à atividade e de percepção das relações que existem dentro do sistema. Assim, denominamos neste trabalho que quanto mais próximo ao primeiro nível da transição, a propriedade está mais próxima ao pensamento convencional de produção, isto é, ainda apresenta dificuldades na observação das diversas funções que podem ser aproveitadas dentro de um agroecossistema.

Obtivemos com esta análise uma visão geral das técnicas empregadas e, em consequência disso, da diversidade de processos que podem ser aplicados à produção agrícola, sem que isso impacte negativamente no processo final. Muitas vezes, a falta de conhecimento técnico sobre a produção rural torna o processo de permanência na atividade mais difícil, uma vez que o grupo não conta com nenhum tipo de assistência técnica. É somente através da interação entre os produtores e das trocas de informações e favores entre eles que é possível superar algumas dificuldades no campo.

Em relação à produção rural, os agricultores provenientes da região de Gonçalves possuem muito mais habilidade e paciência que os neorrurais. Os citadinos demoram de três a quatro anos para se estabelecerem realmente como produtores rurais, até este período é muito comum desistirem da atividade. Por outro lado, os neorrurais contribuem para a organização comercial da atividade, pois podem visualizar com mais clareza o processo de

distribuição de alimentos junto aos diversos tipos de fornecedores ligados a compra e venda de produtos orgânicos.

No geral, os produtores se mostraram envolvidos na atividade agrícola, mas é visível que a importância dada à comercialização direta ao consumidor é muito maior do que aquela feita em grupo, mesmo quando esta representa um retorno financeiro maior. Isso não fica claro nas entrevistas feitas aos produtores, mas na forma como gerenciam suas áreas e como planejam seus plantios. Atender ao turista que vai à feira tornou-se muito mais prazeroso e gratificante para os produtores, pois têm a possibilidade do contato direto com o consumidor.

Desta forma, percebe-se a importância que o turismo adquire para a atividade dos *Orgânicos da Mantiqueira* e conseqüentemente para o município de Gonçalves, que vislumbra a atividade de agricultura em bases ecológicas como mais uma oportunidade para atrair recursos para a região.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, L. S.; KLEDAL, P.; KLEDAL, P.; RABELLO, F.; MENDES, S. M.; Desenvolvimento e situação atual da agricultura de base ecológica no Brasil e no estado de São Paulo. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Embrapa, Brasília, 2008.
- ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL FERNÃO DIAS. Plano de Gestão. Out, 2009. Disponível em: <http://sites.google.com/site/apafernaodias/plano-de-gestao>. Acessado em: 18/12/2010 às 13h00.
- ALMEIDA, G. F.; Abreu, L. S. Estratégias produtivas e aplicação de princípios da agroecologia: o caso dos agricultores familiares de base ecológica da cooperativa dos agropecuaristas solidários de Itápolis – COAGROSOL. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 56, n. 1, Jan/Jun, 2009
- ALVES, A. F.; Conhecimentos Convencionais e Sustentáveis; uma visão de redes interconectadas. In Desenvolvimento Territorial e Agroecologia. Orgs: Adilson Francelino Alves; Beatriz Rodrigues Carrijo; Luciano Zanetti Pessoa Candiotto. Editora expressão popular. 1ª edição, SP, 2008.
- BAUER, M. A. R.; Mesquita, Z.; Organizações Sociais e Agroecologia: construção de identidades e transformações sociais. Revista ERA, vol. 48, n. 3, p. 23-34, jul/set. 2008.
- BITTAR, E. C. B; O direito na pós-modernidade. Revista Seqüência, no 57, p. 131-152, dez. 2008.
- BONNAL, P. e Maluf, R.S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Florianópolis (SC), agosto de 2007.
- BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. Ambiente & Sociedade – Vol. VIII nº. 1, jan./jun. 2005.
- CAMARGO, R. A. L. Agricultura Familiar e ruralidade em Ouro Fino – MG. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, 2010.
- CANUTO, J. C. Agricultura Ecológica en Brasil: perspectivas socioecológicas. Tese de Doutorado. Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes, Universidad de Córdoba, 1998.

- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Em: ETGES, V. E. (org.).16 *Desenvolvimento rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001. p.19-52
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, p. 53-75. outubro 1998.
- COSTABEBER, J. A.; Caporal, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: Vela, Hugo. (Org.): *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul*. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.
- DEMATTEI, G.; Sistema local territorial (SLoT): Um instrumento para representar, ler e transformar o território. In *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia*. Orgs: Adilson Francelino Alves; Beatriz Rodrigues Carrijo; Luciano Zanetti Pessoa Candioto. Editora expressão popular. 1ª edição, SP, 2008.
- DUMONT, L. M. M.; Gattoni, R. L. C.; As relações informais na sociedade reflexiva de Guiddens. *Ci. Inf.*, Brasília v. 32, n.3, p. 46-53, set/dez. 2003.
- EHLERS, E. M.; O que se entende por agricultura sustentável? Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, nov. 1994.
- EMBRAPA. Marco Referencial em Agroecologia. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 70p, 2006.
- FERRAZ, J. M. G. As dimensões da sustentabilidade e seus indicadores *In: MARQUES, J. F.; SKORUPA, L. A.; FERRAZ, J. M. G. Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas*. Jaguariúna: EMBRAPA, 2003, p. 17-35.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. p. 13-41. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1978.
- GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos tempos. Anpocs. *Revista brasileira de ciências sociais*, 1990.
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.

- GOHN, M. G.; Novas teorias dos movimentos sociais. Ed. Loyola, SP, 2008.
- GUIDENS, A. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. Cad. CRH., Salvador, n.21. p.9-28, jul./dez.1994
- GUIDDENS, A; BECK, U.; LASH, S.; Modernização Reflexiva. Política tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo, Editora Unesp, 1997.
- GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.14, n.3, p.411-446, 1997.
- GUZMAN, E. S.; Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, vol. 2, n.1, p. 35-45, jan/mar. 2001.
- ; Mielgo, A. A.; Reflexiones sociológicas sobre la Agroecologia. INGURAK, REVISTA DE SOCIOLOGIA , pg 167 – 172. País Vasco, 1999.
- JAIME Jr., P.; Pesquisa em organizações: por uma abordagem etnográfica. Civitas – revista de Ciências Sociais, v. 3, n. 2, p. 435-456, jul-dez 2003.
- LEONE, J.A. R.; El neoinstitucionalismo y La revolucion de las instituciones. Reflexion Política. IEP – UNAB, Colômbia, junio/2003.
- MARZALL, K.; ALMEIDA, J.; Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas. Estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. CC&T, vol. 17, n. 1, jan/abril 2000.
- MATTOS, C. L. G. de; A abordagem etnográfica na investigação científica.  
[HTTP://www.ines.org.br/paginas/revista/A%20bordag%20\\_etnogr\\_para%20Monica.htm](http://www.ines.org.br/paginas/revista/A%20bordag%20_etnogr_para%20Monica.htm) Acesso em: 23/11/2010. UERJ, 2001.
- PEIXOTO, P. O desaparecimento do mundo rural. VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de ciências sociais: A questão social do novo milênio, set. 2004.
- PLOEG, J. D. Van der; The New Peasantries. Struggles for Autonomy and sustainability in an era of Empire and Globalization. Londres, 2008.

- RAUD-MATTEDI, C.; A Construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Fev/ 2005.
- REDCLIFF, M. e WOODGATE, G.; Sociología del médio ambiente. Uma perspectiva internacional. MC Graw Hill, Espanha, 1997.
- RICARTE, J. D.; RIBEIRO, T. M.; FAGUNDES, G. G.; FERRAZ, J. M. G.; HABIB, M. Avaliação de agroecossistema em propriedades de produção orgânica no município de Jaguariúna, SP, através de indicadores de sustentabilidade. Rede de Agroecologia, Embrapa, 2006.
- ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C.; Etnografia: saberes e práticas. Revista Iluminuras, v. 9, n. 21, UFRGS, 2008.
- ROEL, A. R.; A agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura. INTERAÇÕES, Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 4, p. 57-62, Mar. 2002.
- SABOURIN, E. O conceito de multifuncionalidade nasceu no Brasil. Declaração de Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento sustentável (Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento, 3-14 de junho de 1992).
- . Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: reflexão sobre alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. fevereiro, 2009. <http://www.jornaldomauss.org/periodico/?p=667>
- , E; Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. Revista Sociologias. Porto Alegre, maio/agosto, 2011.
- SEABRA, L.; Turismo Sustentável: planejamento e gestão. In A questão ambiental: diferentes abordagens. Sandra Baptista da Cunha, Antônio José Teixeira Guerra (organizadores). 3ª edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007, 248 p.
- SOARES, M. D. O.; As Contradições do turismo no espaço rural: vida, trabalho, renda e exclusão. Tese de Doutorado. Feagri – Unicamp. Campinas, 2007.
- VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou o seu eixo de desenvolvimento. Estudos Avançados 15 (43), 2001.
- . A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. CADERNOS DO CEAM (Centro de Estudos Avançados

Multidisciplinares da Universidade de Brasília, UnB) Vol. 17, pp. 9-22. fevereiro 2005.

VALOR NATURAL. Diagnóstico Sócio-Econômico do Corredor Ecológico da Mantiqueira. Autora: Mirian Gomes Mousinho. Belo Horizonte: Valor Natural. 2005.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, n15, p. 87-145. outubro 2000.

# ANEXOS

## 1 – Questionário aplicado aos agricultores.

Questionário Quantitativo: caracterização produtores. Orgânicos da Mantiqueira.

### Social

Produtor (nome): \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_ Filhos: \_\_\_\_\_

Cidade Natal: \_\_\_\_\_ Cidade de residência: \_\_\_\_\_

Possui mais de uma residência: \_\_\_\_\_

### Produção

Nome da área: \_\_\_\_\_

Situação de posse. Como Adquiriu: \_\_\_\_\_

Área Total: \_\_\_\_\_ Área Cultivada: \_\_\_\_\_

Luz: \_\_\_\_\_ Água: \_\_\_\_\_ Esgoto: \_\_\_\_\_

Faz parte dos Orgânicos da Mantiqueira a quanto tempo: \_\_\_\_\_

Está na atividade a quanto tempo: \_\_\_\_\_

O que produz: \_\_\_\_\_

Quais insumos externos: \_\_\_\_\_

Quais insumos internos: \_\_\_\_\_

Possui algum tipo de beneficiamento/indústria regulamentada na propriedade: \_\_\_\_\_

Qual a origem dos produtos usados no beneficiamento: \_\_\_\_\_

Funcionários registrados: \_\_\_\_\_ diaristas. horas: \_\_\_\_\_

Algum membro da família participa da atividade: \_\_\_\_\_



Tem acesso a alguma política de financiamento do governo.  
Qual: \_\_\_\_\_

Renda mensal aproximada com a produção: \_\_\_\_\_

Qual a porcentagem na renda familiar mensal: \_\_\_\_\_

Que tipo de equipamento é usado para desenvolver o trabalho no campo: \_\_\_\_\_

Equipamentos próprios: \_\_\_\_\_

Emprestados: \_\_\_\_\_

Alugados: \_\_\_\_\_

Possui galpão, barracão, depósito: \_\_\_\_\_

Fale sobre algumas técnicas que utiliza em sua área: \_\_\_\_\_

Possui assistência técnica: \_\_\_\_\_

Preocupações e cuidados no pós colheita: \_\_\_\_\_

Possui animais na propriedade: \_\_\_\_\_ quais: \_\_\_\_\_

Qual a função deles: \_\_\_\_\_

Utiliza algum tipo de erva medicinal para cuidar da saúde ou do ambiente onde vive: \_\_\_\_\_

Tem algum cultivo especial para consumo próprio e da família: \_\_\_\_\_

Possui outra atividade profissional: \_\_\_\_\_

Arrenda outras áreas: \_\_\_\_\_

Qual a produção: \_\_\_\_\_

Como é o acordo: \_\_\_\_\_

Como é feito o planejamento de plantio. O que é levado em consideração na hora da tomada de decisão: \_\_\_\_\_

Desenhar a área. Área de plantio (se possível especificar culturas), reserva legal, nascentes, rios, riachos, cachoeiras, áreas de preservação permanente, residência (quando houver), barracão, área de beneficiamento, estradas.

## Roteiro Qualitativo: caracterização produtores. Orgânicos da Mantiqueira.

Como você define sua atividade nos Orgânicos da Mantiqueira.

Qual sua relação com a cidade de Gonçalves.

Como foi o início de sua atividade como produtor orgânico e como membro dos Orgânicos da Mantiqueira.

Como enxerga a atividade: agricultura orgânica.

Como se dá a captação de água e o tratamento de efluentes.

Como enxerga sua propriedade em relação ao Ambiente Natural: rios, trechos de mata, animais, insetos, clima, chuva.

Tem contato com produtores de outros grupos.

Além do fornecimento de alimentos como é sua participação nos Orgânicos da Mantiqueira.

Aponte os benefícios e os pontos ruins de trabalhar com agricultura.

Como vê o apoio e o reconhecimento de sua atividade na cidade de Gonçalves.

Você acredita que existe preconceito entre as pessoas que não são de Gonçalves e as pessoas da região.

Como você enxerga a atividade exercida dentro dos Orgânicos da Mantiqueira por uma pessoa vinda de fora e por uma pessoa nativa.

## 2 – Questionário aplicado aos donos de estabelecimento e membros de conselhos e órgãos públicos.

Questionário Quantitativo: caracterização dos comerciantes. Cidade de Gonçalves (MG).

### Social

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_ Filhos: \_\_\_\_\_

Cidade Natal: \_\_\_\_\_ Cidade de residência: \_\_\_\_\_

Possui mais de uma residência: \_\_\_\_\_

### Comércio

Nome do estabelecimento: \_\_\_\_\_

Situação de posse. Como Adquiriu: \_\_\_\_\_

Luz: \_\_\_\_\_ Água: \_\_\_\_\_ Esgoto: \_\_\_\_\_

Está na cidade a quanto tempo: \_\_\_\_\_

Está na atividade a quanto tempo: \_\_\_\_\_

Atividade do Estabelecimento: \_\_\_\_\_

Matéria prima local: \_\_\_\_\_

Matéria prima de fora: \_\_\_\_\_

Funcionários registrados: \_\_\_\_\_ diaristas. horas: \_\_\_\_\_

Público: \_\_\_\_\_

Algum membro da família participa da atividade: \_\_\_\_\_

Tem acesso a alguma política de financiamento do governo.  
Qual: \_\_\_\_\_

Renda mensal aproximada com a produção: \_\_\_\_\_

Qual a porcentagem na renda familiar mensal: \_\_\_\_\_

Possui outra atividade profissional: \_\_\_\_\_

### Roteiro Qualitativo: caracterização dos comerciantes. Cidade de Gonçalves (MG).

Qual sua relação com a cidade de Gonçalves. E com os Orgânicos da Mantiqueira.

Qual sua relação com os produtores rurais.

Como enxerga a atividade: agricultura orgânica.

Como vê a produção e comercialização de produtos orgânicos em Gonçalves.

Como enxerga sua propriedade em relação ao Ambiente Natural: rios, trechos de mata, animais, insetos, clima, chuva.

Tem contato com produtores de outros grupos.

Como vê o apoio e o reconhecimento de sua atividade na cidade de Gonçalves.

Você acredita que existe preconceito entre as pessoas que não são de Gonçalves e as pessoas da região.